



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Instituto de Letras

Rayssa Raquel Marinho da Silva

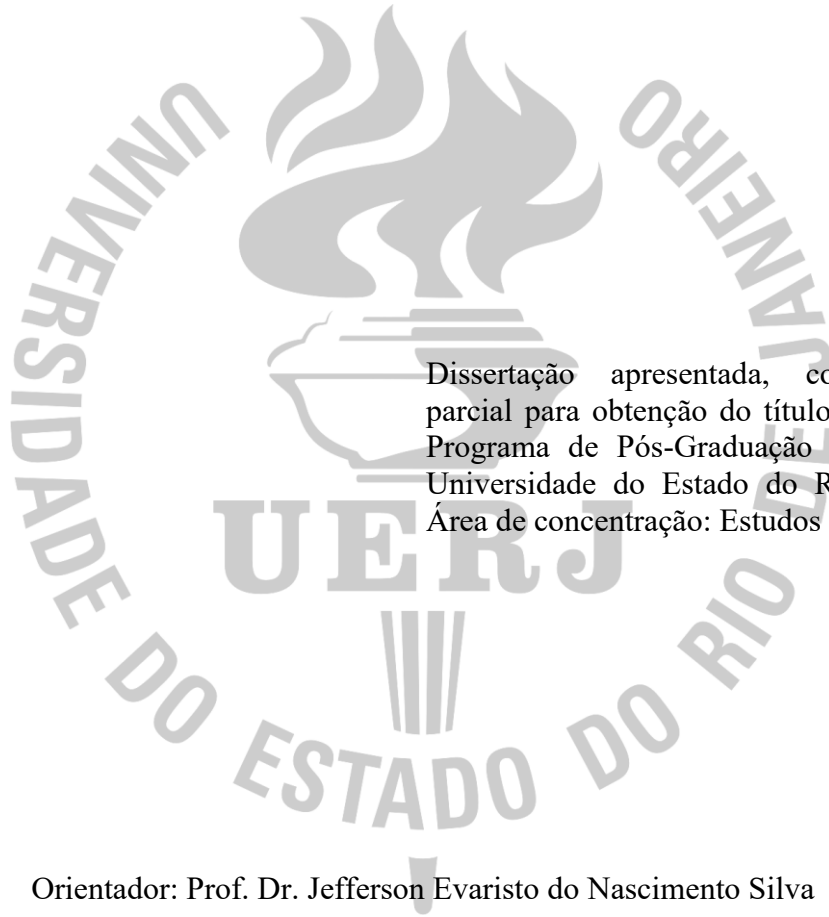
**O estatuto das partes da oração em
gramáticas racionalistas do Brasil oitocentista**

Rio de Janeiro

2025

Rayssa Raquel Marinho da Silva

**O estatuto das partes da oração em
gramáticas racionalistas do Brasil oitocentista**



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Estudos de Língua.

Orientador: Prof. Dr. Jefferson Evaristo do Nascimento Silva

Rio de Janeiro

2025

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CEH/B

S586 Silva, Rayssa Raquel Marinho da.
O estatuto das partes da oração em gramáticas racionalistas do
Brasil oitocentista / Rayssa Raquel Marinho da Silva. – 2025.
98 f.: il.

Orientador: Jefferson Evaristo do Nascimento Silva Alves.
Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado do Rio de
Janeiro, Instituto de Letras.

1. Língua portuguesa - Brasil - História – Séc. XIX - Teses. 2.
Língua portuguesa – Gramática - História – Teses. 3. Língua portuguesa
– Orações - Teses. 4. Linguística histórica – - Brasil - Séc. XIX - Teses.
I. Alves, Jefferson Evaristo do Nascimento Silva. II. Universidade do
Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Letras. III. Título.

CDU 806.90(81)(091)

Bibliotecária: Eliane de Almeida Prata. CRB7 4578/94

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta
dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Rayssa Raquel Marinho da Silva

**O estatuto das partes da oração em
gramáticas racionalistas do Brasil oitocentista**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Estudos de Língua.

Aprovada em 20 de março de 2025.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Jefferson Evaristo do Nascimento Silva Alves (Orientador)
Instituto de Letras - UERJ

Prof^a. Dra. Claudia Moura da Rocha
Instituto de Letras - UERJ

Prof. Dr. Leonardo Ferreira Kaltner
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro

2025

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, que sempre me fizeram sentir segura de ser amada e, assim, eu pude não ter medo de nada. Pude ter coragem de ser quem sou, não tive medo do ridículo, não tive medo de tentar e não tive medo de errar.

Aos meus avós que, mesmo sem acesso ao mundo letrado, permitiram que eu vivesse por meio das Letras. Obrigada, Alvarina e Roque.

AGRADECIMENTOS

A Deus, aos meus orixás e guias. Em especial, à minha vovó. Saravá.

À minha família, pelo amor incondicional, pela compreensão e pelo apoio, mesmo com a distância. Obrigada por sonharem para que eu pudesse realizar.

Ao meu orientador, Jefferson Evaristo, por toda orientação, um dos maiores exemplos de sabedoria, cuidado e humanidade que tive o privilégio de conhecer.

Ao professor Leonardo Ferreira Kaltner e à professora Cláudia Moura da Rocha, pela generosidade de aceitarem compor a banca de defesa desta dissertação.

Aos meus colegas de mestrado, especialmente Ana Cristina, Maria Moura e Felipe, por compartilharem comigo os desafios e as conquistas deste caminho.

Aos meus amigos Breno, Madalena, Paula, Vinícius e Carol, pelo acolhimento, pelo apoio e por tudo o que construímos juntos. Não seria quem sou sem vocês.

Ao Thiago e à Ana Paula, por terem sido minhas primeiras referências no Rio. Obrigada por me guiarem no desconhecido e tornarem essa jornada mais acolhedora.

À Vivi, ao Celso e à Débora, por serem um ponto de sorte na incerteza e um porto seguro nos momentos em que mais precisei.

À Carla, à Joque e ao Davi, pelo incentivo inicial no começo da minha jornada.

À minha psicóloga, Tayane, por todo apoio psicológico e por me dar ferramentas para superar desafios e compreender minha atuação no mundo.

Ao Nilo, por toda a força, incentivo e carinho, por me lembrar, todos os dias, que o amor tem o poder de ressignificar até os momentos mais difíceis.

Ao Davi Pires, aos Janelers e AEJ, pela leveza nos momentos mais pesados e por serem a prova viva de que o afeto tem o poder de transformar tudo.

A luta pela justiça social começa por uma reivindicação do tempo: eu quero aproveitar o meu tempo de forma que eu me humanize. As bibliotecas, os livros, são uma grande necessidade de nossa vida humanizada.

Antônio Cândido

RESUMO

MARINHO, Rayssa Raquel. *O estatuto das partes da oração em gramáticas racionalistas do Brasil oitocentista*. 2025. 98 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2025.

Este trabalho tem como objetivo examinar as concepções relativas às partes da oração na tradição gramatical oitocentista do português do Brasil, examinando como os critérios utilizados se aproximam ou se afastam do paradigma tradicional de gramatização – PTG (Vieira, 2018), com o objetivo interpretativo de investigar os processos de ruptura e continuidade das categorias de classificação. Para isso, propõe-se investigar as retóricas empregadas por gramáticos brasileiros, analisando os critérios de classificação, as perspectivas teóricas adotadas e sua interação com o contexto histórico e cultural da época. A análise baseia-se no modelo de camadas do conhecimento linguístico de Swiggers (2020) — teórica, técnica, documental e contextual —, pois compreende-se, nessa abordagem, que as mudanças na disciplina linguística são um fenômeno complexo, influenciado por diversos fatores, e, por isso, as variações não podem ser simplificadamente teorizadas e analisadas isoladamente. Na camada teórica, serão analisadas as concepções gerais dos gramáticos sobre a linguagem e a classificação das partes da oração. A camada técnica investigará as abordagens descritivas ou prescritivas e os métodos de análise utilizados. Na camada documental, buscaremos identificar o tipo de linguagem utilizada pelos gramáticos e, para isso, serão analisados os exemplários de cada obra. Por fim, a camada contextual examinará o clima de opinião e as retóricas de continuidade ou ruptura em relação ao ambiente intelectual de cada época (Kaltner, 2023; Batista, 2013). A pesquisa adota uma abordagem qualitativa-interpretativista para compreender as transformações epistemológicas na categorização gramatical. A análise se fundamentará em fontes primárias e secundárias, considerando o impacto de obras representativas da gramaticografia brasileira na formação do pensamento linguístico nacional. As gramáticas que constituem o corpus desta pesquisa são *Epítome da Gramática da Língua Portuguesa* (1806), de Moraes Silva, e *Compêndio da Gramática da Língua Nacional: Dedicado à Mocidade Rio-Grandense* (1835), de Antonio Pereira Coruja.

Palavras-chave: historiografia da linguística; gramaticografia; partes da oração.

ABSTRACT

MARINHO, Rayssa Raquel. The status of the parts of speech in rationalist grammars of nineteenth-century Brazil. 2025. 98 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2025.

This study aims to examine the conceptions of the parts of speech within the 19th-century grammatical tradition of Brazilian Portuguese, analyzing how the criteria employed align with or diverge from the traditional paradigm of grammaticization – PTG (Vieira, 2018). The interpretative goal is to investigate the processes of rupture and continuity in classification categories. To this end, the study explores the rhetorical strategies employed by Brazilian grammarians, analyzing their classification criteria, theoretical perspectives, and interactions with the historical and cultural context of the period. The analysis is based on Swiggers' (2020) model of layers of linguistic knowledge—theoretical, technical, documentary, and contextual—as this approach considers linguistic change a complex phenomenon influenced by multiple factors, preventing a simplistic or isolated theoretical analysis. The theoretical layer examines grammarians' general conceptions of language and the classification of parts of speech. The technical layer investigates descriptive or prescriptive approaches and methods of analysis. The documentary layer identifies the type of language used by grammarians by analyzing examples found in their works. Finally, the contextual layer examines the intellectual climate, as well as the rhetorical strategies of continuity or rupture in relation to the dominant scholarly discourse of each period (Kaltner, 2023; Batista, 2013). This research adopts a qualitative-interpretative approach to understanding epistemological transformations in grammatical categorization. The analysis is grounded in primary and secondary sources, considering the impact of key works in Brazilian grammaticography on the development of national linguistic thought. The grammars that constitute the corpus of this study are *Epítome da Gramática da Língua Portuguesa* (1806) by Moraes Silva and *Compêndio da Gramática da Língua Nacional: Dedicado à Mocidade Rio-Grandense* (1835) by Antonio Pereira Coruja.

Keywords: historiography of linguistics; grammaticography; parts of speech.

RESUMEN

MARINHO, Rayssa Raquel. *El estatuto de las partes de la oración en gramáticas racionalistas de Brasil del siglo XIX*. 2025. 98 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2025.

Este trabajo tiene como objetivo examinar las concepciones relativas a las partes de la oración en la tradición gramatical del siglo XIX del portugués de Brasil, analizando cómo los criterios utilizados se acercan o se alejan del paradigma tradicional de gramatización – PTG (Vieira, 2018), con el objetivo interpretativo de investigar los procesos de ruptura y continuidad de las categorías de clasificación. Para ello, se propone investigar las retóricas empleadas por los gramáticos brasileños, analizando los criterios de clasificación, las perspectivas teóricas adoptadas y su interacción con el contexto histórico y cultural de la época. El análisis se basa en el modelo de capas del conocimiento lingüístico de Swiggers (2020) —teórica, técnica, documental y contextual—, ya que, en este enfoque, se comprende que los cambios en la disciplina lingüística son un fenómeno complejo, influenciado por diversos factores, por lo que las variaciones no pueden ser teorizadas y analizadas de manera aislada. En la capa teórica, se analizarán las concepciones generales de los gramáticos sobre el lenguaje y la clasificación de las partes de la oración. La capa técnica investigará los enfoques descriptivos o prescriptivos y los métodos de análisis utilizados. En la capa documental, se buscará identificar el tipo de lenguaje empleado por los gramáticos, para lo cual se analizarán los ejemplares de cada obra. Finalmente, la capa contextual examinará el clima de opinión y las retóricas de continuidad o ruptura en relación con el ambiente intelectual de cada época (Kaltner, 2023; Batista, 2013). La investigación adopta un enfoque cualitativo-interpretativista para comprender las transformaciones epistemológicas en la categorización gramatical. El análisis se fundamentará en fuentes primarias y secundarias, considerando el impacto de obras representativas de la gramaticografía brasileña en la formación del pensamiento lingüístico nacional. Las gramáticas que constituyen el corpus de esta investigación son *Epítome da Gramática da Língua Portuguesa* (1806), de Moraes Silva, y *Compêndio da Gramática da Língua Nacional: Dedicado à Mocidade Rio-Grandense* (1835), de Antonio Pereira Coruja.

Palabras clave: historiografía de la lingüística; gramaticografía; partes de la oración.

RÉSUMÉ

MARINHO, Rayssa Raquel. *Le statut des parties de la phrase dans les grammaires rationalistes du Brésil du XIXe siècle*. 2025. 98 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2025.

Ce travail a pour objectif d'examiner les conceptions relatives aux parties du discours dans la tradition grammaticale du XIXe siècle du portugais du Brésil, en analysant comment les critères utilisés se rapprochent ou s'éloignent du paradigme traditionnel de grammaticalisation – PTG (Vieira, 2018), avec l'objectif interprétatif d'explorer les processus de rupture et de continuité des catégories de classification. Pour cela, il est proposé d'examiner les rhétoriques employées par les grammairiens brésiliens, en analysant les critères de classification, les perspectives théoriques adoptées et leur interaction avec le contexte historique et culturel de l'époque. L'analyse repose sur le modèle des strates de la connaissance linguistique de Swiggers (2020) — théorique, technique, documentaire et contextuelle —, car selon cette approche, les changements dans la discipline linguistique sont un phénomène complexe, influencé par divers facteurs, et, par conséquent, les variations ne peuvent être simplement théorisées et analysées isolément. Dans la strate théorique, seront analysées les conceptions générales des grammairiens sur le langage et la classification des parties du discours. La strate technique étudiera les approches descriptives ou prescriptives et les méthodes d'analyse employées. La strate documentaire cherchera à identifier le type de langage utilisé par les grammairiens, en analysant les exemplaires de chaque ouvrage. Enfin, la strate contextuelle examinera le climat d'opinion et les rhétoriques de continuité ou de rupture en relation avec l'environnement intellectuel de chaque époque (Kaltner, 2023; Batista, 2013). Cette recherche adopte une approche qualitative-interprétative pour comprendre les transformations épistémologiques dans la catégorisation grammaticale. L'analyse s'appuiera sur des sources primaires et secondaires, en considérant l'impact des ouvrages représentatifs de la grammaticographie brésilienne dans la formation de la pensée linguistique nationale. Les grammaires constituant le corpus de cette recherche sont *Epítome da Gramática da Língua Portuguesa* (1806), de Moraes Silva, et *Compêndio da Gramática da Língua Nacional: Dedicado à Mocidade Rio-Grandense* (1835), d'Antonio Pereira Coruja.

Mots-clés: historiographie de la linguistique; grammaticographie; parties du discours.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 - Organização primária da HL	25
Quadro 2 - Camadas do conhecimento linguístico	35
Quadro 3 - Síntese da fundamentação teórica	37
Quadro 3 - Moraes Silva (1806)	70
Tabela 1 - Coruja (1835)	78
Quadro 4 - Síntese comparativa entre os autores	85

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGP	Arte de Gramática Portuguesa
BCGP/FC	Breve Compêndio de Gramática Portuguesa / Frei Caneca
BCGP/SHA	Breve Compêndio de Gramática Portuguesa / Salvador Henrique de Albuquerque
CGLN	Compêndio da Gramática da Língua Nacional
CGP	Compêndio da Gramática Portuguesa
EGLP	Epítome da Gramática de Língua Portuguesa
GELP	Gramática Elementar da Língua Portuguesa
HL	Historiografia da Linguística

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	14
1	FUNDAMENTOS TEÓRICOS	21
1.1	Historiografia Linguística: considerações iniciais	21
1.2	Organização do campo	25
1.2.1	<u>Princípios e passos investigativos</u>	27
1.3	Dos conceitos utilizados: retóricas de rupturas e continuidades nas camadas do conhecimento linguístico	29
1.3.1	<u>Camadas do conhecimento linguístico</u>	34
2	METODOLOGIA DE PESQUISA	38
2.1	Construção do método	38
2.2	Objetivos e contextualização da pesquisa	40
2.3	Critério de seleção de fontes	42
2.4	As fases da pesquisa	45
2.5	Periodização dos estudos linguísticos	47
3	UMA BREVE HISTÓRIA DA GRAMÁTICA TRADICIONAL	53
3.1	O aparecimento do discurso Filosófico e a Gramática Tradicional	93
3.2	As Categorias Gramaticais	57
4	MORAES SILVA: EPITOME DA GRAMÁTICA DE LÍNGUA PORTUGUEZA (1806)	63
4.1	Capa contextual	63
4.2	Capa documental	66
4.3	Capa técnica	66
4.4	Capa teórica	68

5	ANTÔNIO ÁLVARES PEREIRA CORUJA: COMPÊNDIO DA GRAMMÁTICA DA LÍNGUA NACIONAL: DEDICADO À SOCIEDADE RIO-GRANDENSE (1835)	72
5.1	Capa Contextual	72
5.2	Capa Documental	75
5.3	Capa Técnica	76
5.4	Capa Teórica	76
6	RESULTADOS E CONTRIBUIÇÕES	80
6.1	Análise comparativa entre Moraes Silva (1806) e Coruja (1835)	80
	CONCLUSÃO	88
	REFERÊNCIAS	95

INTRODUÇÃO

Tradicionalmente, as classes de palavras, ou partes do discurso, são grupos abertos de palavras definidos com base em suas propriedades semânticas e/ou funções gramaticais. Essas classes são fundamentais para a descrição de uma língua, pois revelam características gerais das palavras. Ao longo da história das reflexões linguísticas, diversas definições foram propostas para as partes do discurso, sem uma uniformidade ou objetividade de critérios, ocasionando, assim, uma assistematização. Do ponto de vista gramatical, esse conjunto de categorias está contido na parte de morfologia, o estudo formal da língua.

Por meio dessas classificações, sejam elas morfológicas ou formais — que se opõem às classificações sintáticas ou funcionais —, é possível definir a identidade gramatical de cada palavra, aspecto diretamente relacionado ao campo da morfologia, responsável pelo estudo das formas da língua. Tal classificação é essencial para reconhecer padrões e estruturas na construção de enunciados. Azeredo (2021) enfatiza que, ao utilizar critérios objetivos e abrangentes, as classificações ajudam a esclarecer o papel de cada palavra, não apenas em termos de significado, mas principalmente em suas funções morfológicas e sintáticas dentro do sistema linguístico.

Segundo Azeredo (2021), as categorias linguísticas funcionam como ferramentas simbólicas que a língua utiliza para que seus falantes possam transformar em palavras suas experiências, intuições e pensamentos compartilhados. Embora as vivências sensoriais e as criações da imaginação sejam incontáveis e únicas, a língua não consegue capturar a singularidade de cada uma delas. Para transmitir essas experiências, a língua precisa recorrer a processos de generalização e organização. Assim, as percepções humanas são integradas ao conhecimento por meio de esquemas e categorias formais que as organizam em classe.

As primeiras reflexões sistemáticas sobre as partes da oração, ou *partes orationis*, foram realizadas pelos filósofos gregos e posteriormente organizadas pelos gramáticos greco-latinos. Essas partes, como o nome e o verbo, formaram o núcleo central das gramáticas, tornando-se um dos elementos mais importantes para a estruturação formal das línguas ocidentais. A sistematização dessas categorias proporcionou uma base sólida para a análise e o ensino da língua, que permanece influente até hoje.

No diálogo *Sofista*, de Platão, encontram-se as primeiras menções à classificação funcional das palavras, com a distinção entre o nome e o verbo. O nome é visto como a palavra que designa o sujeito, enquanto o verbo é aquela que indica a ação ou o predicado. Essa divisão simples, mas fundamental, foi o ponto de partida para a organização gramatical nas obras dos gramáticos posteriores, estabelecendo as bases para a gramática ocidental como a conhecemos.

Dessa forma, compreendemos o processo de categorização como essencial para a nossa constituição enquanto seres humanos. As categorias desempenham um papel fundamental na organização do conhecimento e do pensamento, permitindo-nos classificar e compreender o mundo externo ao estabelecer relações entre objetos e conceitos. Ao estruturar a realidade de maneira lógica, as categorias facilitam a elaboração de interpretações e a comunicação de ideias, sendo, portanto, indispensáveis tanto para o entendimento do mundo quanto para a interação com ele.

Em *Categorias*¹, Aristóteles (1995) define as categorias como modos de predicação que expressam a essência dos seres, permitindo descrever a realidade de forma objetiva. Sua classificação busca entender o que existe no mundo, partindo da ideia de que a diversidade e complexidade da realidade podem ser organizadas por meio de unidades conceituais fundamentais, chamadas de categorias.

Essas categorias ajudam a organizar o pensamento sobre a diversidade dos seres e fenômenos. Ele identifica diferentes tipos dessas unidades conceituais, as quais denomina "gêneros supremos", indicando que o ser não se limita a uma única forma ou expressão, mas apresenta diversas manifestações que podem ser classificadas nessas categorias. A categoria principal é a "substância," que Aristóteles considera o fundamento sobre o qual todas as outras categorias estão relacionadas.

Em essência, a substância representa a natureza básica ou essência dos seres, aquilo que lhes confere identidade própria. As demais categorias — como qualidade, quantidade e relação — funcionam como atributos adicionais que detalham aspectos particulares ou variações dessa essência fundamental. Essas categorias complementares ajudam a descrever as propriedades, estados ou interações da substância, mas sempre mantendo-a como a base que permite entender o ser em sua totalidade (Aranalde, 2023).

¹ Como categorias filosóficas, não eram propriamente gramaticais; estavam vinculadas à dialética ou à lógica aristotélica, concebida como uma ciência dos significados, mais do que como uma análise das formas da oração ou de suas partes.

Dessa forma, no sistema aristotélico, as categorias constituem a base para o entendimento dos objetos. Elas representam princípios essenciais que possibilitam o conhecimento, partindo de uma visão que considera o mundo um conjunto integrado de causas e efeitos. Nesse contexto, segundo Aranalde (2023), as coisas e suas propriedades fundamentais, assim como seus estados, processos e relações, podem e devem ser desvendadas por meio do esforço intelectual de categorização.

Assim, as categorias possibilitam uma compreensão do mundo, atuando como instrumentos essenciais tanto para a análise filosófica quanto para a análise gramatical, organizando os modos de predicação em distintas classes. O estudo histórico das partes do discurso, ou classes de palavras conforme a nomenclatura atual, possibilita compreender a evolução dos elementos gramaticais ao longo do tempo, assim como suas bases filosóficas e as modificações que ocorreram.

A história é narrada por membros de uma sociedade, que observam e relatam fatos a partir de suas perspectivas. A busca pelo entendimento histórico permeia diversas camadas da experiência humana, inserindo-o em uma construção social. Em cada período, a corrente histórica elabora interpretações sobre o passado, evidenciando tanto conhecimentos consolidados quanto aqueles em processo de desenvolvimento. A reflexão e a dimensão histórica do que foi produzido sobre a linguagem, buscando compreendê-la, recebe o nome, segundo Batista (2013), de *Historiografia Linguística (HL)*.

Em síntese, a HL é o campo que estuda o desenvolvimento histórico do saber linguístico; seu objetivo vai além do simples registro de descobertas, buscando também entender e interpretar o processo histórico e as diversas influências sociais, culturais e políticas que moldaram as teorias linguísticas ao longo do tempo.

Na pesquisa em HL, é fundamental considerar o clima intelectual do período analisado, isto é, o conjunto de ideias, crenças e valores dominantes em determinado período que influenciam o pensamento e as teorias. Esse conceito é importante para entender como os contextos históricos, sociais, culturais e ideológicos moldam o desenvolvimento das teorias e abordagens linguísticas (Kaltner, 2023).

Além disso, a neutralidade na HL é substancial, visto que se refere à postura imparcial e objetiva que um pesquisador deve manter ao estudar um determinado objeto. Essa abordagem visa evitar a inserção de opiniões pessoais, emoções ou julgamentos subjetivos na análise, assegurando que as conclusões sejam fundamentadas em dados e evidências.

Ao manter a neutralidade, o pesquisador permite que os fenômenos observados sejam compreendidos em sua complexidade, levando em conta fatores que influenciam as

transformações estudadas — sejam internos, como mudanças na estrutura linguística, ou externos, como contextos sociais e culturais (Batista, 2013).

Ao acompanhar uma tradição gramatical, como o estatuto das partes do discurso em determinado período, o pesquisador identifica processos de rupturas e continuidades. Essa análise deve considerar tanto o contexto interno da obra quanto o social, permitindo uma visão mais ampla das interações linguísticas e históricas. Reconhece-se o aspecto interdisciplinar desse campo científico, pois ele engloba não apenas o conteúdo das obras propriamente ditas, mas também o contexto que envolve a análise dos eventos históricos nos quais os documentos estão situados.

Ressalta-se, também, que a gramática não nasceu sistemática, doutrinária e como disciplina. Antes mesmo do surgimento da gramática como matéria intelectual e da linguagem como objeto de estudo, os gregos faziam suas considerações a respeito da língua e da linguagem (Neves, 1987), o que torna significativa a experiência da linguagem trazida por eles antes mesmo da existência de uma teoria elaborada no que diz respeito aos estudos, sistematização e classificação dos nomes.

Vieira (2015) utiliza a formulação teórica Paradigma Tradicional de Gramatização (PTG), fundamentado nos estudos de Aurox (1992), no qual denomina "gramática latina estendida". para se referir a um processo que remonta ao Renascimento, alicerçado na tradição greco-latina, que descreve e regula as línguas ocidentais por meio de duas tecnologias metalinguísticas: a gramática e o dicionário. As gramáticas normativas do português são produtos desse paradigma, pois se vinculam à doutrina gramatical que busca preservar um conjunto de princípios e regras.

Apesar de um certo deslocamento teórico no final do século XIX, quando a gramatização do português começou a transitar do período vernaculista/filosófico — que via a gramática como uma técnica e uma arte — para um período científico que a compreendia como uma ciência, os fundamentos metodológicos e ideológicos do PTG permaneceram inalterados (Vieira, 2015). O autor também destaca que, mesmo com essas mudanças superficiais, a gramatização das línguas ocidentais ainda carrega as marcas da tradição greco-latina, refletindo uma continuidade.

A análise histórica da produção científica no campo dos estudos sobre a linguagem revela uma tensão entre movimentos de continuidade e descontinuidade, evidenciando que os paradigmas científicos são, em essência, construções teóricas em busca de elucidar a complexidade da linguagem humana. Uma questão epistemológica central na historiografia linguística é a decisão de como interpretar o desenvolvimento dos eventos: se como uma

sequência linear e cronológica de avanços ou como uma série de momentos de ruptura e transformação (Neto, 2012).

Nesse contexto, cabe ao historiador da linguística decidir se enfatiza a continuidade, traçando linhas de influência e adaptação teórica, ou se foca nas discontinuidades, destacando mudanças paradigmáticas e inovações. Essa escolha, contudo, é complexa, uma vez que o desenvolvimento das teorias linguísticas frequentemente combina elementos de permanência e mudança. Segundo Neto (2012), o desafio para a HL está, assim, em equilibrar essa dualidade, buscando uma narrativa que capture a fluidez e a multiplicidade das transformações epistemológicas na compreensão da linguagem.

Nota-se nesse processo de gramatização que há um padrão de produção e classificação de gramáticas que se insere no PTG, ou seja, de produções que se inserem no movimento, em alguns aspectos, de continuidade. Esse paradigma, conforme explicado por Vieira (2018), é uma ramificação dos estudos linguísticos greco-latinos, que tiveram origem em uma perspectiva filosófica e se tornaram a base teórico-metodológica da gramática tradicional. Esse padrão de "montagem" gramatical influenciou desde os alexandrinos até os gramáticos brasileiros contemporâneos, sempre com fundamentos filosóficos (Vieira, 2018, p.10).

A classificação do mundo é, portanto, uma tarefa para a interação humana com o ambiente, e categorizar é um processo natural. Nesse contexto, ao investigar as gramáticas inseridas no PTG, torna-se necessário investigar os fundamentos na vertente grega e como esse sistema de separação estruturou-se, observando, assim, como essa herança gramatical teve movimentos de continuidades, discontinuidades e rupturas.

Nesse sentido, este estudo busca contribuir para a compreensão do estatuto das partes do discurso em algumas gramáticas brasileiras oitocentistas, uma vez que isso é fundamental para entender o processo de delimitação categorial na história do português do Brasil e suas bases filosóficas. Para selecionar as fontes primárias desta pesquisa, mapeamos as gramáticas produzidas no século XIX, visto que investigar as gramáticas brasileiras de língua portuguesa exige remontar aos primeiros anos desse século, quando efetivamente começam a estruturar-se as bases de um pensamento linguístico nacional (Cavaliere, 2014).

No primeiro capítulo, trabalhamos a fundamentação teórica da pesquisa, com ênfase na teoria das camadas proposta por Swiggers (2020), que oferece uma abordagem multidimensional para analisar a mudança da linguística, observando diferentes aspectos do conhecimento linguístico em quatro camadas: *teórica*, *técnica*, *documental* e *contextual*. Swiggers (2020) argumenta que as mudanças no conhecimento linguístico não ocorrem de forma síncrona em todas as camadas, o que permite que uma ruptura em uma camada não

comprometa a estabilidade das demais. Optou-se por essa abordagem, cuja análise é feita em camadas e quadros comparativos, porque ela possibilita visualizar os processos de continuidade, descontinuidade e ruptura nas mudanças gramaticais, considerando tanto fatores internos quanto externos ao objeto de estudo.

Na camada *teórica*, discutiu-se o conceito das partes do discurso para cada autor do *corpus*; na *técnica*, examinou-se como os autores tratam a normatividade linguística, a fim de identificar se eles seguem uma abordagem mais descritiva ou prescritiva, aplicando diferentes técnicas de análise e formas de apresentação dos dados. A camada *documental* identificou o estilo de linguagem empregado pelos gramáticos, verificando se eles utilizavam obras literárias como referência, quais autores eram citados com maior frequência e o tipo de literatura que esses autores representavam. Para isso, foram analisados os exemplários de cada obra. Enquanto a *capa* contextual focou no contexto sócio-histórico em que as obras estão inseridas.

Na metodologia, segundo capítulo, foram trabalhados autores que fundamentam a abordagem teórica e metodológica da pesquisa. Glaser e Strauss (1967) são destacados pela teoria fundamentada nos dados, que orienta a construção teórica a partir da análise qualitativa das informações coletadas. Swiggers (2013) é utilizado para estruturar as fases da pesquisa, com foco na organização heurística, hermenêutica e executiva. Bortoni-Ricardo (2008) contribui com o paradigma interpretativista, que valoriza a influência do contexto sócio-histórico e a subjetividade do pesquisador ao delimitar o objeto de estudo e o objetivo da pesquisa. Além disso, autores como Batista (2013), Cavaliere (2022) e Polachini (2018) são utilizados para contextualizar o *corpus* e fornecer uma análise historiográfica das gramáticas do século XIX.

Dentre os gramáticos utilizados nesse estudo, essenciais para a compreensão da gramaticografia brasileira oitocentista, incluíram-se, a princípio, Moraes Silva, autor do *Epítome da gramática de língua portuguesa* (1806), Inácio Felizardo Fortes, com a *Arte de grammatica portugueza* (1816), e Padre Antônio da Costa Duarte, que publicou o *Compendio da grammatica portugueza* (1829). Além deles, Frei Caneca, com seu *Breve compêndio de grammatica portugueza* (1876), e Filipe Benício Conduru, autor da *Grammatica elementar da lingua portugueza* (1888), também são analisados. Completa-se o grupo com Salvador Henrique de Albuquerque, que escreveu o *Breve compêndio de gramática portuguesa* (1844), e Antônio Alvares Pereira Coruja, autor do *Compendio da Grammatica da Lingua Nacional* (1835). Esses autores foram elencados como representativos do período, mas, devido a alguns critérios especificados posteriormente, demos continuidade apenas com Moraes Silva (1806) e Coruja (1835). Essas obras foram escolhidas por sua relevância no contexto educacional e

linguístico do Brasil no século XIX, no qual caracterizam o período racionalista, influenciando o ensino e a normatização da língua portuguesa (Cavaliere, 2022).

No terceiro capítulo, foi abordado o surgimento das partes do discurso no contexto das reflexões dos gregos acerca da linguagem. Aristóteles contribuiu para os estudos de linguagem ao categorizar as palavras em seu sistema lógico, propondo uma divisão baseada em funções semânticas e gramaticais (Neves, 1987). Dionísio Trácio, no século II a.C., formalizou essa categorização em sua obra *Tekhné Grammatiké*, estabelecendo oito classes gramaticais que influenciaram as gramáticas ocidentais posteriores, incluindo as do português (Bagno, 2011).

Em síntese, o objetivo deste trabalho é analisar os movimentos de continuidade, descontinuidade e ruptura no estatuto das partes da oração nas gramáticas oitocentistas do Brasil. Considerando a importância delas e sua categorização como um processo natural do ser humano, busca-se entender como essas classificações foram validadas e reformuladas ao longo do tempo. A pesquisa visa, portanto, mapear as transformações teóricas e metodológicas que influenciaram a gramaticografia do século XIX, considerando os gramáticos representativos do século, conforme supracitado.

1 FUNDAMENTOS TEÓRICOS

Neste capítulo, abordaremos as bases teóricas que sustentam esta pesquisa, além de traçarmos um panorama sobre o organograma, a organização e os principais passos investigativos da Historiografia Linguística. A evolução do pensamento científico não é linear, mas sim marcada por períodos de avanços, recuos, retomadas e rupturas; nesse viés, um dos conceitos discutidos neste capítulo é o de retóricas de continuidade e retóricas de ruptura, de Murray (1994), e o de camadas dos conhecimentos linguísticos, de Swiggers (2020).

1.1 Historiografia Linguística: Considerações Iniciais

A partir da década de 1970, a Historiografia Linguística (HL) transformou-se em uma disciplina sólida, consolidando-se no âmbito acadêmico como um campo de pesquisa autônomo. Segundo Bastos e Casagrande (2021), a HL surgiu como ciência vinculada à História e passou por um processo de mudanças dos paradigmas dos estudos históricos e historiográficos. Ao invés de se limitar à narrativa dos acontecimentos, assumiu o papel fundamental de registrar esses eventos de maneira crítica, problematizando-os e questionando-os.

A HL é entendida, segundo Swiggers (2013), como um campo interdisciplinar da evolução do conhecimento linguístico, especificamente na área da História/Historiografia da Ciência e das Ideias. Esse campo abarca a descrição e a explicação do percurso da linguagem, tanto em termos intralinguísticos quanto extralinguísticos. Para compreendê-lo, é necessário recuperar o passado linguístico como parte essencial dos estudos, incluindo outras áreas da ciência. Essa natureza interdisciplinar exige que o historiógrafo² tenha um conhecimento abrangente de diversos campos científicos, pois sua área de estudo deve incorporar diferentes perspectivas teóricas e de análise (Bastos e Casagrande, 2021).

²Segundo Batista (p. 52, 2020), "o historiador que se debruça sobre a história do conhecimento sobre a linguagem será chamado de historiógrafo da linguística". Esse historiógrafo não se limita a coletar datas ou a compilar trabalhos de outros autores. Sua principal característica é o senso de observação e a capacidade de realizar sínteses analíticas. Essa especialização é alcançada somente por meio de uma preparação específica.

Para trabalhar o passado linguístico e os eventos históricos, é fundamental analisar o clima de opinião do período estudado e manter a neutralidade epistemológica³ (Kaltner, 2023). Nesse sentido, a História pode ser compreendida como uma série de discursos sobre o mundo no qual o objeto de estudo é o passado (Jenkins, 2013). Ao separar essas definições, é possível entender que o passado é o que ocorreu de fato, mas que, ao cortá-lo, tem-se infinitas interpretações a partir do trabalho do historiador. Assim, não se fala em apenas uma história, mas de possíveis narrativas, cuja parte contada passa pelo ofício e olhar de quem está lidando com os eventos selecionados.

Seguindo esse raciocínio, a seleção do que será contado necessita passar pelo crivo do historiógrafo, senão todo acontecimento seria um fato relevante a ser historiografado. Logo, é preciso selecionar um fato considerado pertinente para a sua investigação. Nesse aspecto, o “sangue vivo” da história seria a interpretação, e não o fato. E a interpretação, por sua vez, seria oriunda da relação entre o historiador e os fatos (Jenkins, 2013).

De acordo com Batista (2020), a atividade do historiógrafo passa, portanto, por certa subjetividade intrínseca, ainda que se pretenda científica. A objetividade completa é impossível, pois a análise histórica sempre envolve um posicionamento ativo do pesquisador, que interpreta os dados a partir de seu contexto teórico e intelectual. Pesquisadores diferentes podem analisar os mesmos documentos e chegar a conclusões distintas, refletindo suas perspectivas individuais e os contextos culturais e sociais em que estão inseridos. Essa multiplicidade de interpretações enriquece a historiografia, mas também destaca a necessidade de uma abordagem crítica, metodológica e reflexiva ao estudar o passado.

Assim, a formulação e a investigação do objeto de estudo passam por diferentes perspectivas, em que cada discurso está situado no espaço e no tempo, com o fazer histórico se dando, sobretudo, por meio do texto. A leitura, no entanto, não é um processo simples e natural: ela é aprendida e informada por outros textos. Dessa forma, “a história (historiografia) é um construto linguístico intertextual” (Jenkins, 2013, p.26).

Considerando os textos como objetos primários na HL, eles se constituem como o “reflexo material” do historiador, representando o conjunto cronológico e geográfico dos acontecimentos, fatos, processos de conceptualização e descrição, e dos produtos que moldaram a tradição do pensamento e da práxis linguísticas (Swiggers, 2013). Assim, o

³ O clima de opinião investiga as interações sociais com o pensamento linguístico, enquanto a “neutralidade epistemológica” exige que o historiador se distancie de sua própria época e formação para analisar um fato linguístico histórico, a fim de evitar críticas parciais (Kaltner, 2023).

historiógrafo utiliza esses documentos para reconstruir o conhecimento linguístico com base em interpretações críticas do contexto histórico, social e cultural.

Os documentos históricos selecionados pelo historiógrafo permitem a execução de atividades descritivas, explicativas e interpretativas. Essas fontes podem ser divididas em primárias, que são o objeto direto da pesquisa, e secundárias, que fornecem o suporte necessário para a contextualização histórica e social das primárias (Batista, 2020). Dessa forma, segundo Bastos e Casagrande (2021), a HL se configura como uma disciplina explicativa, pois busca explorar questões que vão além do conhecimento sobre a linguagem, abordando o papel dos agentes no desenvolvimento desse conhecimento e a influência do contexto social sobre ele.

Além disso, destaca-se também que a HL não aborda a língua como seu objeto de estudo principal; em vez disso, focaliza-se no conhecimento produzido e no que foi dito sobre ela ao longo do percurso histórico da linguagem. No entanto, sua abordagem vai além de simplesmente datar eventos, realizar levantamentos de dados e listar bibliografias. É crucial, portanto, realizar uma análise profunda, explicar e hierarquizar os dados, fatos, teorias e métodos que constituem os estudos linguísticos ao longo do tempo descrito (Swiggers, 2013; Bastos e Casagrande, 2021).

Como mencionado, o campo de estudos da HL mantém conexões com diversas disciplinas, como a filosofia da linguagem, a retórica, a lógica (ou "dialética"), a psicologia, a antropologia, a sociologia, a teologia e a história de cada uma delas. Essa interdisciplinaridade é altamente complexa, pois abrange fatores como tradição, acontecimentos públicos e pessoais, além do produto do trabalho.

Existem tradições distintas no percurso evolutivo da linguagem, classificadas como "étnicas", "geográficas" ou "culturais" (Swiggers, 2013). Elas possuem diferenças a partir do surgimento do desenvolvimento, da dinâmica interna e da relação com outras tradições — as quais também variam em sua abrangência ao fenômeno da linguagem e o enfoque em investigações particulares do estudo de línguas.

Desse modo, o trabalho historiográfico se apresenta como um tecido integrado de eventos pessoais e públicos, abrangendo aspectos políticos, socioeconômicos, institucionais, intelectuais, culturais e redes sociais, além de atividades relacionadas à língua como objeto ou meio para determinado objetivo, reflexões, elaborações e conceptualizações. Segundo Angelici (2019), alcançar resultados satisfatórios em uma investigação historiográfica requer alternar entre parâmetros de análise internos e externos, destacando a importância da contextualização para compreender como um determinado pensamento linguístico ganhou legitimidade na comunidade científica.

Portanto, é possível construir uma narrativa historiográfica a partir de dimensões e parâmetros diferentes, considerando uma perspectiva externa, de caráter social, combinada com uma análise interna (que envolve a descrição e análise de teorias e conteúdos por determinado grupo ou autor). De acordo com Batista (2013), há três dimensões que exploram diferentes aspectos da HL: a dimensão teórica, temporal e social.

A *dimensão teórica* foca na análise interna dos estudos linguísticos ao longo do tempo, buscando entender os argumentos e as metodologias presentes nos textos e nas teorias, independentemente de sua cronologia. Questiona quais aspectos foram considerados relevantes em determinados tratamentos linguísticos, que tipos de dados foram utilizados e quais abordagens de descrição e explicação foram privilegiadas pelos autores.

A *dimensão temporal* envolve a divisão temporal do objeto de análise, permitindo ao historiador identificar continuidades ou rupturas no tratamento de problemas linguísticos ao longo do tempo. Essa periodização é substancial para contextualizar o foco investigativo no tempo, de modo que, posteriormente, seja possível observar se teve alguma influência no posicionamento em relação ao tratamento da linguagem.

Já a *dimensão social* analisa as comunidades de pesquisadores e as retóricas adotadas por eles, em busca de legitimidade acadêmica, profissional e social. Reconhece que a ciência e os conhecimentos são produtos de um contexto social complexo, influenciados por relações pessoais e profissionais, além de serem moldados pelo clima intelectual e cultural da época.

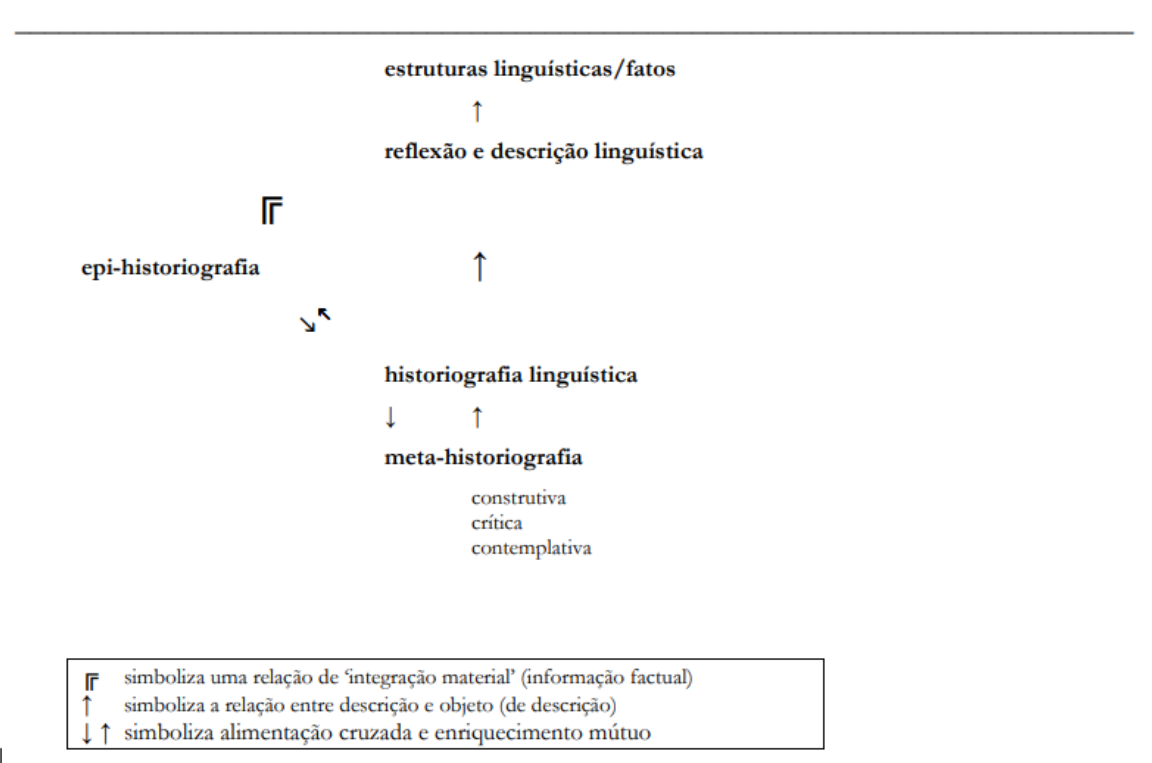
A definição precisa das dimensões históricas na HL capacita os historiógrafos a analisar processos a partir de uma correlação entre o mundo exterior, a obra e os conhecimentos intrinsecamente linguísticos. Após a identificação desses processos, a pesquisa histórica segue com a observação analítica, destacando transformações nas abordagens teóricas e nas comunidades científicas ao longo do tempo.

Em síntese, para compreender os aspectos teóricos apresentados na próxima seção, é essencial entender os textos como objeto de estudo da HL. Isso envolve a seleção, a organização e a reconstrução do conhecimento linguístico com base em interpretações críticas do processo de produção contextualizado historicamente, socialmente e culturalmente. Além disso, é fundamental considerar a atuação do historiador a partir da neutralidade, bem como os aspectos metodológicos e os princípios envolvidos nos variados processos analisados. Também deve-se reconhecer o caráter interdisciplinar desse campo científico, que abrange não apenas o conteúdo das obras em si, mas também o contexto que permeia a análise dos eventos históricos nos quais os documentos estão inseridos.

1.2 Organização do Campo

Na HL, é necessário estabelecer critérios quer vão desde a seleção de fontes até a metodologia de fato utilizada. Nesse processo, Swiggers (2010) utiliza o termo "organização" para se referir a duas exigências. A primeira envolve a inclusão do trabalho do historiador em um "organograma", primordial para a tarefa historiográfica; a segunda está relacionada às fases da análise historiográfica. O quadro abaixo, elaborado pelo autor, apresenta a estrutura primária da organização:

Quadro 1 - Organização primária da HL



Fonte: Swiggers, 2010, p. 4.

As *estruturas linguísticas/fatos* “são os fatos (selecionados), ou conjuntos de fatos relacionados às estruturas linguísticas e às situações linguísticas que (no passado) foram objeto de reflexão linguística, ou de descrição” (Swiggers, 2010, p. 4).

A *reflexão* e a *descrição linguística* estão associadas a uma gama de operações importantes a respeito das estruturas linguísticas. Segundo Swiggers (2010, p. 4), “este nível inclui todos os tipos de práticas e de conceptualizações que tratam (mesmo fragmentariamente) de análise, regulação, comparação (histórica/geográfica/tipológica), classificação, avaliação (estética) de línguas”.

A *HL* refere-se à **narrativa** descritivo-explicativa que abrange a reflexão e a descrição linguística ao longo do tempo, estendendo-se desde o passado até o presente do historiador linguístico. Já a *epi-historiografia* e a *meta-historiografia* são dimensões que dão apoio ao trabalho historiográfico. O autor define a *epi-historiografia* como:

Este ramo “lateral” da historiografia concerne à história dos “agentes” (pesquisadores individuais, ou grupos de pesquisadores de uma língua), e “materiais produzidos” (papiros, manuscritos, livros, artigos, textos eletrônicos, etc.), esses últimos constituem o depósito do conhecimento linguístico. Em acréscimo, o componente epihistoriográfico também integra o material documental produzido por historiógrafos, como meio de apoio e reforço à pesquisa meta-historiográfica (Swiggers, 2010, p. 5).

A *meta-historiografia* está relacionada à reflexão sobre as práticas e os resultados da historiografia. Essa disciplina pode ser dividida em três tarefas fundamentais: construtiva, crítica e contemplativa. A *meta-historiografia construtiva* visa criar modelos narrativos para a história da reflexão e descrição linguísticas, além de desenvolver uma metalinguagem coerente e precisa.

A *meta-historiografia crítica* envolve a avaliação dos resultados da prática historiográfica, tanto em termos de documentação empírica quanto de princípios metodológicos e epistemológicos. Por fim, a *meta-historiografia contemplativa* trata da definição do objeto e *status* da HL, dos fundamentos e justificativas dos formatos e perfis historiográficos, e de questões epistemológicas, como o conceito de “fato histórico” ou a noção de “verdade” na história da linguística.

Com esse organograma, é possível definir as diretrizes que orientarão o trabalho. A combinação da *epi-historiografia*, que se concentra nos agentes e materiais, com a *meta-historiografia*, que analisa criticamente as práticas historiográficas, proporciona uma base sólida para a pesquisa. Isso ajuda a criar modelos narrativos, avaliar métodos e definir conceitos fundamentais, auxiliando desde a seleção do material até a metodologia utilizada para construir, comparar e analisar a produção do conhecimento linguístico sobre o objeto examinado pelo historiógrafo. Agora, avancemos para a segunda exigência.

A organização do próprio trabalho historiográfico compõe o segundo requisito de Swiggers (2013), envolvendo três fases distintas, considerando seu caráter baseado em documentos e o fato de que estes se referem a textos do passado. A primeira fase, denominada *fase heurística*, requer obtenção de informações sobre as fontes disponíveis, leitura atenta dos textos-fontes, catalogação de ideias, pontos de vista e terminologia, bem como a contextualização desses elementos.

A segunda fase, conhecida como *fase hermenêutica*, consiste na interpretação dos textos, utilizando categorias interpretativas. Nessa etapa, é crucial diferenciar entre categorias gerais, que são parte da metodologia geral, e categorias específicas, que constituem a metodologia específica. Além disso, a interpretação envolve uma dimensão comparativa, pois frequentemente relaciona conceitos, autores e modelos.

Por fim, a terceira fase, a *fase executiva*, concentra-se na demonstração dos resultados da investigação, na qual são apresentadas as conclusões alcançadas a partir da análise realizada nas fases anteriores. Nessa etapa, Swiggers (2013, p. 45) estabelece outras dimensões substanciais para a execução, são elas: c1) a do formato de exposição; c2) a dimensão da intencionalidade do historiógrafo; c3) a dimensão do programa cognitivo.

Em suma, a pesquisa em HL, conforme delineada por Swiggers (2010), envolve três etapas metodológicas essenciais: a fase heurística, onde se selecionam e organizam os documentos históricos; a fase hermenêutica, em que se interpretam esses documentos a partir de uma perspectiva interdisciplinar; e a fase expositiva, na qual se define a forma de apresentação das análises. Esse processo permite aos historiógrafos não apenas investigar como o conhecimento linguístico foi desenvolvido, disseminado e preservado, mas também oferece possibilidades de análises para os linguistas sobre a prática histórica relacionada à linguagem.

1.2.1 Princípios e Passos Investigativos

Na seção anterior, discutimos a organização de um trabalho historiográfico segundo Swiggers (2010). Agora, examinaremos os princípios metodológicos necessários para a reconstrução histórica. A solução para o problema dos possíveis abusos da linguagem técnica por parte do historiógrafo da linguística pode residir na adoção de três princípios fundamentais, sendo eles a contextualização, a imanência e a adequação (Koerner, 2014).

A contextualização, referente ao período histórico em que o material foi produzido, é a reconstrução do clima de opinião⁴ da época. Esse princípio é responsável por situar e colocar a obra em recortes históricos, reconhecendo que a recepção e a elaboração de ideias não acontecem isoladamente; tem-se então “a vocação interdisciplinar que define história da Linguística com uma observação analítica sobre eventos dos estudos da linguagem situados historicamente” (Batista, 2013, p. 76). Reconhece-se, nesse processo, que “as ideias linguísticas nunca se desenvolveram independentemente de outras correntes intelectuais do período em que surgiram” (Koerner, 2014, p.58); logo, situar os documentos dentro de um período é substancial.

A imanência é o empenho do historiógrafo em compreender integralmente o texto produzido durante o período analisado, de forma crítica e historicamente informada. Ele busca alcançar essa compreensão respeitando tanto o contexto geral da teoria em questão quanto as definições terminológicas estabelecidas internamente, evitando aproximações com o contemporâneo do historiógrafo, trabalhando, assim, o objeto em sua própria natureza e na configuração espaço-temporal-social em que está inserido. Koerner afirma que o historiógrafo precisa “tentar estabelecer uma compreensão completa do texto linguístico em questão, tanto do ponto de vista histórico como crítico, talvez até mesmo filológico” (2014, p. 58).

A adequação, o terceiro princípio, está em consonância com os outros dois, pois requer que o historiógrafo encontre-se em condições de elaborar um quadro conceitual a partir de análises, aproximações, avaliações críticas e reflexões sobre os saberes linguísticos examinados (Bastos, 2021).

Dessa forma, para evitar distorções ao estudar documentos antigos de linguistas, filósofos da linguagem ou gramáticos, é essencial considerar três princípios: a contextualização histórica e intelectual, a imanência para que o texto seja compreendido por meio das ferramentas e das teorias que a obra e seu contexto exigem, e a análise dentro do quadro teórico construído a partir dos dois primeiros passos, permitindo aproximações com teorias modernas.

Apresentamos, anteriormente, as fases da pesquisa de Swiggers (2013). De forma semelhante, Koerner propõe passos investigativos para o historiógrafo organizar a sua pesquisa. Eles são divididos em quatro etapas: seleção, ordenação, reconstrução e interpretação.

⁴ “A noção paradigmática de Kuhn e o conceito de Carl Becker dum ‘clima de opinião’ - se redefinidos com o propósito de escrever a história da linguística - parecem-me ser os pilares sobre os quais uma historiografia linguística pode repousar” (Koerner, 2014, p. 12).

A seleção envolve escolher o conteúdo gramatical que será estudado, ou seja, o objeto de análise propriamente dito, entre todas as opções encontradas, optando pelos mais representativos nos séculos delimitados. Segundo Batista, as fontes, sejam primárias ou secundárias, devem levar o historiador à reflexão a respeito do:

- a) o papel dos materiais tradicionalmente reconhecidos por uma história oficial;
- b) o perigo da seleção de fontes que possam realçar a figura do "herói".
- c) a procura por fontes consideradas marginais, em busca de uma reconstrução mais fidedigna possível dos eventos da História, lembrando-se de que o que ficou sem destaque na história reconhecida como a oficial pode ser relevante, pois o que se calou, uma não história, pode colocar-se também como ponto de observação. (2013, p. 78).

A etapa de ordenação é um processo no qual, caso haja mais de um documento selecionado, eles serão organizados por século, garantindo uma ordem cronológica. A reconstrução do conhecimento linguístico a partir dos diversos recortes temporais realizados nos conduz a uma ação interpretativa dos dados coletados.

Segundo Bastos (2021), a interpretação, ao revisitar o conhecimento linguístico em diferentes períodos, conduz-nos a uma análise crítica da forma como esse conhecimento foi produzido em contextos específicos, influenciados pelo clima de opinião e pelo espírito da época predominante, constituindo a etapa de reconstrução interpretativa.

A compreensão do campo da historiografia permite a sistematização dos princípios e da atuação do historiador, além de proporcionar a compreensão da organização do processo de construção e reconstrução dos saberes históricos. Busca-se, assim, estabelecer uma pesquisa tão objetiva quanto possível, para que o estudo e a interpretação do passado sejam conduzidos com neutralidade, métodos, organização e diretrizes para a interpretação do objeto de estudo.

1.3 Dos Conceitos Utilizados: Retóricas de Rupturas e Continuidades nas Camadas do Conhecimento Linguístico

A evolução do pensamento científico não é linear, mas sim marcada por períodos de avanços, recuos, retomadas e rupturas. Nesse viés, um dos conceitos usados nesta dissertação é o de *retóricas de continuidade e retóricas de ruptura*, de Murray (1994), e as camadas dos conhecimentos linguísticos, de Swiggers (2004). Para compreendê-los, é necessária uma contextualização sobre a obra de Kuhn (1962) e a análise de como novos grupos científicos

surtem e operam nos movimentos de ruptura da teoria vigente, observando quais mudanças ocorrem no contexto sócio-histórico que ocasionam (ou não) mudanças teóricas.

A HL adota uma postura crítica que busca evitar o personalismo na análise do desenvolvimento do pensamento linguístico. Isso significa não atribuir o progresso científico a uma única obra ou a um único linguista, mas sim entender o contexto intelectual da época que compõe esse paradigma de desenvolvimento (Kaltner, 2023). Essa compreensão é essencial para observar como os estudos linguísticos estão inseridos em estruturas nas quais o mundo exterior à obra pode dialogar com seu conteúdo.

Nessa concepção, o conhecimento científico está circunscrito em uma prática social e histórica, não ocorrendo de modo isolado no mundo, pois entende-se que suas dimensões perpassam tanto um âmbito interno, considerando a produção em si mesma, quanto externo, levando em consideração o contexto institucional e social na qual está inserida. Dessa forma, a compreensão da história, com base em seus documentos e contextos, está em constante mudança. No contexto da HL, essa reconstrução da realidade histórica é feita através da aplicação de recortes específicos de pesquisa e interpretação, próprias desse campo de estudo. Nesse sentido,

coloca-se como função desse recorte teórico interpretar saberes sobre a linguagem humana (considerados como documentos históricos) tanto em sua dimensão interna (o que os documentos/ textos históricos dizem, como dizem, por que o dizem), quanto em sua dimensão externa (o contexto histórico-social em que documentos/textos históricos são legitimados como parte de um processo científico e/ou intelectual) (Batista, 2016, p. 302).

A partir da reconstrução da realidade histórica linguística, é possível observar os processos de continuidades e descontinuidades das teorias científicas, e considerar, assim, que a história é o resultado da alternância desses processos. Nos estudos da linguagem, é necessária a escolha prévia e determinante de como interpretar a evolução dos eventos: seja em uma linha mais linear e cronológica, onde os eventos se acumulam, seja em uma sequência de momentos de ruptura e transformação (Neto, 2012).

Assim, um fluxo de continuidade histórica surge quando ideias previamente validadas dentro de um campo específico recebem adesão e reconhecimento por parte de um grupo de pesquisadores, resultando na formação de uma *tradição de pensamento*. Por outro lado, existe também um fluxo de descontinuidade histórica, no qual predominam diferenças, oposições e rupturas dentro do campo de investigação científica (Batista, 2016).

Considerando essa perspectiva, o discurso científico também busca validar seu próprio paradigma de pesquisa, utilizando estratégias persuasivas e *retóricas*. Ademais, é necessário compreender a prática científica como uma ação que possui um modelo de interpretação da ciência e de seus avanços. Esse modelo considera diversos parâmetros de análise, como o uso de linguagem técnica e *retórica* por parte dos cientistas para configurar seus discursos, o embasamento teórico e os métodos de análise que distinguem as práticas de pesquisa; bem como as maneiras pelas quais os resultados são comunicados, formando a literatura específica de determinados grupos de pesquisadores ligados a paradigmas específicos.

Além disso, é importante entender o contexto social no qual esses discursos são produzidos, incluindo a formação de grupos de especialidade⁵, a influência histórica e social na aceitação de propostas linguísticas, e a recepção dos paradigmas ao longo do tempo. Nesse discurso, reconhecem-se as influências das iniciativas sociais e individuais que moldam uma prática intelectual e científica em contextos influenciados pela linguagem (Batista, 2016).

Segundo Koerner (2014), reconstruir os principais aspectos do nosso passado linguístico de maneira objetiva e imparcial, explicando, na medida do possível, as causas das mudanças de direção, assim como a descontinuidade observada, impõe grandes desafios à atividade acadêmica individual. Essa tarefa exige não apenas um profundo e amplo conhecimento, mas também um entendimento quase enciclopédico por parte do historiador, devido à sua natureza interdisciplinar.

Dessa forma, a investigação em HL envolve métodos e observações sobre os desenvolvimentos da linguagem, analisando momentos de continuidade e descontinuidade, necessitando de uma sistematização e análises multidisciplinares. No final da década de 1960, um número crescente de pesquisadores passou a se interessar seriamente pelas questões metodológicas e epistemológicas dessa área. Por outro lado, somente a partir da década de 1970 é que a História das Ciências começou a se estabelecer como uma disciplina geral, especialmente após a publicação da obra de Thomas Kuhn. Foi nesse contexto que a História da Linguística encontrou espaço para o seu desenvolvimento teórico (Kaltner, 2023).

Segundo a teoria de Thomas Kuhn (1962), em *A estrutura das revoluções científicas*, a história da ciência passa por processos de estabelecimento de paradigmas e de revoluções. Nessa perspectiva, a teoria kuhniana considera a ciência normal toda atividade científica que se baseia na resolução de questões dentro dos limites de um paradigma aceito. Essa atividade

⁵ Segundo Batista (2020), são grupos de estudiosos que se reúnem em torno de teorias e métodos compartilhados, não necessariamente de maneira institucional. Eles se reconhecem como integrantes de uma comunidade que valida e troca ideias sobre suas atividades científicas e intelectuais.

normalmente não visa a descobrir novos fatos ou teorias, mas sim a ampliar e refinar o conhecimento dentro dos limites do paradigma estabelecido.

Considera-se o paradigma como um conjunto de conceitos, teorias, métodos e padrões usados pela comunidade científica em determinado momento. Assim, homens comprometidos com as mesmas práticas e o mesmo grupo científico perpetuam uma continuidade nos resultados, pois reproduzem os mesmos padrões e, conseqüentemente, estabelecem uma regularidade de produção.

À medida que uma disciplina científica se desenvolve, surgem escolas de pensamento concorrentes, cada uma com sua própria interpretação dos fenômenos estudados. Eventualmente, um paradigma único prevalece, fornecendo uma estrutura teórica unificada para orientar a pesquisa. Os adeptos passam a concentrar seus esforços em problemas mais específicos e a comunicar seus resultados por meio de produções escritas, como artigos.

Para Kuhn (1962), em algum momento, surgem fenômenos que não são abarcados pela teoria em vigor, e essas descobertas muitas vezes resultam na percepção de anomalias. Esse desdobramento provoca uma ruptura no paradigma, que por sua vez conduz à revisão e ao ajuste da teoria para incorporar novos fatos ou ideias, dando origem à *ciência extraordinária* (Kuhn, 1962) e, eventualmente, à crise. Nesse estágio, o paradigma estabelecido e a comunidade científica se dividem em várias ideias e abordagens. Por meio da adesão coletiva, um novo paradigma é selecionado, dando início a uma revolução e a um novo ciclo.

Ao abordar as revoluções nas ciências naturais, existem desafios em sua aplicação às teorias linguísticas, uma vez que os paradigmas não se manifestam de maneira excludente, como nas ciências exatas, mas sim em uma coexistência plural de diferentes paradigmas ao mesmo tempo, até em competição (Batista, 2013). Porém, reconhece-se a importância dessa teoria para compreender os processos de ruptura e a continuidade dentro dos contextos linguísticos.

Murray (1994) apresenta sua própria concepção de conflitos através da substituição das ideias de ciência normal e ciência revolucionária de Kuhn (1962) pelas noções de *retórica de continuidade* e *retórica revolucionária* (esta última também referida como ruptura ou descontinuidade).

O autor menciona que a *retórica* utilizada pelos grupos científicos pode variar entre a ênfase da continuidade com o trabalho anterior e a reivindicação de uma ruptura revolucionária, e essa escolha de retórica pode ser influenciada por fatores sociais e contextuais. Destarte, o grupo científico pode percorrer por uma linha de continuidade ou descontinuidade do paradigma proposto por Kuhn.

Dentro do contexto da sociologia da ciência, grupos científicos que enfatizam a continuidade geralmente mantêm uma linha de pesquisa que se desenvolve a partir do trabalho anterior. Eles não fazem reivindicações radicais de descontinuidade com as ideias que lhes precedem, mas procuram avançar e aprimorar conceitos existentes. Esses grupos geralmente têm uma *retórica de continuidade* com o que já foi feito.

Já na *retórica revolucionária*, por outro lado, grupos que a adotam fazem reivindicações de descontinuidade significativa com as ideias do trabalho anterior. Eles afirmam ter feito descobertas radicais ou inovadoras que representam uma ruptura com o paradigma científico vigente. Para Murray (1994), a *retórica* é influenciada por fatores como elitismo relativo, idade profissional e acesso ao reconhecimento, e pode ser adotada para ganhar credibilidade e reconhecimento para as ideias do grupo.

O elitismo relativo na ciência refere-se à posição relativa de um cientista em termos de status socioeconômico, formação educacional e afiliação institucional. Pesquisadores que se sobressaem nessas áreas geralmente dispõem de mais recursos e oportunidades para promover inovações, enquanto aqueles em contextos menos favorecidos podem encontrar obstáculos adicionais ao tentar explorar novas perspectivas científicas.

A idade profissional, por sua vez, distingue entre diferentes estágios da carreira científica, influenciando a maneira como os pesquisadores abordam suas investigações e sua percepção sobre o acesso ao reconhecimento. Cientistas em estágios iniciais podem assumir mais riscos, enquanto os mais experientes podem ser mais conservadores. Além disso, o acesso percebido ao reconhecimento, determinado pela qualidade das publicações, afiliação institucional e prestígio, pode influenciar a adoção de abordagens mais radicais ou revolucionárias para chamar a atenção para suas pesquisas.

Dessa forma, para entender a quebra de paradigmas, é imprescindível considerar os contextos externos à pesquisa, a fim de compreender os processos de ruptura ou continuidade. Nesse sentido, a *retórica* transcende a simples persuasão, abarcando a manifestação verbal e escrita das percepções tanto da comunidade científica quanto de seus membros individuais sobre suas identidades e práticas de investigação e disseminação do conhecimento.

Posto isso, um dos focos de nossa pesquisa foi examinar a *retórica* utilizada pelos gramáticos brasileiros do século XIX ao descreverem sua própria visão em relação ao ambiente intelectual da época e às suas obras individuais – seguindo o conceito de Murray (1994), se é uma *retórica revolucionária* ou uma *retórica de continuidade*. Um dos nossos objetivos secundários foi compreender como a percepção dos autores sobre si mesmos, expressa em suas introduções e apresentações de obras, reflete os diversos modelos teóricos nos quais eles se

inserir. Aliado a isso, e inspirando-se nos quadros teóricos de Polachinni (2018) e Ferreira (2021), realizamos também uma análise de como essa autopercepção de ruptura ou continuidade influencia nos pressupostos teóricos, especialmente nos critérios de delimitação e na divisão das partes do discurso nas obras escolhidas, revelando, assim, a agenda dos autores e como o contexto e o clima de opinião vigente influem em suas produções.

1.3.1 Camadas do Conhecimento Linguístico

As mudanças na disciplina linguística são um fenômeno complexo, influenciado por diversos fatores, e, por isso, as variações não podem ser simplificada e analisadas isoladamente. Swiggers (2020) propõe uma abordagem em camadas para examinar essas mudanças, considerando a visão geral da linguagem, o progresso dos estudos em curso, as técnicas empregadas, a documentação linguística e o contexto cultural/institucional.

Segundo o autor, os historiógrafos da linguística têm tradicionalmente abordado a história da disciplina de maneira indireta, focando nas mudanças ao longo do tempo, em vez de investigar diretamente suas causas. Eles também analisam as variações a partir das perspectivas dos indivíduos envolvidos ou de uma visão mais distanciada que considera as mudanças como gerais e inevitáveis com o tempo.

No entanto, essas abordagens têm limitações: uma se concentra em explicações específicas e restritas para as mudanças, enquanto a outra oferece uma visão geral, mas não aborda a evolução completa da disciplina, incluindo seus conhecimentos, práticas e crenças.

Portanto, a proposta de Swiggers é o "condicionamento múltiplo", que implica evitar explicações absolutas e unidimensionais, adotando uma visão mais relativista e considerando outros campos de análise. Isso também envolve reconhecer diferentes modelos teóricos, como o modelo de paradigma-revolução de Kuhn (1962).

Uma postura relativista em relação a descrição e explicação do desenvolvimento científico permite levar em conta outros fatores de análise e o contexto no qual a disciplina está inserida, sem descartar a possibilidade de construir um metamodelo que considere as diversas causas que influenciam a mudança de paradigma.

Assim, um metamodelo desse tipo requer uma narrativa em camadas do desenvolvimento de qualquer disciplina científica. A perspectiva da "narrativa em camadas" de Swiggers é semelhante à descrição de Peter Galison (1987) sobre o desenvolvimento da

microfísica, que examina a história dessa disciplina por meio de três camadas: experimental, instrumental e teórica (Ferreira, 2021). Cada camada representa diferentes aspectos da atividade científica e é fundamental para compreender como ocorrem as mudanças no processo evolutivo.

O metamodelo de multicamadas deve ser entendido tridimensionalmente, como camadas de tijolos empilhadas umas sobre as outras, cada uma contendo princípios teóricos e técnicos conflitantes, moldados por contextos e instituições diferentes. O objetivo principal ao analisá-las é alcançar uma compreensão mais precisa de como e por que certos eventos ocorreram (ou não) em determinados momentos da história do estudo da linguagem (Swiggers, 2020).

Assim, é proposto pelo autor que a mudança de paradigma seja observada por meio das camadas ou dimensões, a saber: *camada teórica*, *camada documental*, *camada técnica* e *camada contextual*, as quais são fundamentais para a observação de um modelo operatório na linguística. A evolução dos modelos teóricos ocorre devido à disparidade entre os diversos âmbitos que compõem tais dimensões. É importante ressaltar que as mudanças não ocorrem de forma síncrona em todas as camadas; cada uma delas é capaz de passar por rupturas e retomadas sem comprometer a estrutura como um todo.

Quadro 2 - Camadas do conhecimento linguístico

Camada teórica							
Camada técnica							
Camada documental							
Camada contextual-institucional							

Fonte: Swiggers, 2020, p. 4.

A camada teórica está relacionada à visão geral da linguagem e ao status dos estudos realizados; a camada técnica inclui as técnicas utilizadas e como os dados foram apresentados; a camada documental corresponde à documentação linguística e filológica sobre a qual sustenta-se o estudo linguístico, considerando o número de línguas, tipos de fontes e de dados. Por fim, a camada contextual/institucional corresponde ao contexto cultural e à conjuntura institucional em que ocorrem a reflexão e a prática linguísticas. Conforme destacado por Swiggers,

a camada teórica corresponde à visão global da linguagem, à concepção das tarefas e ao estatuto da linguística; a camada técnica inclui as técnicas de análise (linguística/gramatical) e os métodos de apresentação dos dados; a camada documental corresponde à documentação linguística e filológica (número de línguas, tipos de fontes e de dados) sobre a qual se baseia o estudo linguístico; a camada contextual e institucional (esta última se torna mais importante à medida que nos aproximamos da época moderna) da reflexão e da prática linguísticas (Swiggers, 2004, p.134, tradução nossa⁶).

Segundo Ferreira (2021), isso se evidencia na história da tradição gramatical, em que, apesar das mudanças em certos aspectos das diferentes esferas do conhecimento linguístico que compõem a gramática – como a transição de modelos teóricos racionalistas para modelos "científicos", tanto teórica quanto contextualmente; ou a mudança do foco da língua latina para a língua portuguesa, em termos documentais e técnicos –, a estrutura fundamental da doutrina gramatical permanece praticamente inalterada. É por isso que, mesmo no século XXI, ainda podemos nos referir à gramática tradicional.

Em resumo, a dinâmica da Linguística como disciplina científica pode estar relacionada a mudanças dentro de uma única camada, na interação entre duas camadas ou, eventualmente, em toda a estrutura. Ao trazer esses conceitos para este trabalho, o intuito é compreender como elas mudaram entre si e quais as suas abordagens, observando, principalmente, o estatuto das partes do discurso na *capa teórica*.

Na análise externa, situada na *capa contextual*, serão analisados o clima de opinião da época e a agenda dos autores, com o objetivo de observar quais as retóricas utilizadas, se há uma relação de ruptura ou continuidade. Para isso, como fontes primárias, serão analisados os elementos paratextuais, como a apresentação escrita pelos gramáticos.

Na análise interna, na *capa teórica*, pretendemos examinar conceitos das partes do discurso para entender a visão global da linguagem e a posição dos gramáticos em relação à classificação. Na *capa técnica*, o objetivo é investigar como os autores abordam a normatividade linguística na língua, para entender se adotam uma abordagem mais descritiva ou prescritiva, utilizando técnicas de análise e apresentação de dados.

Por fim, na *capa documental*, buscaremos identificar o tipo de linguagem utilizada pelos gramáticos, se eles se baseavam em obras literárias, quais autores eram frequentemente

⁶ Texto original: La capa teórica corresponde a la visión global del lenguaje, a la concepción de las tareas y del estatutos de la lingüística; la capa técnica incluye las técnicas de análisis (lingüístico/gramatical) y los métodos de presentación de los datos; la capa documental corresponde a la documentación lingüística y filológica (número de lenguas, tipos de fuentes y de datos) sobre la cual se basa el estudio lingüístico; la capa contextual e institucional (esta última se hace más importante a medida que nos acercamos a la época moderna) de la reflexión y de la práctica lingüísticas (Swiggers, 2004, p.134).

citados e que tipo de literatura eles representavam. Para tanto, serão analisados os exemplários de cada obra. No quadro abaixo, os conceitos estão organizados para melhor visualização.

Quadro 3 - Síntese da fundamentação teórica

Análise	Dados e Fontes	Camadas do conhecimento linguístico	Crítérios de análise	Propósito interpretativo
EXTERNA	Seções de apresentação (fontes primárias)	Capa Contextual	Contexto e clima de opinião	Agenda dos autores
	Textos bibliográficos (fontes secundárias)		Autopercepção: Retóricas de continuidades e retóricas de contraposição	
INTERNA	5 Gramáticas brasileiras oitocentistas	Capa Teórica	Conceitos e metalinguagem	Linhas de continuidade e movimentos de ruptura
		Capa Técnica	Tratamento Normativo	Os pressupostos descritivos ou normativos das gramáticas; bem como as regras dispostas nos exemplos selecionados.
		Capa Documental	Exemplários	

Elaboração própria (2024) a partir de Polachinni (2018), de Swiggers (2020), Bento (2021) e Ferreira (2021)

O quadro teórico adotado neste estudo, com base nas *retóricas de continuidade e retórica de ruptura* de Murray (1994) e nas camadas do conhecimento linguístico de Swiggers (2004), revelou-se necessário para entender as mudanças nas gramáticas oitocentistas. Ele permitiu analisar de forma clara como as mudanças teóricas ocorrem, tanto por meio da preservação de determinados paradigmas quanto por movimentos de rupturas. Dessa forma, foi possível compreender como os paradigmas científicos não seguem um fluxo linear, mas são marcados por momentos de estabilidade e transformação, influenciados tanto por fatores internos, como teorias e métodos, quanto por fatores externos, como o contexto social e cultural.

2 METODOLOGIA DE PESQUISA

Neste capítulo, discutiremos os princípios metodológicos adotados na pesquisa, a construção dos métodos e os objetivos do estudo. Além disso, apresentaremos os critérios de seleção das fontes e a periodização utilizada, com o intuito de organizar e fundamentar nosso trabalho. Também detalharemos as fases da pesquisa, evidenciando sua estrutura e o seu desenvolvimento a partir de cada etapa.

2.1 Construção do método

A distinção entre teoria e método é fundamental para a pesquisa social, pois cada um desses conceitos desempenha papéis diferentes, mas complementares, no processo de investigação científica. A teoria é um conjunto de conceitos e proposições que explica ou interpreta fenômenos observados. Ela fornece uma estrutura abstrata que orienta a compreensão dos dados coletados e das relações entre os diferentes elementos de um fenômeno. Teorias podem ser gerais, abrangendo amplos aspectos da realidade social, ou específicas, focando em aspectos particulares. Elas são essenciais para a construção do conhecimento científico, pois oferecem modelos explicativos que ajudam a interpretar os dados empíricos de maneira coerente e sistemática (Brauner *et al*, 2014).

Os métodos, por outro lado, são as técnicas e os procedimentos utilizados para coletar e analisar dados. Eles são as ferramentas práticas que os pesquisadores empregam para testar teorias ou explorar novos fenômenos. Métodos podem ser qualitativos, como entrevistas e observações, que buscam compreender os significados e experiências dos indivíduos, ou quantitativos, como questionários e estatísticas, que visam quantificar e analisar os achados. Enquanto a teoria orienta sobre o que observar e as relações a serem investigadas, o método define como essas observações serão realizadas e analisadas (Brauner *et al*, 2014). A escolha dos métodos deve ser adequada à teoria que está sendo testada ou desenvolvida, assegurando que os dados coletados sejam relevantes e significativos para a questão de pesquisa.

Dessa forma, a base dessa pesquisa é a teoria fundamentada nos dados, desenvolvida por Glaser e Strauss (1967), constituindo-se como uma metodologia qualitativa que visa construir teorias indutivamente a partir da análise dos dados coletados. Diferente de outras

abordagens que partem de hipóteses preexistentes, essa metodologia permite que a teoria emerge diretamente das informações coletadas, proporcionando a compreensão e a contextualização do fenômeno estudado.

A pesquisa qualitativa é uma metodologia que busca compreender os aspectos subjetivos e contextuais, utilizando técnicas como entrevistas, observação participante e análise de documentos. Essa abordagem permite explorar significados, experiências e processos, priorizando a descrição e interpretação em vez da quantificação de dados (Poupart *et al*, 2008).

Segundo Diniz e Silva (2008), o método indutivo é um processo investigativo que permite ao pesquisador chegar a uma lei geral a partir da observação de casos particulares. Esse método é caracterizado por uma trajetória do pensamento que vai das observações específicas de fenômenos para a formulação de teorias gerais. A indução baseia-se na generalização a partir de observações e experiências, levando o pesquisador a construir hipóteses e verificar suas validades por meio de experimentações e testes, buscando estabelecer leis gerais para os fenômenos investigados.

Nesse viés, na escolha de um método científico para nossa pesquisa, optamos por uma abordagem indutiva e qualitativa, que visa a interpretar e entender o fenômeno estudado dentro do seu contexto específico. A investigação indutiva parte de dados particulares para chegar a uma compreensão mais ampla e generalizada, sem assumir respostas previamente definidas. Esse processo se baseia no conceito de indução, descrito por Lakatos e Marconi (2007, p. 86) como o uso de observações específicas para se inferir uma verdade mais abrangente, ainda que essa verdade não esteja explicitamente contida nos casos observados.

A indução, portanto, parte de observações concretas e experimentação repetida, permitindo uma generalização a partir dos dados coletados. Em nossa pesquisa, esse método se adequa porque avança a partir da análise de exemplos específicos para desenvolver conclusões mais amplas, buscando identificar relações consistentes entre fenômenos observados.

A pesquisa qualitativa, como proposta neste estudo, considera a relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, reconhecendo o vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do pesquisador, o que não pode ser traduzido em números. Baseada na interpretação dos fenômenos e na atribuição de significados, essa abordagem descritiva coloca o pesquisador como instrumento-chave, permitindo a análise indutiva dos dados por meio da observação e compreensão dos fenômenos, com o objetivo de construir interpretações mais amplas e contextuais (Prodanov; Freitas, 2013).

Concomitantemente, as análises desta pesquisa foram realizadas a partir do paradigma interpretativista, que se desenvolveu como uma alternativa ao positivismo. Nesse paradigma, entende-se que não é possível observar o mundo de forma independente das práticas sociais e dos significados presentes na sociedade. Além disso, a compreensão do observador é profundamente influenciada por seus próprios significados e suas perspectivas, pois ele não atua como um relator passivo, mas sim como um agente ativo na interpretação dos fenômenos observados.

No caso do historiógrafo, sua interpretação dos fenômenos está intrinsecamente ligada às narrativas históricas e às lentes pelas quais ele constrói e analisa os fatos, considerando os significados e as práticas sociais do período estudado. Dessa forma, tanto no campo da história quanto nas ciências sociais, a subjetividade do pesquisador é integrada ao processo de construção de conhecimento (Bortoni-Ricardo, 2008).

A pesquisa qualitativa-interpretativista concentra-se na interpretação dos dados pelo pesquisador, priorizando as análises detalhadas e as leituras subjetivas em vez de números absolutos ou generalizações estatísticas. Ademais, nas pesquisas das áreas sociais e humanas, o contexto sócio-histórico é fundamental e deve ser considerado, além de reconhecer, também, que o pesquisador atua como um agente ativo no processo investigativo.

Esse tipo de pesquisa não visa descobrir leis universais, mas sim entender com profundidade situações específicas e compará-las com outras. Para uma compreensão mais profunda, é essencial que o pesquisador esteja integrado aos contextos socioculturais em estudo, o que destaca a necessidade de que essa pesquisa seja realizada, preferencialmente, por professores-pesquisadores (Bortoni-Ricardo, 2008). Dessa forma, nossa escolha por realizar uma pesquisa qualitativa e interpretativista foi motivada por nossa experiência como professor-pesquisador e pelo *corpus* historiográfico que compõe esta pesquisa.

2.2 Objetivos e contextualização da pesquisa

A pesquisa em historiografia linguística visa compreender as teorias que fundamentam o pensamento linguístico, acompanhando suas mudanças e bases ao longo do tempo. Nesse contexto, os conceitos-chave e as abordagens teóricas da disciplina, especialmente no Brasil, são influenciados e têm como referência as contribuições de Konrad Koerner (2014) e Pierre Swiggers (2013).

Esses estudiosos forneceram ferramentas para a seleção de temas e objetos de estudo na HL, como a análise do clima intelectual de um período específico e a neutralidade epistemológica, que exige um distanciamento crítico do pesquisador em relação ao objeto estudado, evitando julgamentos subjetivos.

Swiggers (2013) desenvolveu uma terminologia conceitual para a análise do pensamento linguístico, dividindo-a em três grandes categorias: (i) *pontos de ancoragem*, (ii) *linhas de desenvolvimento* e (iii) *conteúdos, formatos e estratégias*. Essas categorias servem para orientar o historiador da linguística na investigação das teorias ao longo do tempo.

No caso dos *pontos de ancoragem*, temos dois tipos de elementos que podem ser estudados: os entes individuais, como textos, autores e usuários, e os entes contínuos, como redes, instituições e escolas. Esses entes fornecem as bases para delimitar uma pesquisa, permitindo uma investigação mais direcionada. Para este estudo, optamos por focar nos entes individuais, com ênfase nas gramáticas do século XIX no Brasil, que serão o objeto de análise e cujos critérios escolhidos serão explicados posteriormente.

Além de escolher as gramáticas como objeto de estudo, esta pesquisa também observará as *linhas de desenvolvimento* do pensamento linguístico dentro desse contexto. Isso envolve uma análise da evolução das teorias linguísticas presentes nessas obras, identificando aspectos como mudanças, inovações, progressos ou regressões no desenvolvimento das ideias. Para garantir uma investigação objetiva e imparcial, utilizaremos uma abordagem de neutralidade epistemológica, mantendo o distanciamento crítico necessário para evitar interpretações subjetivas, baseando-se na análise de dados.

Outro aspecto importante da nossa análise será a observação dos fatores que circundam as obras em estudo, especialmente o contexto social e histórico em que foram produzidas. Entender as condições em que essas gramáticas foram elaboradas é essencial para uma interpretação completa de seu conteúdo. O desenvolvimento das teorias linguísticas não ocorre de forma isolada, mas está inserido em um ambiente mais amplo que influencia e molda suas direções. Dessa forma, nossa investigação buscará integrar as influências sociais, culturais e históricas que impactaram essas produções linguísticas do século XIX no Brasil. Para isso, delimitamos nosso objetivo principal e alguns objetivos específicos, que são expostos a seguir:

Objetivo

Este trabalho tem como objetivo examinar as concepções relativas às partes do discurso na tradição gramatical oitocentista do português, examinando como os critérios utilizados se aproximam ou se afastam do paradigma tradicional de gramatização - PTG, com o objetivo

interpretativo de investigar os processos de ruptura e continuidade das categorias de classificação.

Objetivos específicos

1. Investigar a *retórica de continuidade, descontinuidade e ruptura* utilizada pelos gramáticos brasileiros do século XIX ao descreverem sua própria visão em relação ao ambiente intelectual da época e às suas obras individuais.
2. Examinar conceitos das partes do discurso para entender a visão global da linguagem e a posição dos gramáticos em relação à classificação.
3. Identificar o tipo de linguagem utilizada pelos gramáticos, analisando se eles se baseavam em obras literárias, quais autores eram frequentemente citados e que tipo de literatura representavam, além de observar os exemplares das gramáticas para determinar se seus pressupostos eram descritivos ou normativos.
4. Analisar o programa gramatical e as estratégias que os autores aplicam para cumprir suas funções analíticas, verificando se a segmentação e a subsequente análise da língua nas gramáticas mantêm uma organização conforme a tradição greco-latina.

2.3 Critério de seleção de fontes

Em um primeiro momento, seguindo as fases de organização de Swiggers (2010), a seleção de fontes enquadra-se na fase heurística. Nesse processo, selecionamos um corpus composto por fontes primárias, ou seja, os documentos originais. Como nosso objetivo principal é fazer um panorama das partes do discurso na tradição gramatical oitocentista do português, optamos por usar os seguintes critérios:

- i) tipologia: gramática;
- ii) ser uma gramática escrita por um gramático brasileiro;
- iii) ter sido produzida na periodização adotada para esta pesquisa (século XIX); e
- iv) ter sido publicada em solo brasileiro.

Para construir nossa narrativa e selecionar os textos que serviram como fontes primárias para nossa pesquisa, utilizamos uma combinação de critérios contextuais. Destacam-se o prestígio e o impacto das obras, a importância dos autores no período racionalista no Brasil, conforme indicação em Cavaliere (2022), e nosso acesso às obras.

No século XIX, as gramáticas da língua portuguesa desempenhavam um papel duplo no contexto dos estudos linguísticos no Brasil. Inseridas na tradição greco-latina, essas gramáticas eram utilizadas no ambiente escolar, especialmente a partir da segunda metade do século, em função dos projetos educacionais do Segundo Império. Elas atuavam como manuais de ensino e como espaços para registrar e discutir reflexões sobre a língua, a gramática e suas bases teóricas (Neto, 2021). Assim, ao selecionar o corpus, foram observadas as gramáticas utilizadas por instituições de ensino, como o Liceu Maranhense, uma instituição de grande relevância no século XIX, que inaugurou o ensino público secundário institucionalizado na província do Maranhão em 1838 (Castellanos *et al.*, 2023).

Além disso, considerou-se também o número de reedições das obras, partindo do pressuposto de que o tempo de circulação das gramáticas frequentemente reeditadas sugere uma aceitação ampla no ensino e no estudo da língua portuguesa, servindo como fontes prestigiosas de conhecimento. A demanda por essas gramáticas, refletida em suas múltiplas edições, aponta para uma disseminação dos estudos da língua, contribuindo para a investigação linguística em um período de formação nacional. As revisões e atualizações frequentes dessas obras indicam, ainda, um esforço contínuo de manter o conteúdo alinhado às mudanças linguísticas e teóricas.

Polachini (2018) realizou um levantamento de 216 gramáticas brasileiras publicadas no século XIX, incluindo 127 títulos, 77 reedições e 12 gramáticas sem data de registro. A partir dos critérios combinados mencionados anteriormente e do inventário de gramáticas desse estudo, selecionamos sete obras representativas do período racionalista no Brasil. No entanto, para esta pesquisa, daremos continuidade apenas com Moraes Silva (1806) e Coruja (1835).

A escolha ocorreu devido ao valor historiográfico de ambos. Moraes Silva (1806) foi selecionado por ter realizado a primeira tentativa de descrição do português por um brasileiro, conferindo-lhe grande relevância. Já Coruja (1835) destacou-se pelo prestígio de sua obra, que circulou por seis décadas, além de sua influência e atuação no contexto educacional.

Um dos principais desafios enfrentados foi a extensão do *corpus* das gramáticas mais representativas do século XIX. Devido ao volume considerável dessas obras e à complexidade das nossas análises, não foi possível contemplar todas em nossa investigação.

1. Moraes Silva, *Epitome da gramática de língua portugueza* (1806, 1ª ed.);⁷
2. Ignacio Felizardo Fortes, *Arte de grammatica portugueza que para uso dos seus discipulos compoz o padre* (1816, 2ª ed.);
3. Costa Duarte, *Compendio da grammatica portugueza* (1829, 1ª ed.);
4. Antonio Alvares Pereira Coruja. *Compendio da Grammatica da Lingua Nacional: dedicado á mocidade rio-grandense*. (1835, 1ª ed.);
5. Frei Caneca, *Breve compêndio de grammatica portugueza* (1876, 1ª ed.);
6. Salvador Henrique de Albuquerque, *Breve compêndio de gramática portuguesa* (1844, 1ª ed.);
7. Fillipe Benicio de Oliveira Conduru. *Grammatica elementar da lingua portugueza*. (1888, 13ª ed).

Moraes Silva (1757 - 1824) é conhecido no âmbito filológico como um lexicógrafo substancial do século XVIII, tendo sido o autor do Dicionário da Língua Portuguesa (1789). No meio linguístico, a EGLP (1806) marcou o início do período racionalista, sendo considerada uma obra de grande relevância e um marco nos estudos linguísticos brasileiros, pois é a primeira tentativa de descrição do português por um brasileiro, conferindo, assim, seu valor historiográfico (Cavaliere, 2022). Embora tenha sido escrita por um brasileiro, a impressão ocorreu em Portugal, pois não havia casas de impressão no Brasil nesse período. A seleção deste corpus deve-se ao fato de ser uma das primeiras gramáticas brasileiras do português.

Inácio Felizardo Fortes (?-1858) foi o primeiro brasileiro a publicar uma gramática de língua portuguesa no Brasil, a AGP (1816). Embora Antônio de Moraes Silva tenha publicado seu "Epitome" antes, ele o fez em Portugal. E, apesar de já haver uma gramática publicada no Brasil, era de autoria do português Antônio José dos Reis Lobato. Assim, a obra entra no *corpus* devido à sua importância para a produção e estruturação no contexto inicial oitocentista brasileiro.

⁷ A grafia dos títulos das gramáticas é mantida conforme as edições originais. cada obra será mencionada por suas respectivas siglas: 1) EGLP; 2) AGP; 3) CGP; 4) CGLN; 5) BCGP/FC; 6) BCGP/SHA ; 7) GELP.

Frei Caneca (1779-1825) envolveu-se no movimento revolucionário de Pernambuco em 1817. Após ser condenado, foi enviado para a Bahia, onde cumpriu uma pena de quatro anos entre 1817 e 1821. Durante seu tempo na prisão, o autor redigiu o BCGP/FC (1972 [1875]). Esse compêndio, juntamente com o "Tratado de Eloquência", demonstra uma crítica ao ensino do português e introduz novos aspectos no que diz respeito às obras descritivas.

Padre Antônio da Costa Duarte (? -?) é o autor do primeiro volume do Brasil imperial dedicado à gramática portuguesa, o CGP (1829), posteriormente renomeado para "Compendio da gramática filosófica da língua portuguesa" (1859). Publicado pela primeira vez no Maranhão em 1829, o manual teve seis edições e foi destinado ao ensino do português em classes iniciais, sendo utilizado no Liceu do Maranhão e em outras escolas da província.

Filipe Benício Conduru (1818 - 1878) foi contemporâneo de Antônio da Costa Duarte e Francisco Sotero dos Reis no Liceu Maranhense. A GELP 1888 [1840]) alcançou pelo menos 13 edições, sendo amplamente aceita pelo público devido ao seu caráter prático e à sua abordagem normativa simplificada, que evitava discussões teóricas complexas. A sua escolha como parte deste corpus deu-se por ser uma obra com muitas reedições, de prestígio à sua época, e por sua abordagem prática.

Salvador Henrique de Albuquerque (1813-1880) produziu textos didáticos para diversas áreas do conhecimento, como matemática, história e geografia, além de compêndios religiosos. Suas obras principais incluem o BCGP/SHA (1844) e os "Rudimentos de gramática portuguesa" (1873), focados no ensino da língua padrão com base nos princípios racionalistas. Seu trabalho influenciou significativamente o ensino, sendo adotado oficialmente pela Província de Pernambuco.

A primeira edição CGLN (1806-1889) foi publicada em 1835, em Porto Alegre, província de origem do autor. Embora ele tenha se mudado para o Rio de Janeiro, onde muitas edições posteriores foram publicadas, Coruja manteve em todas o subtítulo "para a mocidade rio-grandense". A edição mais tardia conhecida dessa obra data de 1891, evidenciando o imenso prestígio da obra, que permaneceu em circulação por cerca de seis décadas.

2.4 As fases da pesquisa

Swiggers (2013), ao abordar a organização de uma pesquisa historiográfica, identifica três etapas: heurística, hermenêutica e executiva. A fase heurística lida com a questão das fontes, ou seja, envolve a busca por materiais, informações e seus contextos de relevância histórica. Na nossa busca por fontes primárias, foi feita uma leitura de textos da literatura historiográfica contemporânea que discorrem sobre a temática, tais como Batista (2013), Vieira (2018), Borges Neto (2018), Polachini (2018), Cavaliere (2014), entre outros.

Além disso, para selecionar as fontes primárias desta pesquisa, mapeamos as gramáticas produzidas no século XIX, como citado anteriormente, visto que é nesse período que se começam a estruturar de forma efetiva as bases para o desenvolvimento de um pensamento linguístico nacional. Além do levantamento dos títulos das obras, realizamos um mapeamento referente à nacionalidade dos gramáticos, ao ano da publicação da primeira edição das gramáticas e ao local de publicação da obra. Nos atentamos, ainda, aos autores representativos do período racionalista, conforme indicado em Cavaliere (2022).

As fontes secundárias nesta pesquisa são aquelas que possibilitam a verificação do que já foi estudado sobre os documentos disponíveis. Elas abrangem todos os registros que relacionam ou discutem informações originalmente apresentadas em outras fontes. Esse material secundário foi usado para reconstruir o contexto intelectual da época, analisar discussões anteriores sobre as classes de palavras do português do Brasil, e examinar as gramáticas e os autores que teorizaram ou discutiram a formação do português brasileiro no contexto histórico em que estavam inseridos.

Após a primeira fase da pesquisa, avançamos para a fase hermenêutica, que se baseia na interpretação dos dados coletados e mapeados durante a etapa heurística. Para isso, utilizamos as camadas de Swiggers: *camada teórica*, *camada documental*, *camada técnica* e *camada contextual*⁸. A análise externa (*capa contextual*) examina o clima de opinião da época e a agenda dos autores para identificar retóricas de ruptura ou continuidade, utilizando elementos paratextuais como fontes primárias e outros documentos históricos como fontes secundárias.

Na análise interna (*capa teórica, técnica e documental*), são explorados os conceitos de partes do discurso para entender a visão dos gramáticos sobre a linguagem, investigadas as abordagens dos autores em relação à normatividade linguística, seja descritiva ou prescritiva,

⁸ A organização desta etapa resulta da análise e adaptação da metodologia utilizada por Polachini (2018), Marinho (2020), Bento (2021) e Ferreira (2021).

e analisados os tipos de linguagem utilizados pelos gramáticos, as referências literárias e os autores citados, por meio da análise dos exemplares de cada obra, respectivamente.

Na etapa final da pesquisa, denominada fase executiva, concentramos nossos esforços na apresentação dos resultados obtidos. O objetivo principal foi traçar uma narrativa, reconstruir e identificar os critérios utilizados na abordagem partes do discurso, ou partes da oração, nas gramáticas representativas do século XIX. Para isso, realizamos uma organização cronológica das abordagens dessas categorias nas gramáticas, analisamos as linhas de continuidade e os movimentos de ruptura ao longo do período estudado, e estabelecemos um quadro de relações normativas entre os conceitos teóricos descritos e os exemplos apresentados.

2.5 Periodização dos estudos linguísticos

A historiografia dos estudos linguísticos e filológicos no Brasil foi perioridizada por alguns estudiosos no Brasil. Dentre os estudiosos que propuseram periodizações para a produção linguística e gramatical brasileira, destacam-se Antenor Nascentes, Sílvio Elia e, mais recentemente, Leodegário A. de Azevedo Filho. Em seu *Os estudos filológicos e linguísticos no Brasil – uma tentativa de periodização*, apresentado em 2000, Azevedo Filho diferencia-se ao considerar, ainda que de forma relativa, a produção linguística anterior ao século XIX. Nesse período, a maior parte dos estudos concentrava-se em línguas indígenas e em gramáticas influenciadas pela tradição portuguesa (Cavaliere, 2002).

Além desses nomes, outros pesquisadores também contribuíram para a organização dos estudos linguísticos em períodos distintos. Conforme aponta Angelici (2021), Eduardo Guimarães e Ricardo Cavaliere foram alguns linguistas que buscaram estruturar a produção gramatical brasileira. Para Polachinni (2018), desde o início do século XX, diversas revisões históricas foram realizadas sobre a produção gramatical brasileira da língua portuguesa. Entre 1910 e 2013, destacam-se sete dessas revisões, sendo a mais antiga o *Breve retrospecto sobre o ensino da Língua Portuguesa*, escrito por Maximino Maciel como um apêndice da edição de 1910 de sua *Grammatica Descriptiva*.

Outra revisão de grande relevância e importância na gramaticografia brasileira foi a de Nascentes (1939). Ele propõe uma linha evolutiva dos estudos sobre a linguagem composta por

três fases: a primeira, denominada "embrionária", estende-se do início da cultura brasileira até 1835, com a publicação do *Compêndio da gramática da língua nacional*, de Antônio Álvares Pereira Coruja. A segunda, classificada como "empírica", vai de 1835 a 1881, culminando na *Gramática Portuguesa*, de Júlio Ribeiro. Já a terceira fase, chamada de "gramatical", abrange o período de 1881 a 1939, ano da fundação da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil.

Segundo Cavaliere (2002), a periodização dos estudos linguísticos no Brasil enfrenta desafios complexos devido à diversidade de influências culturais e históricas. Em sua obra *Uma proposta de periodização dos estudos linguísticos no Brasil*, o autor apresenta dois critérios principais que são utilizados para essa classificação: *ratione loci*, que considera como brasileiros todos os textos publicados no Brasil, independentemente da nacionalidade do autor, e *ratione auctoris*, que limita essa definição aos textos escritos por autores nascidos no país. A escolha entre esses critérios influencia diretamente a construção historiográfica, pois a definição de texto linguístico brasileiro não só molda a compreensão do desenvolvimento intelectual do país, mas também reflete questões epistemológicas sobre identidade cultural e científica.

No contexto do período embrionário dos estudos linguísticos no Brasil (1595-1802), o critério *ratione loci* é particularmente relevante, pois permite incluir contribuições significativas de estrangeiros que publicaram no território brasileiro, como José de Anchieta. A *"Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil"* (1595) de Anchieta marcou o início do estudo das línguas indígenas, enquanto o *"Epítome da grammatica portugueza"* (1802) de Antonio Moraes Silva representou um avanço na normatização da língua portuguesa.

Essas obras, embora distintas em propósito e abordagem, ajudaram a formar a base intelectual para a evolução dos estudos linguísticos no Brasil. Ao reconhecer a influência estrangeira nesse período, amplia-se a compreensão sobre as interações culturais que moldaram a identidade linguística nacional, destacando a necessidade de uma análise historiográfica contextualizada (Cavaliere, 2002).

O segundo período é o racionalista, marcado pela *Epítome da Grammatica Portugueza* de Antônio Moraes Silva (1806), que inaugura essa fase na gramaticografia brasileira. Considerado um trabalho de grande importância, destaca-se por sua base teórica bem fundamentada na descrição do vernáculo (Cavaliere, 2014).

O século XIX foi um período de crescimento intelectual no Brasil, impulsionado pela criação de instituições culturais e educacionais, como a Biblioteca Nacional (1814) e a Academia de Belas Artes (1816). No contexto educacional, a oferta de ensino superior ainda

era restrita a uma elite, enquanto a educação elementar se expandia lentamente, ficando a cargo das províncias. Essa expansão favoreceu a produção de gramáticas voltadas ao ensino da língua portuguesa, com destaque para o Norte e o Nordeste, onde se observou um esforço significativo dos filólogos na elaboração de materiais didáticos logo após a independência do Brasil. Conforme Melo (2019, p.4):

No Rio de Janeiro, a estrutura social só apresentou um suave crescimento a partir da terceira década do século XIX, impulsionado pela criação de importantes instituições culturais e educacionais. Entre elas, destacam-se a Biblioteca Nacional (1814), o Real Teatro de São João (1813), a Fundação da Academia de Belas Artes (1816), a criação do Arquivo Público, a Fundação do Colégio das Educandas, o aumento do número de livrarias, o Teatro São Pedro de Alcântara, a Fundação do Museu e Gabinete de História e o Imperial Seminário de São Joaquim, criado em 1739, que mais tarde se tornaria o Colégio Pedro II no Segundo Reinado. Essas benfeitorias culturais moldaram o panorama intelectual da época.

No que se refere ao ensino da língua, cabia às províncias a responsabilidade pelo desenvolvimento intelectual local no nível elementar de escolaridade. Com a implementação do ensino elementar, houve um aumento significativo na produção de gramáticas da língua portuguesa destinadas ao uso em sala de aula. Destaca-se, especialmente, a atuação expressiva de filólogos nas províncias do Norte e do Nordeste, que desempenharam um papel fundamental na elaboração dessas gramáticas, sobretudo na primeira década após a independência do Brasil.

A valorização da língua portuguesa no período racionalista estava diretamente ligada à identidade cultural lusitana, sendo transmitida por meio da norma gramatical predominante nos textos portugueses da época. O *Epítome* de Moraes Silva se diferencia por ser a primeira tentativa de um brasileiro em descrever sistematicamente a língua portuguesa. Outras obras também se destacam nesse período, como os trabalhos de Frei Caneca e a *Arte da Gramática Portuguesa* (1816), do padre Inácio Felizardo Fortes, demonstrando o esforço contínuo para consolidar o estudo da gramática no Brasil (Melo, 2019; Polachinni, 2018; Cavaliere, 2014).

A gramática racionalista baseava-se na ideia de que a linguagem era resultado da capacidade humana de raciocínio lógico. Segundo essa concepção, se o ser humano possui a habilidade de raciocinar, e se essa habilidade é universal, então ele também seria capaz de compreender a língua como expressão dessa razão. A gramática filosófica buscava identificar na estrutura linguística princípios gerais da razão humana. No Brasil, a gramática racionalista teve grande influência, especialmente no Maranhão, onde se destacou um grupo de gramáticos conhecidos por suas contribuições pedagógicas para o ensino do português (Melo, 2019).

Entre as produções desse grupo, destacam-se a *Gramática Elementar da Língua Portuguesa* (1829), de Felipe Benício de Oliveira Conduru, e o *Breve Compêndio de Gramática Portuguesa* (1844), de Henrique de Albuquerque. Essas obras seguiam a tradição

da gramática racionalista europeia, influenciada pela *Gramática de Port Royal* (1660) e pela *Gramática Filosófica da Língua Portuguesa* (1822), de Jerônimo Soares Barbosa (Melo, 2019; Cavaliere, 2002).

A principal obra brasileira desse movimento foi a *Gramática de Sotero dos Reis* (1866), que seguia a estrutura das gramáticas europeias, dividindo o estudo da língua em quatro partes: etimologia, sintaxe, ortografia e prosódia. Sotero enfatizou principalmente a etimologia e a sintaxe, pois as considerava a base da gramática, enquanto a ortografia e a prosódia tinham uma função mais prática. Sua *Gramática Portuguesa Acomodada aos Princípios Gerais da Palavra* teve onze edições. Além disso,

A obra de Sotero - como, por sinal, a de todos os autores de maior relevância do período - também revela, em face das fontes diretas, sensível influência da descrição lingüística herdada à Grammaire de Port Royal, inclusive no que tange à sinopse gramatical, à teoria sintática calcada no tripé sujeito-verbo-atributo e na conhecida hipótese dos verbos substantivos e verbos adjetivos (Cavaliere, 2002, p. 111)

O chamado "período científico" dos estudos linguísticos no Brasil, delimitado entre 1881 e 1941, representa uma mudança paradigmática na abordagem da gramática e da língua portuguesa.

O século XIX foi marcado por profundas transformações culturais, sociais, econômicas, políticas e históricas no Brasil, impactando significativamente o pensamento linguístico. Eventos como a transferência da Corte portuguesa para o Brasil em 1808, a Independência em 1822, a Abolição da Escravatura em 1888 e a Proclamação da República em 1889 foram determinantes na configuração do cenário educacional e intelectual do país. A chegada da família real impulsionou o desenvolvimento acadêmico, consolidando, ao longo do período imperial, novas perspectivas para o estudo da língua portuguesa (Melo, 2019).

Nesse contexto, a gramaticografia nacional ganhou novo fôlego a partir da década de 1880, com a publicação da *Grammatica Portugueza* de Júlio Ribeiro (1881), que inaugurou uma fase inovadora nos estudos linguísticos. Influenciado pela corrente evolucionista de August Schleicher⁹ e pelos princípios darwinistas aplicados à linguística, esse período rompeu

⁹ O contributo da nova Ciência Lingüística, dedicada à construção da história da língua como fenômeno universal, e mergulhada no estudo exaustivo das línguas clássicas, não conseguiu ambiente propício para florescer em terras brasileiras senão a partir da segunda metade do século. Contribuíram para uma mudança de atitude as então recentes teses sobre o evolucionismo lingüístico, em que despontam os textos de Schleicher, que buscavam trazer para a investigação acerca da natureza das línguas os princípios darwinistas sobre a evolução dos seres vivos, a par da metodologia inovadora proposta por nomes como Schlegel, Whitney e Max Müller (Cavaliere, 2002, p.111)

com a tradição normativa, passando a conceber a língua como um organismo vivo, sujeito a ciclos de surgimento, desenvolvimento e transformação.

Para Cavaliere (2002), a fase subsequente, iniciada no início do século XX, foi fortemente influenciada pela Filologia, seguindo modelos europeus, especialmente os estudos de Diez e Meyer-Lübke¹⁰. A pesquisa passou a se concentrar nos aspectos históricos e etimológicos do português, recorrendo à análise de obras literárias clássicas. Essa nova abordagem enfatizava a norma culta e a tradição vernácula da língua, buscando identificar padrões gramaticais considerados mais "puros" ou "corretos". Apesar dessa mudança de perspectiva, a pesquisa linguística manteve o rigor científico e a influência do pensamento positivista.

Por fim, o autor destaca o “período linguístico” em que o desenvolvimento da linguística no Brasil passou por um processo de institucionalização, marcando um momento importante na história dessa disciplina no país. A introdução da disciplina de Linguística Geral no currículo do curso de Letras da Universidade do Distrito Federal (UDF), no final da década de 1930, representou um ponto de virada nesse cenário. Esse evento consolidou a linguística como uma área autônoma no ensino superior, separando-a da gramática normativa e da filologia românica, que até então predominavam nas abordagens acadêmicas. Segundo Batista (2022), o ensino e a pesquisa em linguística foram institucionalizados com o decreto de 1962, que estabeleceu diretrizes acadêmicas e tornou obrigatório seu ensino nos cursos de Letras, consolidando a disciplina no Brasil.

Embora Mattoso Câmara seja frequentemente reconhecido como o precursor da linguística no Brasil, é relevante observar que já existiam influências anteriores, principalmente da filologia românica e dos neogramáticos. No entanto, sua atuação foi central para a disseminação do estruturalismo no país, estabelecendo novas diretrizes para o estudo da linguagem. Outros estudiosos, como Sílvio Elia, também desempenharam papéis importantes na continuidade do desenvolvimento do campo, incorporando contribuições de diferentes paradigmas linguísticos ao longo do século XX (Cavaliere, 2002).

Assim, a consolidação da linguística no Brasil se deu em um contexto de transição teórica, no qual a abordagem estruturalista emergiu como referência central, mas coexistindo com tradições anteriores e abrindo caminho para novos paradigmas (Batista, 2024). As gramáticas que constituem o *corpus* desta pesquisa, *Epítome da Gramática da Língua*

¹⁰ Segundo Cavaliere, “uma nova vertente busca inspiração na filologia de Diez e Meyer-Lübke, agasalhada sem ressalvas e bastante enriquecida no estudo do português em razão dos trabalhos da "geração de ouro" lusitana” (p.112)

Portuguesa (1806), de Moraes Silva, e *Compêndio da Gramática da Língua Nacional: dedicado à mocidade rio-grandense* (1835), de Antônio Álvares Pereira Coruja, pertencem ao período racionalista, cujas características serão detalhadas em um capítulo específico dedicado à análise.

3 UMA BREVE HISTÓRIA DA GRAMÁTICA TRADICIONAL

Neste capítulo, apresentaremos um breve histórico da Gramática Tradicional antes de iniciarmos a análise das obras selecionadas. Compreender o surgimento das partes do discurso a partir de uma perspectiva filosófica é essencial para entendermos o processo de gramatização no século XIX. Para isso, recorreremos às reflexões de Aristóteles em *Categorias* e ao surgimento da *Tékhnē Grammatikḗ*, obra datada aproximadamente do século II a.C.

3.1 O Aparecimento do discurso Filosófico e a Gramática Tradicional

A gramática, no mundo ocidental, tem suas raízes no pensamento filosófico grego, especialmente nas reflexões de Platão sobre a relação entre linguagem e realidade, que influenciaram Aristóteles e, posteriormente, os gramáticos. Por volta do século II a.C., na Grécia helenística, a disciplina começou a se estruturar como um desdobramento da filosofia. Nesse período, sob domínio macedônico, Alexandre, o Grande — educado por Aristóteles — favoreceu a difusão cultural grega. Segundo Vieira (2018), os gramáticos alexandrinos, na tentativa de preservar a suposta língua "correta" de Homero e conter as influências "bárbaras" dos territórios conquistados, reconheceram mudanças na língua, mas as avaliaram negativamente. Assim, buscavam equiparar o grego escrito dos séculos VI e V a.C., em Atenas, ao grego falado no século III a.C., em Alexandria.

Assim, os primeiros filólogos e gramáticos da história ocidental estabeleceram julgamentos negativos em relação às inevitáveis transformações da língua e perceberam as diferenças que a linguagem usada nos textos de Homero havia experimentado ao longo do tempo, afastando-se do padrão clássico. A busca por uma forma idealizada da língua, associada à tradição homérica, influenciou concepções posteriores sobre a normatização linguística, ainda que as obras de Homero só tenham sido redescobertas no Ocidente a partir do Renascimento e ganhado maior difusão no século XIX com a Filologia.

Inicialmente, a retórica emergiu concomitantemente ao desenvolvimento da *pólis* e, em paralelo, à evolução da linguagem poética. Nesse contexto, a linguagem que estava presente nos discursos dos heróis homéricos durante suas assembleias ganha forma e dá origem a uma nova tradição: a linguagem dos oradores e a linguagem poética (Rohden, 1997).

Assim, o *lógos* é citado nos poemas e, embora não seja abordado de um modo reflexivo, é percebido para além das noções iniciais sobre a linguagem aceitas inicialmente, na qual as definições iniciais o traziam como uma força material e física que se confundia com a força do corpo e da natureza. Assim, em Homero não há consideráveis fundamentações teóricas sobre a linguagem, visto que ela aparece principalmente relacionada à vivência, sendo o falar associado ao agir.

Em *Iliada*, século IX a.C, a supremacia de Zeus se manifesta tanto em suas ações quanto em suas palavras. Conforme destacado por Neves (1987), Zeus se expressa com poder e age com eficiência; sua palavra é uma manifestação de sua vontade. Os deuses obedecem, e nenhum outro ser divino ousa desafiá-lo.

No entanto, ao examinarmos as obras de Hesíodo¹¹, percebemos que essa ligação direta entre fala e ação não é mais tão evidente. Há uma revelação de uma ordem subjacente no mundo, em que as palavras de Zeus têm um significado mais amplo e profundo. Por outro lado, Píndaro¹² nos oferece uma perspectiva diferente, onde a linguagem adquire uma autonomia própria. Nesse contexto, as palavras ganham primazia sobre as ações, pois é através dos poetas que os mortais conseguem preservar e aumentar sua glória, complementando, assim, a sua criação e objetivo no mundo. (Neves, 1987)

A partir dessa contextualização breve, é possível perceber a presença do pensamento sobre a linguagem antes mesmo de sua consolidação enquanto compêndio gramatical. Para Lobato (1986), os estudos sobre a linguagem na Grécia Antiga podem ser divididos em quatro períodos: o pré-socrático; o socrático (ou sistemático); o estoico e o alexandrino.

O período pré-socrático, também chamado de naturalismo, estende-se do início do século VI a.C. até aproximadamente o final do século V a.C. Segundo Madjarof (1997), os filósofos desse período buscam principalmente voltar-se para as questões cosmológicas, explorando a composição, origem e transformações do mundo externo. Assim, a ideia de língua era vista como uma preocupação intrinsecamente ligada à natureza, ou seja, como um componente do universo (Roma *et al.* 2020).

Para Tales de Mileto¹³, reside a ideia central de que a origem de todas as coisas era a natureza, expressa na terminologia da época como *physis*. Essa palavra abarcava tanto a noção de uma “fonte original quanto a de um processo de surgimento e desenvolvimento” (Souza,

¹¹ VII a.C.

¹² 521-441 a.C.

¹³ 624-548 a.C.

1996, p. 19). Em outras palavras, *physis* correspondia à concepção de *gênese*, representando a ideia de que a água era o fundamento inicial e o motor de todas as coisas.

Anaximandro¹⁴ acreditava que o universo tinha se originado a partir de transformações que ocorreram em um princípio fundamental chamado *arché*. Esse início é identificado como o *ápeiron*, que pode ser interpretado como algo infinito e sem limites. Já para Anaxímenes¹⁵, “o universo resultaria das transformações de um ar infinito (*pneuma ápeiron*)” (Souza, 1996, p. 20).

O segundo momento, marcado pela era Socrática, denomina-se de período sistemático, também conhecido como antropológico, sendo este o apogeu na história do pensamento grego. Nesse momento, a atenção volta-se ao homem e tem-se a junção da preocupação com a natureza às questões relativas ao ser/espírito. Nessa fase, surgem nomes de grande representatividade para a discussão filosófica ocidental, como os sofistas, Sócrates e Platão (Madrof, 1997).

Os sofistas tinham a preocupação com a arte política, em estudar um compêndio de regras para a conduta prática; não se trata de buscar uma verdade universal, e sim de ganhar discussões e de deter a razão: a arte de persuadir. Com isso, falam de forma eloquente sobre qualquer matéria, com o objetivo de aparentar possuir um conhecimento extenso sobre vários assuntos, quando, na verdade, só possuem a arte de falar eficientemente. Para Platão, o saber a propósito de tudo demonstra uma falsa assertiva da ciência universal. Para Aristóteles, os sofistas têm um conhecimento aparente, sem profundidade ou realidade (Neves, 1987).

Platão dá um salto substancial para os estudos gramaticais, apresentando, pela primeira vez, a linguagem como objeto de estudo. A palavra deixa de ser vista apenas no âmbito da persuasão, como o era para os sofistas, e passa a ser vista como uma linguagem de verdade (Neves, 1987). Especialmente no *Crátilo* e no *Sofista*, abordam-se questões linguísticas relacionadas à origem da língua, à formação fonética das palavras e suas estruturas etimológicas, à interconexão entre a forma e o significado das palavras, assim como à arbitrariedade dos signos. Em continuidade, Aristóteles expandiu os estudos linguísticos iniciados por Platão, enriquecendo a compreensão da natureza da linguagem e sua organização, como discutido detalhadamente na segunda seção deste trabalho.

O período estoico, situado no século III a.C, separa as questões linguísticas da filosofia, dissociando-as. Além disso, contempla a linguagem como uma expressão do pensamento, sendo esta usada para compreender o que acontece na mente humana. Embora tenham ordenado

¹⁴ 610-546 a.C.

¹⁵ 588-524 a.C.

e reconhecido a autonomia da linguagem em relação ao campo filosófico, o estoicismo não constituiu elaborações sistemáticas a respeito da língua. Consoante Vieira (2015, p. 66):

Convictos de que a língua era a expressão do pensamento e dos sentimentos, os discípulos de Zenão de Cítio, fundador do estoicismo, trataram da pronúncia, da etimologia e da gramática (classes de palavras e paradigmas flexionais), embora ainda não como um fim em si mesmo, mas sim a serviço de suas investigações filosóficas.

Por último, antes de adentrarmos no último momento da divisão retrocitada, é crucial mencionar que a disciplina gramatical teve sua origem durante a era helenística, um período que abrangeu a história da Grécia e partes do Oriente Médio desde a morte de Alexandre, o Grande, em 323 a.C., até a anexação da península grega e de suas ilhas por Roma em 146 a.C. Conforme observado por Moura Neves (1987), esse contexto marcou o surgimento da gramática como um campo de estudo e a luta pela preservação da cultura, desempenhando igualmente um papel significativo na disseminação e na expansão da cultura grega clássica.

Assim, o período Alexandrino foi um marco nos estudos gramaticais, com os gregos interessados nos estudos da linguagem como parte dos estudos literários. A partir das construções e elaborações filosóficas feitas nos séculos anteriores, os alexandrinos prescreveram normas e um padrão linguístico grego com base nos poemas homéricos, trazendo, assim, na prática, a doutrina gramatical tradicional (Vieira, 2015).

Conforme Bagno (2009) destacou, os gramáticos alexandrinos foram os precursores do campo doutrinário da linguagem, criando um aparato teórico de gramatização com o objetivo de desenvolver uma gramática modelar. Na perspectiva deles, somente a linguagem escrita literária mereceria uma investigação completa, análise, descrição e teorização, sendo a única adequada para estabelecer padrões para uma "boa fala" e uma "boa escrita". Dentro desse contexto, a fala era considerada como algo rudimentar e desorganizado, sujeita a erros inimagináveis, enquanto a escrita, concebida como uniforme, era vista como clara e regulamentada (Bagno, 2011).

Convém enfatizar a contribuição de Dionísio Trácio no contexto dos estudiosos alexandrinos, uma vez que desempenhou um papel pioneiro na elaboração da *Tekhné Grammatiké*. Dionísio é reconhecido como o autor da primeira gramática do mundo ocidental, um marco que moldou profundamente as abordagens e os modelos gramaticais que persistem até os dias atuais. Dessa forma, tem-se um desvio da vertente filosófica sobre a linguagem e inicia-se, embora sejam sucessores dos filósofos gregos, um período doutrinário com estudos mais centrados na linguagem.

Por sua gênese associada à filosofia, é claramente visível a influência das bases filosóficas gregas na formação dos estudos gramaticais, resultando em um legado duradouro que ainda é discernível e pode ser identificado nas gramáticas ocidentais até os dias de hoje. Ao longo dos períodos abordados neste texto, apontamos como os filósofos destacaram-se pelas suas diversas contribuições à pesquisa linguística, culminando no desenvolvimento da gramática concebida por Dionísio Trácio.

Seguindo-se a essa breve análise da evolução da gramática no contexto ocidental e das épocas que a influenciaram, a próxima seção abordará como as bases filosóficas originaram o que hoje reconhecemos como as classes gramaticais.

3.2 As Categorias Gramaticais

No diálogo "Político" de Platão, o filósofo abordou a concepção de categorias, visando a desenvolver um método para classificar objetos com base em suas características. No entanto, foi seu discípulo Aristóteles quem levou esse tema a um nível mais profundo em sua obra "Categorias" e "Da Interpretação", que ficou conhecida como o "Órganon" (2005), tratado que expõe a lógica aristotélica.

A teoria linguística em Aristóteles pode ser compilada a partir da teoria e da observação de que a realidade é expressa por meio da linguagem (Neves, 1987). Além disso, é possível compreender o pensamento da estrutura da língua como correspondência da estrutura da realidade concreta; isto é, categorizar o mundo por intermédio da linguagem é entendê-lo e ampliar a compreensão para as coisas que o compõem. Assim, examinar o real só é possível por meio da categoria linguística.

O filósofo destaca no *Órganon* (2005) que o exercício da linguagem é eminentemente humano; já na *Política* (1998), Aristóteles aborda a natureza humana da linguagem e sua relação com o ser humano como animal político. Com uma fundamentação biológica, ele argumenta que o homem é capaz de produzir sons e organizá-los em uma língua, permitindo a expressão de suas concepções e distinções sobre o mundo — como o justo e o injusto, o bem e o mal, o conveniente e o inconveniente.

Em *Categorias* (1995), Aristóteles debruça-se sobre o estudo da realidade, da ciência e do modo como as coisas são ditas. Desse modo, ele cria um sistema de conceitos pela linguagem em que a categoria é a expressão da natureza da coisa, bem como seu conceito em

si, evidenciando a capacidade da mente em agrupar elementos parecidos e separar os que não são semelhantes. De acordo com Xavier (2008), a classificação é justamente o processo de unir e separar os coincidentes e não coincidentes, os semelhantes ou dessemelhantes; é, dito de outro modo, saber discernir o que é do que não é. Esse procedimento mental é fundamental para a forma como interagimos com o nosso ambiente. A classificação é inerente à nossa busca por compreender e dar sentido ao mundo que nos cerca e, dessa maneira, é essencial reconhecer a importância da categorização no contexto da experiência humana.

A contribuição de Aristóteles à classificação foi tão significativa que seu sistema foi a estrutura dominante para a organização do conhecimento durante um período consideravelmente longo, perdurando por cerca de dois mil anos (Vickery, 1980). Essa organização tornou-se um padrão de referência que influenciou inúmeros tipos de classificação subsequentes.

O sistema aristotélico, inicialmente, determina dez gêneros supremos que constituem as categorias, sendo eles: substância, quantidade, qualidade, relação, lugar, tempo, posição, posse, ação e paixão (Assis, 2020). Vale destacar que, para Aristóteles, essas categorias estavam vinculadas aos modos de ser e às coisas, não diretamente às palavras. Séculos mais tarde, elas influenciaram, de forma indireta, a organização das classes gramaticais do português: substantivo, numeral, adjetivo, advérbio, conjunção, interjeição, pronome, preposição, artigo e verbo.

A substância é a principal dentre as categorias e à qual todas as outras fazem referência; ela não depende de outro para existir, existindo em si mesma. Já os acidentes dizem respeito às propriedades de um ser em relação às substâncias, visto que não subsistem sozinhos e estão obrigatoriamente em um ser, mantendo, portanto, uma relação de dependência e uma posição secundária. Segundo Abbagnano (2007), a substância é “como essência necessária; com efeito, ao pé da letra, essa expressão significa aquilo que o ser era, onde o imperfeito ‘era’ indica a continuidade ou estabilidade do ser, seu ser desde sempre e para sempre” (p. 925), já os acidentes são “uma determinação ou qualidade casual ou fortuita que pode pertencer ou não a determinado sujeito, sendo completamente estranha à essência necessária (ou substância) deste” (p.13).

Essa distinção encontra sua explicação na noção de inerência. Sob essa concepção, a substância ocupa uma posição primordial, enquanto as categorias secundárias assumem um papel subordinado. O cerne dessa diferenciação reside no fato de que as categorias secundárias não possuem a qualidade de substância, uma vez que existem como atributos de algum sujeito específico. Em contrapartida, a substância primária não está contida em nenhum sujeito.

Aristóteles, em *Categorias* (1995), postula que as substâncias são os próprios sujeitos que englobam as categorias secundárias, conferindo a estas últimas o atributo de inerência. Por conseguinte, os acidentes adquirem secundariedade por sua vinculação às substâncias, que servem como sua base e fundamento (Xavier, 2008).

Aranalde (2009), ao explicar a relação do uso da linguagem com a lógica aristotélica, afirma que, seja por meio da escrita, seja da fala, esse uso é predominantemente realizado por meio de proposições. Tais construções compreendem em sua estrutura o que o autor chama de substantivo e verbo, ou, em terminologia mais atual, sujeito e predicado. Por exemplo, na frase "Sócrates é branco", o termo 'Sócrates' desempenha o papel de sujeito, enquanto a expressão 'é branco' desempenha o papel de predicado (Aranalde, 2009). Na proposição, identifica-se 'Sócrates' como uma substância secundária e 'branco' também como uma substância, sendo o verbo "é" a cópula que torna a substância 'branco' uma propriedade atribuída a Sócrates, isto é, um acidente.

A brancura, assim como outras categorias, depende da existência de uma substância. Por exemplo, o peso e a estatura de Sócrates (categoria da quantidade) só existem porque Sócrates existe. Na categoria da relação, como "ser mais alto que" ou "ser maior que", a existência depende de pelo menos duas substâncias. Assim, quando se diz que Sócrates é mais alto que Xantipa, essa relação depende tanto da existência de Sócrates quanto da de Xantipa. De modo similar, as coisas na categoria da ação, como podar ou queimar uma árvore, necessitam de uma substância, como um homem que realiza a ação. Do ponto de vista do que sofre a ação, como a árvore que é podada ou queimada, fica claro que a categoria do "sofrer" também depende de uma substância, que neste caso é a árvore (Aranaldes, 2009, p.93).

A mesma relação de dependência ocorre entre as categorias de lugar e tempo em relação à substância. Os predicados que indicam a ocupação de um lugar no espaço claramente dependem de um sujeito substancial ou, pelo menos, de algo que funcione como uma substância. Ressalta-se, ainda, que nos contextos que estamos analisando, a relação de predicção refere-se a uma conexão entre coisas, e não entre palavras. Assim, as figuras de predicção (ou categorias) representam tipos de coisas que são atribuídos aos sujeitos (Teixeira, 2022).

De acordo com Ackrill (1963), uma forma de classificar é por meio de perguntas específicas, com respostas limitadas. Por exemplo, a resposta para "onde?" não serve para "quando?". Essas perguntas aplicam-se a uma substância. Assim, "onde está Sócrates?" seria respondido com "Sócrates está na Ágora", e não "Sócrates é branco". A classificação foca nas expressões de predicado, aquelas que completam frases como "Sócrates é...". Além disso,

podemos investigar respostas a uma pergunta geral como "o que é?", ajudando a identificar a espécie, gênero ou categoria a que pertence (Morici, 2008).

Portanto, pode-se dizer que essas dez classificações, por sua vez, representam segmentações que o pensamento humano elabora a partir da realidade, constituindo construções lógicas intrinsecamente ligadas à linguagem, que refletem fielmente as complexas interconexões presentes no mundo que nos cerca.

Em suma, o processo de categorização pode ser entendido por meio da descrição da realidade natural, em que os objetos são agrupados segundo a sua essência:

a substância (o homem), qualidade (qual é a sua figura), relação (parentesco de quem é irmão), quantidade ou estatura (quanto pés mede), ação (se faz alguma coisa), paixão (se padece), lugar (onde se acha), tempo (quando nasceu), estado (se está de pé ou sentado) e hábito (se está calçado ou armado), e sua relação com as palavras reflete a interação entre língua e pensamento (Assis, 2020, p. 24).

Seguindo essa linha de categorização, os estoicos exploraram e deram continuidade aos processos de categorização gramatical aristotélica. A escola estoica, fundada em Atenas por volta de 300 a.C., desenvolveu uma teoria da significação que se destacou por suas observações sobre a relação entre o signo linguístico e a realidade, com um foco especial no estudo da linguagem. Em alguns aspectos da filosofia e da retórica, desenvolveram métodos e doutrinas próprios, contribuindo para o avanço desses estudos (Gurpilhares; Oliveira, 2011). Além disso, eles introduziram uma nova abordagem para a análise do discurso¹⁶, estudando a terminologia linguística e delimitando as categorias gramaticais expressas por nomes e verbos.

De acordo com Barros e Bittencourt (2001), os estoicos classificaram as partes do discurso, diferenciando inicialmente palavras variáveis com flexão de caso, como *onomas* (substantivos e adjetivos) e *arthrons* (pronomes e artigos). Em seguida, identificaram palavras variáveis sem flexão de caso, categorizadas como *rhemas* (verbos). Por fim, agruparam as palavras invariáveis sob o termo *sundesmos*, que incluía preposições e conjunções. A classe dos nomes foi ainda subdividida em nomes próprios (*onoma prosegorikon* ou prosegoria), como "Sócrates", e nomes comuns (*onoma kurion* ou simplesmente *onoma*), como "homem". Dessa forma, o estoicismo estabeleceu um sistema que abrange cinco partes distintas do discurso.

O sistema de categorização desenvolvido por Aristóteles e os estoicos estabeleceu os fundamentos para a posterior identificação das partes do discurso, divididas em oito espécies,

¹⁶ Aqui, não confundir o termo com o campo de estudo da Análise do Discurso.

elaboradas por Dionísio Trácio em sua obra *Tekhné Grammatiké*. Séculos mais tarde, essas categorias vieram a tornar-se as classes gramaticais do português: substantivo, numeral, adjetivo, advérbio, conjunção, interjeição, pronome, preposição, artigo e verbo.

De acordo com Silva e Martins (2019), Dionísio Trácio, nascido em Alexandria, elaborou a primeira gramática do ocidente, editada pela primeira vez em 1715, e que viria a servir de modelo para as demais gramáticas tradicionais. A obra é um tratado metódico e sistemático da doutrina gramatical, embora não aborde a sintaxe, mas apenas a fonética e a fonologia.

A *Tekhné Grammatiké*, uma obra que data aproximadamente do século II a.C., aborda as partes do discurso, que são algumas definições das "classes de palavras" conforme compreendidas hoje – embora tenha havido algumas mudanças ao longo do tempo. Os constituintes da frase elencados por Dionísio têm fundamento direto nas categorias delimitadas por Aristóteles, que foram examinadas anteriormente: substância, qualidade, relação, quantidade ou tamanho, ação, paixão e lugar.

Partindo da tradição filosófica, Dionísio:

Reúne os nomes próprios e comuns dos estoicos em uma só classe, separa os participios da classe dos verbos e coloca os pronomes e as preposições em classes independentes dos artigos e conjunções, respectivamente. Chega, assim, a um total de oito "partes do discurso". (Vieira, 2018, p. 55)

De fato, a organização das partes do discurso em oito categorias desempenhou um papel relevante no desenvolvimento subsequente dos estudos gramaticais. Esse sistema de categorização manteve-se em vigor até o final da Idade Média, com uma única exceção: a ausência da classe de artigos na língua latina (uma vez que não existiam artigos nos sintagmas nominais latinos), sendo essa lacuna preenchida pelas interjeições, conforme atestado pelos gramáticos como Donato¹⁷ e Prisciano¹⁸ (Vieira, 2018).

O Renascimento marcou o período em que os vernáculos europeus foram sistematicamente gramatizados, e essa transformação linguística foi profundamente influenciada pelas partes do discurso estabelecidas por Dionísio. Essa influência é encontrada até os dias atuais, com perceptíveis semelhanças que podem ser observadas nas produções gramaticais aderentes ao PTG.

¹⁷ séc. IV d.C.

¹⁸ séc. VI d.C.

Em resumo, a categorização de Aristóteles, aprofundada pelos estoicos e, posteriormente, por Dionísio Trácio, forneceu uma estrutura fundamental para a compreensão da linguagem e da realidade. A divisão das palavras em classes gramaticais criou um modelo para as produções gramaticais posteriores e influenciou o desenvolvimento das gramáticas dentro do PTG. No entanto, as gramáticas oitocentistas do Brasil, as quais compõem o *corpus* deste trabalho, derivaram principalmente da tradição francesa de Port-Royal, e não diretamente da gramática grega. Ainda assim, reconhece-se a importância desse modelo para os estudos linguísticos e gramaticais.

4 MORAES SILVA: *EPITOME DA GRAMÁTICA DE LÍNGUA PORTUGUEZA* (1806)

Neste capítulo, analisaremos a obra *Epítome da Gramática da Língua Portuguesa* (1806), de Moraes Silva, a partir das *camadas* propostas por Swiggers (2020). Para isso, observaremos o contexto em que a obra está inserida, os exemplos apresentados, os dados técnicos e os conceitos referentes às partes do discurso. A abordagem adotada incluirá uma revisão da fundamentação teórica, permitindo uma compreensão dos aspectos linguísticos e estruturais da obra.

4.1 Capa contextual

Moraes Silva é conhecido no âmbito filológico como um lexicógrafo substancial do século XVIII, sendo o autor do *Dicionário da Língua Portuguesa* (1789). No meio linguístico, a obra *Epítome da Gramática da Língua Portuguesa* (1806) marcou o início do período racionalista, sendo considerada uma obra de grande relevância e um marco nos estudos linguísticos brasileiros, pois é a primeira tentativa de descrição do português por um brasileiro, conferindo, assim, seu valor histórico/historiográfico (Cavaliere, 2022).

Antônio de Moraes Silva nasceu na cidade do Rio de Janeiro em 1755 e faleceu em 1824. Formou-se em direito pela Universidade de Coimbra, embora não se tenha certeza de que concluiu o curso, pois no último ano foi denunciado à inquisição e, assim, teve que se mudar para a Inglaterra, local onde permaneceu até 1789. Retornou a Portugal após receber um indulto, mas, em 1785, fez abjuração pública da religião cristã.

O EGLP é composto por um Prólogo direcionado ao "Leitor Benevolente" e uma Introdução, seguido por dois livros principais. O Livro I, intitulado "Das Palavras por si sós ou partes das Sentenças", contém 9 capítulos, cada um abordando uma classe gramatical. O Livro II, "Da Composição das partes da Sentença entre si, ou Syntaxe," possui 4 capítulos, cobrindo temas como a Sintaxe de Concordância e Regência, Sintaxe Figurada, Composições Viciosas, e Sinais Ortográficos e Pontuação.

Ao avaliar a introdução da obra, na seção "Ao Leitor Benévolo", percebe-se que Moraes afirma que está propondo algo diferente de seus antecessores, que, segundo ele, focavam nas declinações do latim para descrever a língua portuguesa, o qual não havia correspondência. No

entanto, ele propõe romper com essa tradição latinizada, evidenciando, assim, uma retórica revolucionária em relação às descrições gramaticais.

Passando aos nomes, fazem te não sei quantas declinações e dão lhes não sei quantos casos: mas os nossos nomes não tem casos, ou desinencias finaes diversas, senão *eu, tu, elle* ; os mais só se varião v. g. *casa, casas ; templo, templos* (III).

Moraes inicia sua obra com uma citação de Condillac em epígrafe, que aponta para as limitações da estruturação da gramática inspirada nos modelos latinos, crítica essa derivada da Gramática de Port-Royal, que introduziu a sintaxe (a lógica) na análise gramatical. A citação destaca que a complexidade da gramática resulta dessa tentativa de adaptação às gramáticas latinas e sugere que a simplificação só será possível ao retornarmos aos elementos do discurso¹⁹. Essa escolha indica que, ainda que implicitamente, o gramático se alinha a alguns aspectos da tradição da *grammaire générale* francesa. Dessa forma, notamos um movimento de continuidade da tradição, e não uma ruptura.

O autor declara que seu objetivo na obra é proporcionar ao leitor uma compreensão mais clara e precisa do que a que é comumente encontrada nos livros disponíveis em nosso idioma. Ele pretende abordar tanto os elementos básicos de uma frase quanto a sua composição de forma mais detalhada e melhorada.

Além disso, ele critica que nos outros livros de seus antecessores, por exemplo, não se explica adequadamente o que é um artigo. Eles apenas dizem que o artigo é usado com os substantivos para indicar os números e os casos. No entanto, os substantivos da língua portuguesa, exceto “eu”, “tu” e “ele”, não têm casos; e esses pronomes não são usados com artigos. Além disso, para o autor, como o artigo é um adjetivo, quem fala ou escreve deve saber o gênero do substantivo que o artigo precede para usá-lo corretamente, de acordo com o gênero e o número do substantivo, da mesma forma que se faz com qualquer outro adjetivo.

Contextualmente, segundo Cavaliere (2014), Morais Silva foi influenciado pela postura predominante em Portugal, que era contrária às influências francesas após a Revolução. Isso significa que gramático e lexicógrafo, como outros intelectuais da época, era parte de um

¹⁹ Citação original: Nous avons complique nôtre Grammaire, parce que nous l'avons voulu faire d'après les Grammaires Latines. Nous ne la simplifierons, qu'autant que nous rappellerons les expressions aux éléments du discours. Condillac, Gramm. P. 2. Chap. 21. Note (*) pag. 205. Édit. De 1780, á Genève.

Tradução nossa: Complicamos nossa Gramática porque quisemos construí-la à semelhança das Gramáticas Latinas. Só a simplificaremos na medida em que trouxermos as expressões de volta aos elementos do discurso.

movimento que defendia a preservação da língua portuguesa contra o influxo de termos e estruturas linguísticas provenientes da França revolucionária e napoleônica. Essa posição reflete um conservadorismo linguístico que buscava manter a pureza e a identidade do português, em contraposição às mudanças e influências externas daquele período histórico.

Ser purista no cenário político-filosófico dos últimos anos do século XIX refletia um engajamento cívico em prol da autonomia e da importância da língua como elemento do estado nacional. Portanto, certas posições que podem inicialmente parecer reacionárias devem ser reinterpretadas à luz do contexto histórico em que surgiram, influenciadas pelas correntes filosóficas e intelectuais dominantes da época, que foram cruciais para a fundamentação dos conceitos. Essa abordagem reflete o princípio de imanência da historiografia, visto no esforço do historiador em entender criticamente os textos de um período, considerando seu contexto teórico, terminológico e histórico. Além disso, ela evita anacronismos, preservando a análise no âmbito das condições sociais e temporais originais. Dessa forma, o objeto é estudado em sua essência e perspectiva própria.

Quanto ao purismo gramatical no pensamento português do século XIX, João Ribeiro (1860-1934) observa que, enquanto no Brasil o movimento pela Independência levava ao uso extremo de apelidos indígenas em oposição aos nomes portugueses, em Lisboa, a tendência nacionalista cultivava a pureza da língua como uma reação conservadora à emergente ordem burguesa na França (1789). Já na metrópole, uma guerra desordenada contra os estrangeirismos, especialmente os galicismos, crescia em antipatia à Revolução Francesa e à época napoleônica, refletindo o conservadorismo lusitano (Cavaliere, 2014).

Reforçando o caráter purista da obra, na seção "Ao Leitor Benévolo", Moraes afirma que "língua patria perfeita, e elegantemente, debes estudar toda a vida, e com muita reflexão os autores Classicos, notando principalmente as analogias peculiares ao genio do nosso idioma" (VI). Além disso, ele argumenta que a língua materna deve servir como meio para aprender outras; seria absurdo tentar explicar a estrutura da sintaxe, ou a sua composição, por meio de outra língua.

Observa-se, portanto, que, embora o autor adote uma postura aparentemente revolucionária ao propor uma ruptura com os modelos gramaticais latinizados, ele ainda mantém certa continuidade com a tradição francesa, evidenciada pela citação de Condillac, e com a tradição greco-latina.

4.2 Capa documental

Na obra de Moraes (1806), observa-se a preferência pelo uso de textos literários clássicos como base normativa para os que desejavam se expressar de forma "correta". A seleção de exemplos buscava consolidar uma norma culta do português, com base nos autores da literatura clássica, embora muitos dos exemplos citados não fossem acompanhados de fonte, sendo classificados como "exemplos sem referência". Isso reflete uma prática comum nas gramáticas da época, em que se privilegiava a tradição literária como modelo ideal de língua.

A obra de Moraes (1806) exemplifica essa abordagem, contendo, segundo levantamento de Polachinni e Danna²⁰ (2016), 160 exemplos de textos clássicos, que representam 26,7% dos casos e compõem a segunda categoria mais frequente. O levantamento identificou ainda 2 casos de fala cotidiana (0,3%), 45 de língua lógico-elíptica (7,5%), e 5 de línguas diversas (0,8%), sem registro de português de períodos anteriores (0%). No entanto, a categoria de língua genérica ou sem referência é a mais predominante, com 388 ocorrências (64,7%). Essa predominância indica uma continuidade da tradição clássica, demonstrando que, mesmo com referências escassas e sem especificações de fonte, o uso de exemplos de linguagem formal e literária é mantido no modelo linguístico estabelecido, reforçando o movimento de continuidade da tradição que o autor considerava clássica.

4.3 Capa técnica

A capa técnica refere-se às “técnicas de análise linguística e gramatical e aos métodos de apresentação dos dados” (Swiggers 2004, p. 134). Para analisar a apresentação de dados e as técnicas utilizadas, tomamos como referência a *Techne Grammatiké* de Dionísio Trácio,

²⁰ Para as autoras, os dados linguísticos levantados foram categorizados em seis grupos: (1) referência literária explícita, indicando se a literatura citada é portuguesa ou brasileira e de qual século; (2) fala cotidiana, incluindo citações sobre o português no Brasil, em Portugal ou nas colônias; (3) língua lógico-elíptica, em que o autor modifica ou corrige sentenças para tornar explícito um elemento antes implícito; (4) línguas distintas do português, como latim, francês e inglês; (5) português de períodos anteriores, identificado pelo autor como não contemporâneo à sua época; e (6) categoria genérica, para dados sem referência clara às demais classificações.

pois, segundo Neto (2021, p. 49), a escolha dessa obra para o programa gramatical “deve-se ao fato de representar o texto fundante dessa tradição, além de apresentar características que permaneceram ativas até o século XX”.

Examinar a *camada técnica* de uma gramática tradicional envolve examinar as estratégias que esta aplica para cumprir suas funções analíticas. Nesse aspecto, a segmentação e a subsequente análise da língua nas gramáticas são observadas nessa camada. Em termos práticos, tal processo se reflete, por exemplo, na estruturação do estudo gramatical em áreas como fonologia, morfologia e sintaxe (ou termos semelhantes), o que facilita a abordagem e organização dos componentes da língua (Neto, 2021).

No estudo específico da morfologia, a divisão da análise em classes de palavras não é um fenômeno inato, mas uma técnica originada da tradição gramatical grega, conforme apontado por Neto (2013; 2018). As partes do discurso descritas por Dionísio Trácio em sua *Techne Grammatiké* estabeleceram e ditaram um padrão para a organização e apresentação de dados, influenciando obras que, como mencionado ao longo deste trabalho, se encaixam no Paradigma Tradicional de Gramatização (PTG) (Vieira, 2018). Neves (2013, p. 53) destaca que:

A classificação de Dionísio o Trácio das partes do discurso representa a tradição da escola de Aristarco, a escola de Alexandria. É um esquema bastante semelhante ao das nossas gramáticas, separando, porém, o particípio da classe dos verbos, o que não ocorria na classificação dos estoicos. Ainda em contraposição aos estoicos, a classe das conjunções vem desdobrada em conjunções e preposições, e a classe dos artigos e pronomes, embora os pronomes relativos se mantenham na classe dos artigos. São apontados como partes do discurso: 1. o nome; 2. o verbo; 3. o particípio; 4. o artigo; 5. o pronome; 6. a preposição; 7. o advérbio; 8. a conjunção.

A partir da classificação de Dionísio Trácio, é possível estabelecer um contraponto com a *Epitome da gramática de língua portuguesa* (1806). Assim, ao analisar a segmentação da gramática de Moraes (1806), observa-se um movimento de continuidade, especialmente em relação às partes da sentença, foco deste trabalho.

O gramático propõe uma divisão bastante semelhante das categorias, com exceção dos pronomes, que são incluídos na categoria de "artigos articulares", e dos particípios, classificados como "adjetivos atributivos verbais" ou derivados dos verbos. Destaca-se, portanto, a permanência da tradição greco-latina, observando-se que o modelo clássico permanece vivo não apenas na *camada teórica e documental*, mas também na *camada técnica*.

4.4 Capa teórica

No início do Livro I do EGLP, Moraes apresenta as partes da sentença, dividindo-as em: nomes, adjetivos (podendo ser articulares ou atributivos), verbos, advérbios, preposições, conjunções e interjeições. O gramático explica que as palavras representam tanto os objetos percebidos pela alma quanto as relações e os julgamentos que fazemos sobre eles. No total, são sete categorias gramaticais.

Moraes (1806), no capítulo I (p. 18-21), intitulado “Dos Nomes, ou Substantivos”, define nomes como palavras usadas para indicar coisas que existem de forma independente, como “casa”, “pomo” (fruta), ou “homem”. Além disso, também utilizamos os nomes para representar qualidades que imaginamos como se existissem de maneira autônoma, ou seja, como características em si mesmas, separadas dos objetos aos quais podem se referir. Nesse caso, nota-se um critério unicamente semântico ao definir as classes dos nomes.

No capítulo II (p. 21-30), “Dos Adjetivos Articulares”, Moraes (1806) explica que os adjetivos articulares se unem aos nomes gerais, ou comuns, para determinar o número ou a quantidade dos indivíduos mencionados. Entre eles, os artigos simples “o” e “a” geralmente indicam a totalidade de uma categoria, como em “O homem é mortal”, referindo-se a todos os homens. No entanto, em contextos específicos, podem restringir-se a um indivíduo ou grupo menor, como em “o homem sábio” ou “o Pedro”, para uma referência mais direta.

Os adjetivos articulares também incluem pronomes possessivos e demonstrativos, que trazem noções de propriedade ou proximidade de acordo com a relação entre o falante e o objeto mencionado; bem como os numerais. Além desses, Moraes classifica “Que”, “Qual”, “Quem” e “Cujo” como articulares relativos, que funcionam como conectores para unir ideias, remetendo-se a um substantivo antecedente. Dessa forma, observa-se que o gramático classificou os artigos e os pronomes como adjetivos articulares, e como critério de classificação, usou o sintático e semântico.

No capítulo III (p. 30-33), “Dos Adjetivos Atributivos”, o gramático apresenta os adjetivos atributivos, explicando que eles expressam as qualidades inerentes de um objeto, como em *branco, louro, manso, leal, amável*, quando associados a substantivos como *homem, menino*, etc., coexistindo com a presença de um nome. Moraes (1806) observa ainda que as qualidades e atributos das coisas geralmente admitem gradações de intensidade, permitindo

comparações em graus de superioridade ou inferioridade. Dessa forma, percebe-se que os critérios utilizados são tanto semânticos quanto sintáticos.

No capítulo V (p. 18-24), “Do Verbo, e Seus Modos, Atributos, Tempos, e Pessoas,” o autor apresenta o verbo como a palavra que expressa julgamentos ou vontades da alma em relação aos sujeitos e atributos das sentenças. Ele explica que o verbo é utilizado para afirmar ou ordenar, como nos exemplos: *Eu sou amante, o pomo é doce, e Filho, sê temente a Deus, e ama-o*. Moraes Silva (1806) destaca que a significação principal dos verbos está associada à expressão de um atributo e à pessoa ou coisa em que o atributo existe ou se deseja que exista, bem como às diferentes épocas em que esse atributo ocorre, ocorreu ou ocorrerá no sujeito. Por exemplo, o verbo *amo* equivale a *eu sou amante atualmente*, enquanto *amei* refere-se ao passado e *amarei* ao futuro. Dessa forma, observa-se que os critérios utilizados na definição de verbo são tanto sintáticos, ao considerar a função do verbo na estrutura da sentença, quanto semânticos, ao abordar as relações de tempo e existência do atributo em relação ao sujeito.

No capítulo VI (p. 65-69), “Dos Advérbios”, Moraes (1806) inicia demonstrando como a classe dos advérbios modifica o verbo, oferecendo detalhes sobre o modo, o tempo, o lugar e outras circunstâncias da ação. Ele observa que os advérbios não constituem uma parte elementar das sentenças, pois, na verdade, são nomes que, combinados com atributos ou regidos por preposições, podem omitir-se ou expressar-se de maneira implícita ou explícita. Exemplos como “igualmente” e “de antigamente” demonstram essa estrutura, onde o advérbio depende de outras palavras para completar e determinar seu significado. Nota-se que o autor adota critérios semântico, sintático e morfológico²¹ para classificar e descrever essa classe.

No capítulo VII (p. 69-78), “Das Preposições”, é discutido como as preposições, denominadas assim por sua posição anterior aos termos a que se referem, estabelecem uma conexão entre substantivos e nomes correlativos. Ele explica que as preposições têm a função de demonstrar a relação que o entendimento estabelece entre dois objetos representados por nomes, sejam eles simples ou acompanhados por adjetivos ou verbos. Moraes (1806) observa que, por analogia, as preposições não apenas representam conexões físicas entre termos, mas também se expandem para expressar correlações intelectuais, morais ou incorpóreas. Dessa forma, o autor utiliza critérios sintáticos e semânticos na classificação dessa classe gramatical.

²¹ Considera-se neste trabalho a classificação gramatical segundo três critérios: semântico (relacionado ao significado das palavras), sintático (relativo à função na oração) e morfológico (referente à forma e às flexões das palavras)

No capítulo VIII (p. 78-79, “Das Conjunções”, Moraes (1806) aborda as conjunções, explicando que estas servem para unir sentenças que mantêm entre si alguma conexão ou correlação, seja de semelhança, de juízo, oposição ou modificação. Dessa forma, Moraes utiliza critérios semânticos, além de sintáticos, pois não se limita a descrever como as conjunções se posicionam nas frases (aspecto sintático), mas também explica as relações de sentido que elas criam entre as sentenças.

No capítulo IX (p. 80-81), “Das Interjeições”, Moraes (1806) explora as interjeições, destacando que elas são usadas para expressar paixões intensas ou emoções violentas, frequentemente por meio de uma ou poucas palavras, que equivalem a uma sentença completa. Assim, o autor utiliza uma abordagem semântica para explicar como as interjeições funcionam como unidades autônomas de sentido, carregando uma expressividade própria na linguagem. Para melhor visualização, segue abaixo uma tabela que sintetiza as partes da sentença e os critérios usados pelo autor.

Quadro 4 - Moraes Silva (1806)

Partes da sentença	Definição	Crítérios utilizados
Dos Nomes, ou Substantivos	Nomes são palavras que indicam coisas existentes de forma independente e representam qualidades que podem ser imaginadas como autônomas.	Semântico
Dos Adjetivos Articulares	Adjetivos articulares unem-se a nomes gerais para determinar número ou quantidade dos indivíduos. Incluem artigos, pronomes possessivos, demonstrativos e numerais.	Sintático e Semântico
Dos Adjetivos Atributivos	Adjetivos atributivos expressam qualidades inerentes a um objeto	Sintático e Semântico
Do Verbo, e Seus Modos, Atributos, Tempos, e Pessoas	A palavra que expressa julgamentos ou vontades da alma em relação aos sujeitos e atributos das sentenças.	Semântico
Dos Advérbios	Advérbios modificam verbos e detalham modos, tempos, lugares, etc. São nomes que, combinados com atributos,	Semântico, Sintático e Morfológico

	podem omitir-se ou expressar-se de maneira implícita ou explícita.	
Das Preposições	Preposições estabelecem conexões entre substantivos e nomes correlativos, demonstrando relações entre objetos. Expressam conexões físicas e podem expandir-se para correlações mais abstratas.	Sintático e Semântico
Das Conjunções	Conjunções servem para unir sentenças com conexões de semelhança, oposição ou modificação, criando relações de sentido.	Semântico e Sintático
Das Interjeições	Interjeições expressam paixões intensas ou emoções por meio de poucas palavras, funcionando como unidades autônomas de sentido.	Semântico

Fonte: Marinho, 2024.

5 ANTÔNIO ÁLVARES PEREIRA CORUJA: *COMPÊNDIO DA GRAMMATICA DA LINGUA NACIONAL: DEDICADO À MOCIDADE RIO-GRANDENSE* (1835)

No capítulo anterior, analisamos a obra de Moraes Silva (1806). Neste, examinaremos o *Compêndio da Gramática da Língua Nacional: dedicado à mocidade rio-grandense* (1835), de Antônio Álvares Pereira Coruja, um autor também pertencente ao período racionalista. Faremos a análise com base na fundamentação teórica deste trabalho, a partir das camadas de Swiggers (2020), considerando as dimensões contextuais, documental, técnica e teórica.

5.1 Capa Contextual

Natural de Porto Alegre, onde nasceu em 1806, Antônio Álvares Pereira Coruja destacou-se como um dos mais relevantes intelectuais de sua época. Permaneceu em sua cidade natal até os 31 anos, período em que exerceu funções públicas e desenvolveu atividades no campo educacional, como professor em escolas públicas e particulares, além de lecionar língua latina. Sua trajetória acadêmica também incluiu a fundação do Colégio Minerva, no Rio de Janeiro, e a publicação de diversos livros didáticos que evidenciam sua dedicação ao ensino. Reconhecido por suas contribuições à história, foi membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (Cavaliere, 2018).

Coruja foi aluno de professores de destaque, como Maria Josefa da Fontoura Pereira Pinto, poetisa e jornalista, e Antônio D'Ávila, notório na sociedade sul-rio-grandense. Posteriormente, aprendeu latim com o Padre Tomé Luís de Sousa, que lhe deu o apelido “Coruja” – depois incorporado ao seu nome. Sua inclinação política levou-o a integrar a Revolução Farroupilha, o que resultou em um breve período de prisão em 1836. Em virtude das adversidades políticas, transferiu-se para o Rio de Janeiro em 1837, onde se manteve até o final de sua vida, falecendo em 1889, ano da Proclamação da República.

No ambiente mais intelectualizado da Corte, Coruja encontrou terreno fértil para expandir suas habilidades como escritor, jornalista e filólogo. Fundou o Liceu de Minerva em 1838, uma instituição de ensino privado que rapidamente ganhou prestígio. Além disso,

participou de várias sociedades educacionais e culturais, como a Sociedade Amantes da Instrução e a Sociedade Propagadora das Belas Artes.

Mesmo tendo alcançado reconhecimento intelectual, Coruja enfrentou dificuldades financeiras ao longo da vida, agravadas por investimentos malsucedidos. Apesar disso, manteve-se ativo na produção cultural, publicando memórias preciosas como as *Antigualhas*, que retratam a Porto Alegre imperial. Sua vida encerrou-se no Rio de Janeiro e a maior parte das publicações de Antônio Álvares Pereira Coruja consiste em livros voltados para o ensino, refletindo seu forte envolvimento com o ambiente pedagógico e educacional (Polachini, 2018):

- *Compêndio da Gramática da Língua Nacional* (diversas edições: 1835, 1846, 1847, 1849, 1862, 1865, 1873, 1891)
- *Manual dos Estudantes de Latim* (1838)
- *Compêndio de Ortografia da Língua Nacional* (1848)
- *Aritmética para Meninos* (1850)
- *Coleção de Vocábulo e Frases Usados na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul* (1852)
- *Lições de História do Brasil* (1855)
- *A Vida de José Bernardino de Sá Depois de Sua Morte* (1856)
- *Anotações às Memórias Históricas de Monsenhor Pizarro* (1858)
- *Notas à Memória do Tenente-Coronel José dos Santos Viegas* (1860)
- *Antigualhas e Reminiscências de Porto Alegre* (1881)

O contexto de produção gramatical insere-se em condições históricas que a história oficial conta como a Proclamação da Independência em 1822, seguida pela composição da Assembleia Constituinte de 1823, e culminando na promulgação da Constituição de 1824. Este marco legal previa, entre outras medidas, a garantia de "instrução primária e gratuita a todos os cidadãos", mas seu desenvolvimento foi marcado por intensos conflitos na Assembleia Constituinte, dissolvida por Dom Pedro I em meio a disputas entre monarquistas, republicanos e outras facções políticas (Bastos, 2006).

Nesse contexto, destacam-se iniciativas educacionais voltadas para a consolidação da língua nacional, como a indicação de Antônio Álvares Pereira Coruja para estudar o método Lancaster no Rio de Janeiro em 1825 (Bastos, 2006), período que também foi palco de debates parlamentares sobre o status da língua. Um marco desse período foi a Lei de 15 de outubro de

1827²², que determinou a obrigatoriedade do ensino da gramática da língua nacional nas escolas, data que hoje simboliza o Dia do Professor no Brasil.

A Lei de 1827 constitui-se como um discurso fundador do ensino da língua nacional, produzindo sentidos sobre políticas de educação popular e sobre política de língua, do nome da língua do Brasil. Nomear *Grammatica da Lingua Nacional*, na lei imperial, movimenta sentidos em direção a um imaginário de descolonização do ensino (e) de uma língua no Brasil, mas também sentidos sobre essa *Grammatica* a ser ensinada, ou seja, a gramática da língua do Imperador do Brasil e Príncipe de Portugal, Dom Pedro I, a língua da nobreza, do culto [grifos da autora] (Dias, 2019, p.81).

Em 1835, Coruja publicou o *Compêndio da Gramática da Língua Nacional*, acompanhado da dedicatória "dedicada à mocidade Rio-Grandense por seu patricio Antônio Álvares Pereira Coruja". Essa obra está em conformidade com o decreto imperial de 1827, que estabelecia o ensino da gramática da língua nacional. Um aspecto relevante que chama atenção é a fórmula da dedicatória, que levanta questões sobre os efeitos de sentido da expressão "dedicada à mocidade Rio-Grandense por seu patricio Antônio Álvares Pereira Coruja", especialmente quando relacionada ao título "Compêndio da Gramática da Língua Nacional" (Dias, 2019).

Segundo Polachini (2018), percebe-se um direcionamento geográfico voltado para a província do Rio Grande do Sul, que se mantém até 1891, quase sessenta anos após Coruja ter se estabelecido no Rio de Janeiro. Além disso, o título é apresentado com o termo "compêndio", que, conforme identificado no mapeamento levantado pela autora, estava associado ao ensino das primeiras letras e foi o tipo de nomenclatura mais recorrente até as décadas de 1860 e 1870, período em que os títulos iniciados por "gramática" passaram a predominar.

Além disso, com a criação da Assembleia Legislativa Provincial, por força do Ato Adicional de 1834, Coruja se candidatou às eleições para a primeira legislatura e alinhou-se com o vice-presidente Marciano Ribeiro (Bastos, 2006). Nesse período, o vice-presidente sancionou a Lei nº 14, de 29 de dezembro de 1835, de autoria de Coruja, que, em sua atuação como secretário e deputado, reorganizou o ensino primário e fundou uma escola normal, com o objetivo de qualificar indivíduos para o magistério (Giolo, 2006).

As determinações da Lei 14 de 1835, segundo Giolo (2006), em grande parte não puderam ser implementadas devido à instabilidade política no Rio Grande do Sul. Embora a lei tenha reorganizado o ensino primário e criado uma escola normal destinada à formação de

²² O texto original da Lei pode ser lido em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-38398-15-outubro-1827-566692-publicacaooriginal-90222-pl.html - Acesso em fev 2025

professores, a escola normal só foi efetivamente criada em 1870, e o ensino mútuo deixou de ser uma prática oficial na província.

As diferentes edições da gramática de Pereira Coruja refletem a relevância da obra ao longo do tempo na gramaticografia. Embora tenha passado por revisões e acréscimos, o título manteve a referência à província do Rio Grande do Sul, mesmo após a publicação ter sido transferida para o Rio de Janeiro a partir da quarta edição, em 1846. A obra aparenta ter alcançado ampla repercussão, sendo reeditada com revisões e modificações ao longo dos anos, chegando pelo menos até 1891, cerca de seis décadas após sua primeira publicação. A obra não apresenta prólogos que esclareçam a intenção do autor ao elaborá-la, ou que revelem sua autopercepção e intenções.

5.2 Capa Documental

Na obra de Coruja (1873[1835]), percebe-se uma abordagem mais contida na utilização de exemplos, em comparação com outras gramáticas da época, como as de Moraes Silva. Essa escolha sugere uma estratégia autoral deliberada, mais ligada ao estilo pessoal do gramático do que a um alinhamento teórico-metodológico específico. Polachinni e Danna (2016) indicam que a gramática de Coruja apresenta 155 exemplos distribuídos ao longo de 21 páginas, resultando em uma média de aproximadamente sete exemplos por página.

A categorização desses exemplos mostra um predomínio da língua genérica ou sem referência, com 141 ocorrências (91%), enquanto a língua lógico-elíptica corresponde a 14 casos (9%). Essa distribuição evidencia uma característica marcante da obra: a preferência por exemplos que não possuem especificação de fonte.

Diferentemente de autores como Moraes Silva (1806), que priorizava a inclusão de textos literários clássicos para reforçar a norma culta da língua portuguesa, Coruja demonstra uma preocupação menor em associar sua gramática a tradições literárias. Tal prática indica que a obra se insere em um modelo gramatical que busca consolidar o uso formal do português, sem, no entanto, vincular-se a referências literárias específicas.

5.3 Capa Técnica

A capa técnica, conforme retrocitado, refere-se às "técnicas de análise linguística e gramatical e aos métodos de apresentação dos dados" (Swiggers, 2004, p. 134), sendo analisada com base na *Techne Grammatiké* de Dionísio Trácio, considerada o texto fundante da tradição gramatical grega (Neto, 2021). Essa camada técnica envolve a segmentação e a organização da língua em áreas como fonologia, morfologia e sintaxe, facilitando a análise sistemática dos elementos linguísticos.

Dionísio Trácio, em sua *Techne Grammatiké*, estabeleceu uma classificação que organizava as partes do discurso em oito categorias: nome, verbo, particípio, artigo, pronome, preposição, advérbio e conjunção. Ao comparar a classificação de Dionísio Trácio com a gramática de Coruja (1835), nota-se a manutenção do modelo greco-latino, mas com adaptações próprias à tradição portuguesa. Enquanto Dionísio estabelece oito categorias – nome, verbo, particípio, artigo, pronome, preposição, advérbio e conjunção –, Coruja amplia a classificação para nove, acrescentando a interjeição como uma parte distinta do discurso.

Além disso, a nomenclatura e os critérios de classificação de Coruja evidenciam um movimento de continuidade com a tradição clássica, ao mesmo tempo em que ajusta essas categorias às particularidades da gramática portuguesa, demonstrando que o modelo técnico de Dionísio permanece influente, ainda que adaptado aos contextos linguísticos posteriores.

5.4 Capa Teórica

Segundo Coruja, as partes da oração são nove: artigo, nome, pronome, verbo, particípio, advérbio, conjunção, preposição e interjeição. Na seção intitulada "Parte Primeira – Da Etymologia" (Coruja, 1835, p.3), especificamente na subseção "Artigo" (p.3), Coruja define o artigo como uma parte da oração que, ao preceder um nome, não apenas indica seu gênero e número, mas também sugere que o nome deve ser interpretado de forma extensiva, e não de maneira compreensiva. A análise evidencia o uso de critérios morfológico, sintático e semântico.

Na subseção intitulada "Nomes" (p.4), Coruja (1835) define o nome como a palavra com que significamos alguma coisa ou sua qualidade. Dentro desse grupo, o nome pode ser classificado como substantivo ou adjetivo, conforme sua função. O substantivo é definido como a palavra que designa uma coisa ou pessoa, como nos exemplos: *mesa* e *Francisco*. Já o adjetivo é descrito como a palavra que expressa uma qualidade de alguma coisa ou pessoa, como em *redonda* e *amável*. O critério utilizado pelo autor é, portanto, o semântico. Em "Pronomes" (p.6), o gramático define o pronome como a palavra que traz à memória a pessoa ou coisa a que se refere. O critério utilizado pelo autor para essa definição também é semântico.

Na subseção "Verbos" (p.9), Coruja (1835) define o verbo como a voz com que, na oração, significamos uma ação, afirmando algo de outra coisa. Essa definição destaca um critério semântico, já que o verbo expressa uma afirmação relacionada a um sujeito na oração. Além disso, o autor classifica os verbos quanto à sua significação em três categorias: ativo, neutro e passivo. Os verbos ativos denotam uma ação realizada pelo sujeito, os neutros indicam estados ou ações que não transitam, no qual tem significação permanente, e os passivos expressam ações sofridas pelo sujeito.

Na subseção "Participio" (p.38), Coruja (1835) define o participio como uma parte da oração que combina elementos da natureza do nome e do verbo. Especificamente, o participio herda do nome o gênero e, do verbo, o tempo e a ação. Exemplos apresentados incluem "amante" e "amado". O autor utiliza um critério semântico para destacar a dupla função do participio, que pode atuar tanto como um modificador nominal quanto verbal, dependendo do contexto em que é empregado.

Na subseção "Adverbio" (p.39), o advérbio é definido como uma palavra indeclinável que, ao unir-se ao nome ou ao verbo, modifica o significado dessas palavras. Por meio dessa definição, o autor evidencia a função morfológica, sintática e semântica do advérbio, que consiste em acrescentar detalhes ou especificar circunstâncias relacionadas à ação, estado ou qualidade.

Na subseção "Conjunções" (p.41), define a conjunção como uma palavra indeclinável, o que reflete um critério morfológico, pois é invariável em gênero, número e grau. Além disso, a conjunção desempenha a função de unir palavras ou orações, evidenciando um critério sintático, já que sua principal finalidade é conectar elementos dentro de uma frase ou diferentes orações em um enunciado.

Na subseção "Preposições" (p.42), a preposição também é conceituada como uma palavra indeclinável, utilizando um critério morfológico. A preposição tem como função reger nomes e compor diferentes palavras, destacando sua função como um conector na estruturação

do discurso. Esse conceito evidencia que as preposições atuam como elementos de ligação que introduzem complementos nominais e verbais, conectando termos de maneira que estabeleçam uma relação tanto semântica quanto sintática.

Na subseção "Interjeições" (p.43), Coruja (1835) define a interjeição como uma voz indeclinável, o que reflete, como vimos, um critério morfológico. Além disso, a interjeição é caracterizada por sua função expressiva, uma vez que, por si só, transmite diversos afetos e paixões da alma humana, evidenciando um critério semântico. Para uma visualização mais clara, elaboramos um quadro representativo dos conceitos.

Tabela 1 - Coruja (1835)

Classe gramatical	Definição	Crítérios utilizados
Artigo	Parte da oração que, ao preceder um nome, não apenas indica seu gênero e número, mas também sugere que o nome deve ser interpretado de forma extensiva, e não de maneira compreensiva.	morfológico, sintático e semântico.
Nomes	A palavra com que significamos alguma coisa ou sua qualidade.	semântico.
Pronome	palavra que traz à memória a pessoa ou coisa a que se refere.	semântico
Verbos	A voz com que, na oração, significamos uma ação, afirmando algo de outra coisa.	semântico.
Particípio	Parte da oração que combina elementos da natureza do nome e do verbo. Especificamente, o particípio herda do nome o gênero e, do verbo, o tempo e a ação.	semântico.
Advérbio	Palavra indeclinável que, ao unir-se ao nome ou ao verbo, modifica o significado dessas palavras.	morfológica, sintática e semântica
Preposições	Preposição é uma palavra indeclinável que serve para reger os nomes, e para compor diferentes palavras.	morfológico, sintático e semântico
Interjeições	uma voz indeclinável que exprime por si só vários affectos e paixões de nossa alma.	morfológico e semântico

Fonte: Silva, 2024.

Nota-se, portanto, que os critérios de classificação são variados, evidenciando uma certa assistematização. As categorias possuem bases filosóficas e têm origem na *techné grammatiké*, principalmente em suas definições, inserindo-se, assim, no Paradigma Tradicional da Gramatização (PTG) (Vieira, 2018).

6 RESULTADOS E CONTRIBUIÇÕES

Neste capítulo, apresentamos uma análise acompanhada dos resultados e contribuições da pesquisa. Para isso, realizamos uma comparação entre Moraes Silva (1806) e Coruja (1835), com o objetivo de compreender os processos de ruptura e continuidade já mencionados. Além disso, elaboramos um quadro teórico que relaciona esses dois autores a Dionísio Trácio, em sua *Tékhnē Grammatiké*, permitindo observar a preservação da tradição greco-latina.

6.1 Análise comparativa entre Moraes Silva (1806) e Coruja (1835)

Nesta dissertação, buscamos compreender o estatuto das partes do discurso gramáticas brasileiras do século XIX. A escolha desse tema foi motivada pela observação de que, ao longo da história das reflexões linguísticas, inúmeras definições foram propostas para as partes do discurso, porém sem uma uniformidade ou objetividade de critérios. Essa ausência de sistematização teórico-metodológica na categorização gramatical destaca a necessidade de uma análise e acompanhamento do percurso linguístico sobre as partes do discurso no contexto das gramáticas racionalistas do português oitocentista.

Ao investigar as definições gramaticais presentes nesse período, o estudo contribui para a compreensão do processo de delimitação categorial, que exerce influência direta na constituição das gramáticas contemporâneas e na definição das categorias que compõe uma sentença. Para isso, selecionamos como fontes primárias duas gramáticas brasileiras, a obra de Antonio de Moraes Silva (1806) e Antônio Álvares Pereira Coruja (1835). Essas gramáticas desempenharam um papel duplo no contexto educacional brasileiro do século XIX: além de funcionarem como manuais de ensino, refletiam as bases teóricas e as discussões sobre a língua portuguesa, inseridas na tradição greco-latina, particularmente durante o Segundo Império (Neto, 2021).

Optamos pelo século XIX como recorte temporal por uma razão principal: (i) é nesse período que ocorre a consolidação da gramatização nacional, concebida por brasileiros e para brasileiros, refletindo as necessidades educacionais e culturais da época. Dessa forma, o contexto histórico e social desse período foi marcado por mudanças significativas nos projetos educacionais, que influenciaram diretamente a produção e o uso das gramáticas.

Para a análise, ancoramo-nos na Historiografia da Linguística (HL). A HL investiga a evolução do conhecimento linguístico, integrando perspectivas intralinguísticas e extralinguísticas (Bastos e Casagrande, 2021; Swiggers, 2013). Com uma abordagem interdisciplinar, requer do historiador um conhecimento de diferentes campos científicos para contextualizar eventos históricos, analisando-os sob perspectivas teóricas, temporais e sociais. Não se limita a descrever fatos, mas também os interpreta, destacando a importância do historiador na construção narrativa e reconhecendo a subjetividade inerente ao processo analítico (Jenkins, 2013; Batista, 2020).

A escolha do *corpus* deste trabalho fundamenta-se na relevância historiográfica e linguística das obras de Moraes Silva (1806) e Coruja (1835), cujas contribuições foram essenciais para a construção da tradição gramatical brasileira. Moraes Silva, pioneiro na lexicografia portuguesa, publicou em 1789 o *Dicionário da Língua Portuguesa*, obra que não apenas sistematizou o vocabulário da época, mas também consolidou normas linguísticas vigentes. Sua *Epítome da Gramática da Língua Portuguesa* (1806) representa a primeira tentativa de descrição do português por um brasileiro, evidenciando dinâmicas culturais e educacionais do período. Segundo Cavaliere (2022), essa obra agrega um valor à historiografia da língua, permitindo compreender os primeiros esforços de normatização do português no Brasil.

Por outro lado, a inclusão da gramática de Coruja justifica-se por sua expressiva contribuição à gramaticografia brasileira, especialmente com sua obra *Compêndio da Gramática da Língua Nacional*, publicada em 1835, em Porto Alegre. A ampla circulação do compêndio por mais de seis décadas e suas diversas edições atestam sua importância no cenário gramatical e educacional brasileiro.

A análise comparativa entre Moraes Silva e Coruja não apenas permite observar as mudanças nas partes da sentença ao longo do século XIX, mas também revela a tradição linguística vigente na época. Além disso, resgata aspectos culturais e intelectuais essenciais para a compreensão da história linguística do Brasil, elucidando como contextos históricos e períodos distintos podem influenciar as teorias internas e a produção gramatical. Ao comparar as abordagens de Antônio de Moraes Silva e Antônio Álvares Pereira Coruja em relação à *camada contextual* (Swiggers, 2020), observa-se que suas perspectivas são influenciadas pelos contextos históricos em que estavam inseridos.

Moraes Silva, devido ao período histórico em que viveu, adotou uma retórica de ruptura voltada para o rompimento com a tradição latinizada da língua portuguesa. Segundo Cavaliere (2014), sua postura foi fortemente influenciada pela tendência predominante em Portugal, que

resistia às influências francesas após a Revolução. Como outros intelectuais de sua época, o gramático participou de um movimento que buscava preservar a pureza e a identidade da língua portuguesa, protegendo-a contra o influxo de termos e estruturas linguísticas oriundos da França revolucionária e napoleônica. Essa postura reflete um conservadorismo linguístico alinhado ao contexto histórico de resistência às influências externas, o que o levou a propor uma ruptura com paradigmas anteriores, mantendo, assim, um caráter de preservação da língua nacional segundo o autor.

Por outro lado, Antônio Álvares Pereira Coruja inseriu-se em um contexto histórico distinto, marcado pela Independência do Brasil (1822) e pela valorização da língua nacional como símbolo de identidade e soberania. Coruja teve ativa participação política, incluindo sua atuação na Revolução Farroupilha e seu envolvimento na fundação do Liceu de Minerva em 1838, no Rio de Janeiro. O cenário educacional da época foi moldado por iniciativas como a Lei de 15 de outubro de 1827, que tornou obrigatório o ensino da gramática da língua nacional nas escolas.

Nesse contexto de mudanças sociais e implementações educacionais, a obra de Coruja assume um caráter educativo, em conformidade com o Decreto Imperial de 1827. O título de sua gramática apresenta o termo “compêndio”, que, conforme apontado por Polachinni (2018), era comumente associado ao ensino das primeiras letras e predominou até as décadas de 1860 e 1870, quando as denominações iniciadas por “gramática” começaram a se consolidar de fato. Dessa forma, Coruja contribuiu para a valorização e consolidação da língua nacional, alinhando-se ao projeto de construção da identidade brasileira pós-independência.

Em síntese, Morais Silva adota uma retórica de ruptura ao propor o rompimento com a tradição latinizante e com as práticas gramaticais dos estudiosos anteriores, voltando-se para o conservadorismo linguístico no contexto luso-brasileiro. Por sua vez, Coruja se destaca por sua abordagem educacional e pela valorização da língua nacional no cenário pós-independência. Em relação à agenda e à autopercepção dos autores, Morais Silva traz uma proposta de ruptura logo no início da sua obra, enquanto Coruja não se manifesta de maneira explícita em relação à sua proposta de continuidade ou descontinuidade.

Em relação à *camada documental* (Swiggers, 2020), na obra de Morais Silva (1806), observa-se um uso de referências às tradições clássicas e uma linguagem formal que mantém a continuidade da tradição gramatical greco-latina. Foram identificados 16 exemplos retirados de textos clássicos, representando 26,7% das ocorrências analisadas, configurando-se como a segunda categoria mais frequente. Esse padrão reflete a prática comum nas gramáticas do período, que valorizavam uma língua ancorada nos clássicos.

Em contraste, a obra de Coruja (1835) apresenta um uso mais moderado de exemplos em comparação com outras gramáticas da época, como a de Morais Silva (1806). Essa escolha pode ser vista como uma opção autoral ligada ao estilo do autor, mais do que a um método sistemático ou de determinado paradigma. Polachinni (2016) identificou 155 exemplos distribuídos em 21 gramáticas, com uma média de 7 exemplos por página. A maioria desses exemplos (141 ocorrências) é composta por uma linguagem genérica. Isso sugere que Coruja não buscou associar sua gramática a tradições literárias consagradas.

Ressalta-se que a utilização de autores clássicos na análise gramatical remonta à *Tékhne grammatiké* de Dionísio Trácio, voltada ao estudo da linguagem dos escritores gregos, sem considerar variações coloquiais ou mudanças linguísticas ocorridas entre o período clássico e a época do autor. Conforme Gual (2002, p. 8), Dionísio Trácio desenvolveu uma gramática para a interpretação de textos clássicos, reforçando o prestígio dessas obras como modelo linguístico.

Conforme essa abordagem ganhou peso na Antiguidade, tornou-se um método de ensino para aqueles que não falavam grego (Silva, 2018). Ao utilizar referências consideradas clássicas por alguns autores, Morais Silva segue essa tradição, refletindo a continuidade da tradição clássica ocidental e valorizando os padrões gramaticais fundamentados na literatura clássica.

Essa comparação evidencia uma distinção entre os autores: enquanto Morais Silva se alinha às diretrizes do século XIX ao reforçar a literatura clássica como exemplar, Coruja adota uma abordagem mais direta e menos preocupada com esse ideal. Essa diferença reflete não apenas as escolhas individuais dos autores, mas também as transformações nas práticas gramaticais da época.

Já a *capa técnica* abrange tanto as técnicas de análise linguística e gramatical quanto os métodos de apresentação dos dados, o que permite estabelecer também um paralelo com a *Tékhne grammatiké*. Segundo Neto (2021), esta obra representa o texto fundante da tradição gramatical ocidental, além de possuir características que permaneceram em vigor até o século XX.

No que se refere à gramática de Moraes Silva, observou-se que sua estrutura mantém um movimento de continuidade em relação à organização e às partes presentes na gramática de Dionísio Trácio. A segmentação adotada na obra segue um padrão que remete ao PTG (Vieira, 2018), demonstrando a permanência de um modelo clássico na descrição e sistematização da língua portuguesa.

Já na obra de Coruja, a análise da capa técnica evidencia uma abordagem semelhante no que diz respeito às técnicas de análise linguística e gramatical, bem como à apresentação dos dados. Assim como Dionísio Trácio, Coruja propõe uma classificação das partes do discurso, mantendo a base do modelo greco-latino. No entanto, ao contrário da gramática de Dionísio, que apresenta oito categorias gramaticais (Nome, Verbo, Particípio, Artigo, Pronome, Preposição, Advérbio e Conjunção), Coruja amplia essa classificação para nove, promovendo adaptações que dialogam com a tradição portuguesa.

Além disso, a organização da gramática de Coruja segue um padrão de apresentação dos dados que se assemelha ao das obras anteriores, reforçando a continuidade da *capa técnica*, ainda que com ajustes e reformulações. Essa constatação evidencia que, apesar das transformações ao longo do tempo, a estrutura de base permanece reconhecível, o que demonstra a influência do padrão gramatical estabelecido.

No âmbito teórico desta dissertação, foram analisados os conceitos gramaticais apresentados por Morais (1806) e Coruja (1835), destacando-se a forma como ambos definem as partes da sentença, o que compôs a nossa *capa teórica*. Observa-se que esses autores não adotaram um único critério para a organização das categorias gramaticais, mas recorreram a diferentes abordagens, combinando critérios semânticos, morfológicos e sintáticos.

Essa alternância na classificação das categorias reflete uma assistematização metodológica, resultando em definições que, embora mantenham certa coerência interna, apresentam variações entre si. No entanto, mesmo diante dessas diferenças, a tradição greco-latina permanece evidente, visto que os conceitos adotados por ambos dialogam diretamente com o modelo de Dionísio Trácio, sobretudo no que diz respeito à concepção das partes do discurso. Assim, percebe-se que, apesar das particularidades de cada gramático, há uma continuidade dentro do PTG (Vieira, 2018).

Ao comparar especificamente Morais Silva (1806) e Coruja (1835), nota-se que suas diferenças residem tanto na escolha dos critérios classificatórios quanto na terminologia utilizada. Um dos pontos de distinção é a categoria dos adjetivos atributivos, presente em Morais Silva (1806), que compreende palavras que expressam qualidades inerentes a um objeto.

Em Coruja (1835), essa categoria não é mencionada de forma específica, ela está na Categoria dos “Nomes” (p.4), evidenciando uma abordagem diferente nas partes gramaticais. Além disso, há uma diferença na definição do particípio: Morais Silva não o considera uma categoria autônoma, classificando-o dentro dos verbos como palavras derivadas das formas

verbais (p.20). Em contrapartida, Coruja o define como uma classe distinta, caracterizando-o como um elemento híbrido entre nome e verbo (p.38).

Outra diferença se encontra na classificação dos pronomes. Coruja os trata como uma categoria particular, definindo-os como palavras que remetem a uma pessoa ou coisa mencionada no discurso (p.6). Já Moraes Silva os insere dentro da categoria dos adjetivos articulares (p.21), juntamente com artigos, pronomes possessivos, demonstrativos e numerais, atribuindo-lhes a função de determinar número ou quantidade dos indivíduos nomeados. Essas diferenças evidenciam a produção gramatical ocidental e o caráter dinâmico da evolução dos estudos linguísticos ao longo do tempo. Assim, embora haja variações na classificação e terminologia, nota-se que os gramáticos compartilham uma base comum influenciada pela tradição greco-latina, ainda que com adaptações e reorganizações particulares.

A análise comparativa entre as gramáticas de Moraes Silva (1806), Coruja (1835) e Dionísio Trácio²³ evidencia a continuidade e as transformações ocorridas no processo de gramatização ao longo do tempo. A historiografia linguística permite analisar esse percurso, demonstrando como as categorias gramaticais foram sendo ajustadas e reestruturadas dentro de um PTG (Vieira, 2018). No quadro abaixo, é possível visualizar as definições segundo os autores:

Quadro 5 - Síntese comparativa entre os autores

	Dionísio (SÉC. I A.C.) Partes do discurso	Moraes Silva (1806) Partes das Sentenças	Coruja (1935) Partes da oração
Nomes	parte da frase sujeita à variação de caso [morfofossintático], que designa um corpo ou uma coisa abstrata [semântico].	palavras que indicam coisas existentes de forma independente e representam qualidades que podem ser imaginadas como autônomas [semântico].	palavra com que significamos alguma coisa ou sua qualidade [semântico].

²³ Na *Tékhne grammatiké*, as partes do discurso são apresentadas da seguinte forma: (1) **ónoma** (nome); (2) **rhêma** (verbo); (3) **metochè** (particípio); (4) **árthron** (artigo); (5) **antonymia** (pronome); (6) **próthesis** (preposição); (7) **epirrhema** (advérbio); (8) **syndesmos** (conjunção).

Verbo	a palavra não sujeita à variação de caso [morfofossintático], que admite tempo, pessoas, números [morfofossintático] e exprime atividade ou passividade [semântico]	a palavra que expressa julgamentos ou vontades da alma em relação aos sujeitos e atributos das sentenças [semântico].	a voz com que, na oração, significamos uma ação, afirmando algo de outra coisa [semântico].
Dos Adjetivos Atributivos	Não citado como uma categoria particular pelo autor.	Adjetivos atributivos expressam qualidades inerentes a um objeto [semântico].	Não citado como uma categoria particular pelo autor.
Particípio	palavra que participa da propriedade dos verbos e da dos nomes [morfofossintático, morfológico, semântico]. Ele tem os mesmos atributos que o nome e o verbo, exceto a pessoa e o modo [morfológico].	não citado como uma categoria particular pelo autor , é mencionado dentro das categorias dos verbos como palavras derivadas das partes verbais.	parte da oração que combina elementos da natureza do nome e do verbo. Especificamente, o particípio herda do nome o gênero e, do verbo, o tempo e a ação [semântico].
Artigo/ adjetivos articulares	o artigo é uma parte da frase sujeita à variação de caso [morfofossintático], preposta ou posposta à declinação dos nomes [sintático].	adjetivos articulares unem-se a nomes gerais para determinar número ou quantidade dos indivíduos [sintático] [semântico]. Incluem artigos, pronomes possessivos, demonstrativos e numerais.	artigo é a parte da oração que, ao preceder um nome [sintático], não apenas indica seu gênero e número [morfológico], mas também sugere que o nome deve ser interpretado de forma extensiva, e não de maneira compreensiva [semântico].
Pronome	palavra empregada em vez de um nome [morfofossintático] e que indica pessoas determinadas [semântico].	Não citado como uma categoria particular pelo autor.	palavra que traz à memória a pessoa ou coisa a que se refere [semântico].
Preposição	palavra pré-posta a todas as partes da frase [sintático] em composição [morfológico] ou construção [sintático].	estabelecem conexões entre substantivos e nomes correlativos, demonstrando relações entre objetos [semântico]. Expressam conexões físicas [semântico] e podem expandir-se para correlações mais abstratas [semântico].	palavra indeclinável [morfológico] que serve para reger os nomes [sintático] e para compor diferentes palavras, estabelecendo relações de sentido entre elas [semântico].
Advérbio	parte da sentença que não tem flexão [morfológico], e qualifica os verbos [semântico] ou é complementar a eles [sintático].	parte da sentença que não tem flexão [morfofossintático], e qualifica os verbos [semântico] ou é complementar a eles [sintático].	palavra indeclinável que, ao unir-se ao nome ou ao verbo, modifica o significado dessas palavras. [morfológico, sintático e semântico].

Conjunção	palavra que liga o pensamento ordenadamente [sintática] textual e torna evidentes dados implícitos da expressão [semântico].	serve para unir sentenças [sintático] com conexões de semelhança, oposição ou modificação, criando relações de sentido [semântico].	uma voz indeclinável [morfológico]. caracterizada por sua função expressiva [semântico].
Interjeições	Não citado como uma categoria particular pelo autor.	expressam paixões intensas ou emoções por meio de poucas palavras, funcionando como unidades autônomas de sentido [semântico].	uma voz indeclinável que exprime por si só vários affectos e paixões de nossa alma [morfológico] [semântico].

Fonte: Marinho, 2025.

Observa-se que, apesar das diferenças entre os autores, há uma permanência metodológica que sustenta a organização das partes do discurso, da sentença ou da oração. Enquanto Dionísio Trácio não delimita a interjeição como uma categoria autônoma e inclui os adjetivos dentro dos nomes, Morais Silva já apresenta uma distinção mais detalhada, classificando os adjetivos como atributivos. Essas variações revelam que, mesmo dentro de um sistema paradigmático, ocorrem reformulações conceituais que refletem diferentes perspectivas sobre a estrutura da língua, mas que ainda se encaixam em um modelo específico de produção: a Gramática Tradicional. Assim, por meio da historiografia linguística, é possível ao historiógrafo acompanhar as mudanças não apenas extralinguísticas, mas também intralinguísticas do percurso linguístico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Recapitulação do Objetivo e da Problemática

O presente estudo teve como objetivo investigar as concepções relativas às partes do discurso, ou classes de palavras na nomenclatura contemporânea, na tradição gramatical oitocentista do português, explorando os processos de continuidade, descontinuidade e ruptura presentes em algumas gramáticas brasileiras do século XIX. A pesquisa se concentrou em compreender como essas gramáticas abordaram a categorização gramatical, analisando as influências do Paradigma Tradicional de Gramatização (PTG) (Vieira, 2015) e as possíveis inovações ou adaptações que surgiram ao longo do tempo. Esse tema contribui para o entendimento das bases históricas que moldaram as produções gramaticais do Brasil e o ensino da língua portuguesa.

Ao abordar as categorias aristotélicas e os fundamentos históricos que moldaram a gramaticografia, é essencial reconhecer a influência dos filósofos gregos na organização do pensamento linguístico ocidental. Aristóteles, em *Categorias*, estabeleceu um sistema de classificação que descreve a realidade por meio de modos de predicação, organizando a diversidade do mundo em unidades conceituais fundamentais. Sua distinção entre substância e acidentes, como qualidade, quantidade e relação, não apenas contribuiu para metafísica, mas também a análise gramatical.

Com o tempo, esses princípios filosóficos foram absorvidos pela tradição greco-latina, consolidando o PTG, conforme descrito por Vieira (2015). Esse paradigma, fundamentado na tradição aristotélica, permeou a produção gramatical do Renascimento até os dias atuais, mantendo um padrão de continuidade na forma de descrição e regulação das línguas ocidentais. Ao revisar as raízes filosóficas e o desenvolvimento histórico da gramaticografia, compreendemos como as categorias aristotélicas não apenas moldaram a tradição ocidental, mas também influenciaram a forma como organizamos, descrevemos e compreendemos a linguagem.

Além disso, o estudo abordou a problemática da classificação gramatical no contexto histórico e intelectual do século XIX, período em que o Brasil buscava consolidar uma identidade linguística nacional (Cavaliere, 2022). Esse cenário foi marcado por transformações culturais, sociais, políticas e econômicas, que influenciaram diretamente o pensamento

gramatical. Analisar como os gramáticos lidaram com essas mudanças permitiu observar a construção das categorias linguísticas a partir de múltiplas influências culturais e epistemológicas. Ao situar as gramáticas oitocentistas em seu contexto sociocultural, o estudo revelou as interações entre tradição e mudanças, evidenciando como o clima de opinião e os aspectos extralinguísticos se relacionam com o campo teórico.

Este trabalho adotou a periodização proposta por Cavaliere (2002), situando as obras de Antônio de Moraes Silva (1806) e Antônio Álvares Pereira Coruja (1835) no período racionalista, conforme elencado pelo autor. Essa escolha permitiu evidenciar as continuidades e rupturas com a tradição greco-latina, bem como a influência do contexto histórico brasileiro na categorização gramatical. Ao adotar essa abordagem historiográfica, demonstrou-se como o percurso linguístico é moldado pelo contexto histórico e cultural e, além disso, revela a base filosófica que sustenta a Gramática Tradicional.

Para alcançar esses objetivos, a pesquisa foi organizada em três fases principais. A primeira fase consistiu em uma revisão historiográfica, contextualizando as gramáticas oitocentistas em relação às diferentes fases da produção linguística nacional. A segunda fase envolveu a análise documental das gramáticas selecionadas, aplicando o modelo de camadas de conhecimento linguístico de Swiggers (2020) para investigar as continuidades e rupturas na categorização gramatical. Por fim, na terceira fase, foi realizada uma análise comparativa para observar as transformações nas partes do discurso ao longo do século XIX, evidenciando as interações entre tradição greco-latina e adaptações ao contexto brasileiro. Esse percurso metodológico permitiu uma abordagem das concepções gramaticais na tradição oitocentista.

Contribuições e metodologias

Este estudo contribui para o campo da Historiografia Linguística (HL) por analisar o percurso do pensamento gramatical brasileiro no século XIX, oferecendo uma breve compreensão sobre como as ideias linguísticas se desenvolveram nesse período. Para a nossa pesquisa em HL, consideramos essencial recuperar o passado linguístico e contextualizá-lo em seu ambiente histórico, social e cultural, exigindo um conhecimento abrangente de diversas áreas científicas (Swiggers, 2013; Bastos e Casagrande, 2021).

Ademais, a HL foca na interpretação de documentos históricos, dividindo-os em fontes primárias e secundárias para descrever, explicar e contextualizar o desenvolvimento do

conhecimento linguístico (Batista, 2020). Assim, a pesquisa historiográfica não apenas narra eventos, mas também analisa e organiza dados, teorias e métodos que moldaram a tradição do pensamento gramatical.

O nosso trabalho seguiu uma abordagem interpretativista, compreendendo que a história é construída pela relação entre o historiador e os fatos selecionados para análise (Jenkins, 2013). Dessa forma, adotamos essa perspectiva em nossa pesquisa historiográfica, partindo do pressuposto que o foco da HL não é a língua em si, mas o conhecimento produzido sobre ela ao longo do tempo, considerando as dimensões teórica, temporal e social para analisar as continuidades e rupturas no pensamento linguístico (Batista, 2013).

Comentamos ao longo desta dissertação que, para conduzir uma pesquisa, é essencial definir critérios que abarquem desde a escolha das fontes até a metodologia aplicada na investigação. Swiggers (2010) destaca a importância da “organização” no trabalho do historiógrafo, identificando duas exigências fundamentais: a inclusão do trabalho em um “organograma” e a consideração das etapas da análise historiográfica. A primeira exigência envolve estruturar os fatos linguísticos e as situações que, no passado, foram objeto de reflexão e descrição. Isso requer a contextualização histórica e a classificação das práticas linguísticas, abrangendo operações analíticas, comparativas e avaliativas.

Outrossim, Swiggers (2010) introduz a epi-historiografia e a meta-historiografia como dimensões complementares ao trabalho historiográfico. A epi-historiografia foca na história dos agentes envolvidos e nos materiais produzidos, funcionando como um suporte documental para a meta-historiografia, que reflete criticamente sobre as práticas historiográficas. Esta última se divide em três funções principais: construtiva, crítica e contemplativa.

A abordagem construtiva cria modelos narrativos e desenvolve uma metalinguagem coerente; a crítica avalia métodos e resultados; enquanto a contemplativa investiga os fundamentos teóricos e epistemológicos da HL. Ao integrar essas dimensões, a organização proposta por Swiggers (2010) possibilita uma análise fundamentada e organizada das investigações linguísticas em historiografia, contribuindo para a construção de uma narrativa historiográfica coerente e analítica.

Retomando a fundamentação teórica deste estudo, sintetizamos que ele se baseou na teoria das revoluções científicas de Kuhn (1962), na retórica de continuidade e ruptura de Murray (1994) e no modelo das camadas do conhecimento linguístico de Swiggers (2004). Segundo Kuhn (1962), a ciência progride por meio de períodos de estabilidade (ciência normal) e rupturas paradigmáticas (ciência extraordinária), nas quais anomalias levam à substituição de

um paradigma por outro. No entanto, em linguística, os paradigmas frequentemente coexistem e se sobrepõem, diferentemente das ciências exatas (Batista, 2013).

Murray (1994) complementa essa visão ao argumentar que grupos científicos adotam retóricas distintas para validar suas ideias, oscilando entre uma retórica de continuidade, que reforça a tradição e a evolução linear do conhecimento, e uma retórica revolucionária, que enfatiza mudanças disruptivas. Esses posicionamentos são influenciados por fatores sociais, como elitismo relativo, idade profissional e acesso ao reconhecimento.

Swiggers (2004), por sua vez, propõe que o conhecimento linguístico se organiza em quatro camadas: teórica (visão geral da linguagem e status da linguística), técnica (métodos e técnicas analíticas), documental (base textual e filológica) e contextual/institucional (contexto cultural e institucional da produção linguística). Essas camadas evoluem de forma não sincronizada, permitindo que mudanças ocorram em uma dimensão sem necessariamente afetar as demais. Assim, ao analisar as gramáticas brasileiras do século XIX, buscamos compreender como os gramáticos se posicionavam dentro dessas dinâmicas teóricas, se adotavam uma retórica de continuidade ou de ruptura e como suas escolhas refletem as transformações e permanências dos modelos linguísticos da época.

Nesse sentido, ao investigar as partes do discurso em gramáticas representativas desse período, a pesquisa contribui para o entendimento sobre a formação da gramaticografia do português do Brasil, destacando as influências culturais, sociais e filosóficas na organização categorial. Ao relacionar as obras de Moraes Silva (1806) e Antônio Coruja (1835) com o contexto histórico brasileiro, a pesquisa destaca como as categorias gramaticais foram moldadas por processos de continuidade e ruptura. Essa perspectiva não apenas possibilita os estudos sobre a gramatização, mas também promove um diálogo entre a teoria e o contexto no campo gramaticográfico.

Em relação à metodologia, a escolha pela teoria fundamentada nos dados, conforme proposta por Glaser e Strauss (1967), permitiu que a pesquisa seguisse uma abordagem indutiva, em que as teorias emergem da análise dos dados coletados. O pesquisador adota uma postura investigativa e flexível, ajustando as interpretações à medida que as evidências surgem. Com isso, a teoria surge dos dados, permitindo um entendimento contextualizado do objeto de estudo após levantamento do material selecionado.

Esta pesquisa foi conduzida a partir do paradigma interpretativista, que contrasta com o positivismo ao considerar que a observação do mundo é influenciada pelas práticas sociais, significados culturais e pelas perspectivas do próprio observador, que atua como agente ativo na interpretação dos fenômenos (Bortoni-Ricardo, 2008). A abordagem qualitativa-

interpretativista centra-se na interpretação dos dados e das leituras, valorizando o contexto sócio-históricos em detrimento de generalizações estatísticas. Esse tipo de investigação busca compreender situações particulares, estabelecendo conexões com outras, sem a finalidade de identificar leis universais. A escolha dessa metodologia foi orientada tanto pela trajetória do pesquisador como professor-pesquisador quanto pela natureza do corpus historiográfico analisado.

Os critérios para a seleção dos autores na pesquisa foram: i) tipologia: gramática; ii) ser uma gramática escrita por um gramático brasileiro; iii) ter sido produzida no século XIX (periodização adotada); e iv) ter sido publicada em solo brasileiro. Na escolha das fontes primárias, foram considerados o prestígio e o impacto das obras, a importância dos autores no período racionalista no Brasil (Cavaliere, 2022) e o acesso às obras.

No século XIX, as gramáticas da língua portuguesa desempenhavam um papel duplo: eram usadas no ensino e serviam para reflexões sobre a língua e suas bases teóricas (Neto, 2021). Para compor o corpus, foram priorizadas gramáticas adotadas em instituições de ensino. Também se considerou o número de reedições, refletindo a aceitação no ensino e o esforço contínuo de atualização teórica.

Síntese e limitações do Estudo

A análise revelou que as gramáticas oitocentistas brasileiras apresentaram tanto retóricas de continuidade quanto de ruptura em relação à tradição greco-latina, mas nunca saíram de fato do PTG. Em alguns casos, os autores seguiram uma linha de continuidade, reforçando normas linguísticas e o paradigma estabelecidos, enquanto em outros adotaram abordagens diferentes e propuseram algumas inovações. Esses movimentos de preservação e mudanças indicam um esforço de adaptação às necessidades educacionais, contextuais e culturais da época, revelando a gramatização no século XIX.

Observamos também uma tensão entre a manutenção de um modelo clássico e a necessidade de adaptar-se ao contexto linguístico nacional. A aplicação do modelo de camadas de conhecimento linguístico de Swiggers (2020) possibilitou uma análise detalhada dessas variações, evidenciando a interação entre os aspectos teóricos, técnicos, documentais e contextuais na construção das categorias gramaticais.

Outro achado importante foi a identificação das influências culturais e históricas na categorização gramatical. O estudo mostrou como a valorização da língua portuguesa estava ligada à construção de parte da identidade cultural brasileira, especialmente no contexto pós-

independência. As obras analisadas refletem um movimento de nacionalização da gramática, alinhando-se aos projetos educacionais da época. Essa tendência ficou evidente na gramática de Antônio Coruja (1835), que contribuiu para a valorização da língua portuguesa nesse contexto enquanto símbolo de soberania e identidade.

Por outro lado, Moraes Silva (1806) adotou um discurso de rompimento com a tradição latinizante, ao mesmo tempo em que se destacou por seu conservadorismo linguístico, alinhado ao contexto luso-brasileiro. Sua visão foi influenciada pela postura dominante em Portugal, que se opunha à influência francesa após a Revolução. Isso indica que o gramático e lexicógrafo, assim como outros intelectuais da época, integrava um movimento que buscava preservar a língua portuguesa, resistindo à incorporação de termos e estruturas linguísticas advindas da França napoleônica.

As limitações desta pesquisa decorreram de diversos fatores que impactaram a análise do corpus selecionado. Um dos principais desafios foi a extensão do corpus das gramáticas mais representativas do século XIX. Devido ao volume considerável dessas obras e da complexidade das nossas análises, não foi possível contemplar todas em nossa investigação, o que restringiu, em certa medida, a abrangência do estudo. Ainda que tenhamos buscado um panorama amplo das gramáticas oitocentistas por meio de Moraes Silva (1806) e Antônio Coruja (1835), algumas ficaram de fora da análise devido à impossibilidade de abarcar todo o material disponível.

Além disso, embora as fontes primárias tenham sido acessíveis e não tenham apresentado limitações significativas, o tempo disponível para a pesquisa se mostrou um fator crítico. O período delimitado para o estudo não permitiu uma análise exaustiva de todas as obras inicialmente previstas, o que impactou a investigação em alguns aspectos.

Por fim, mesmo com as limitações mencionadas, a pesquisa conseguiu traçar um panorama representativo das gramáticas do século XIX, destacando aspectos essenciais para a compreensão do processo de categorização e da continuidade da nossa tradição. As dificuldades enfrentadas não comprometem os resultados obtidos, mas evidenciam a necessidade de estudos futuros que possam dar prosseguimento e contemplar um maior número de obras oitocentistas.

Encerramento

As considerações sobre a gramaticografia evidenciam seu papel fundamental na compreensão do processo histórico da linguagem. Como campo de estudo, a HL não apenas documenta, mas também estrutura e concretiza os estudos sobre o percurso da linguagem ao longo do tempo. A análise histórica linguística permite identificar padrões, rupturas e continuidades, revelando como a gramática e suas categorias são moldadas por fatores culturais, sociais e políticos. Dessa forma, a gramaticografia se insere como um elemento essencial na construção do conhecimento linguístico, fornecendo bases para a reflexão sobre as mudanças da língua e sua relação com diferentes contextos históricos.

O trabalho do historiógrafo envolve um processo de seleção, datação e análise dos dados, apoiado tanto em fontes primárias quanto secundárias. A busca por material exige critérios metodológicos bem definidos, que possibilitem a organização de quadros de análise coerentes e fundamentados. No entanto, por mais que o pesquisador busque uma abordagem objetiva, sua interpretação dos dados passa inevitavelmente pelo seu próprio crivo, sendo influenciada por sua formação, escolhas e contexto de pesquisa. Esse aspecto reforça a importância da reflexão crítica sobre o papel do pesquisador na construção do conhecimento histórico e linguístico.

Com base na investigação realizada, foi possível demonstrar que as gramáticas analisadas não são produções isoladas, mas parte de um conjunto de padrões que integram o que Vieira (2018) denominou de Paradigma Tradicional de Gramatização. Esse paradigma evidencia como a sistematização da língua segue convenções que se perpetuam ao longo do tempo, refletindo tanto a tradição normativa quanto as mudanças impulsionadas por diferentes momentos históricos.

Em síntese, a pesquisa reafirma a importância da Historiografia Linguística para a compreensão da produção gramatical como um fenômeno historicamente situado, evidenciando a complexidade histórica e filosófica envolvida na classificação das categorias gramaticais e na construção da identidade linguística brasileira. Ao demonstrar como a gramaticografia reflete diferentes contextos culturais e políticos, o estudo contribui para o entendimento da relação entre linguagem, história e contexto sociocultural. Dessa forma, reforça-se a necessidade de aprofundar as investigações sobre as interações entre esses elementos, promovendo um diálogo contínuo que enriqueça a reflexão sobre a construção do conhecimento linguístico e relacione as dimensões internas e externas da pesquisa historiográfica.

REFERÊNCIAS

ACKRILL, John L. [1963]. (translated with notes by). **Aristotle's Categories and De Interpretatione**. Oxford: Clarendon Press.

ANGELICI, Karoline Silva. **Percurso do conceito de sujeito na gramaticografia brasileira do português**. 2020. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagem) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.

ARANALDE, M. M. Reflexões sobre os sistemas categoriais de aristóteles, kant e rangathan. **Ciência da Informação**, v. 38, n. 1, 2009. DOI: 10.18225/ci.inf.v38i1.1257 Acesso em: 24 ago. 2024.

ARISTÓTELES. **Política**. Trad. António C. Amaral e Carlos C. Gomes. Lisboa: Vega, 1998.

ASSIS, Lúcia Maria; Molina, Márcia. Gramática e Partes do Discurso. **ANTHESIS. Revista de Letras e Educação da Amazônia Sul-Ocidental**, v. 9, n. 16, p. 19-31, jul./dez. 2020.

AZEREDO, José Carlos de. Classes de palavras: um percurso crítico com vista a uma meta didática. **Confluência**, p. 296-323, 2021.

BAGNO, Marcos. **Gramática pedagógica do português brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2011.

BARROS, Luiz Martins Monteiro de; BITTENCOURT, Teresina Maria F. P. Evolução e influência do pensamento grego sobre a classificação de palavras. **Caderno de Letras UFF**, n. 23, 2001.

BASTOS, Maria Helena Camara. Reminiscências de um tempo escolar: memórias do professor Coruja. **Educação em Questão**, Natal, v. 25, n. 11, p. 157-189, jan./abr. 2006.

BASTOS, Neusa Barbosa; CASAGRANDE, Nancy. Um percurso transcorrido na historiografia da linguística: sobre a história entrelaçada. **Revista da Abralin**, v. 20, p. 511-521, 2021.

BATISTA, Ronaldo de Oliveira. **Introdução à historiografia da linguística**. São Paulo: Cortez, 2013.

BATISTA, Ronaldo de Oliveira. **Fundamentos da pesquisa em Historiografia da Linguística**. 1. ed. São Paulo: Editora Mackenzie, 2020.

BATISTA, Ronaldo. 2022. A linguística brasileira nas décadas de 1960-1970: associações científicas e afiliações teóricas. **Revista Todas as Letras**, 24, 2: 1-33.

BATISTA, Ronaldo de Oliveira. História da Linguística Brasileira: dois formalismos nos anos 1960-1970. **Revista Linguística**, v. 40, p. 1-21, 2024.

NETO, José Borges. Gramática tradicional e linguística contemporânea: continuidade ou ruptura. **Revista Todas as Letras**, v. 14, n. 1, 2012.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **O professor pesquisador: introdução à pesquisa qualitativa**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

BRAUNER, Clarice Francisco; CIGALES, Marcelo Pinheiro; SOARES JÚNIOR, Rony Centeno. Algumas considerações sobre a teoria interpretativista e o método indutivo na pesquisa social. **Revista Querubim** – Revista Eletrônica de Trabalhos Científicos nas Áreas de Letras, Ciências Humanas e Ciências Sociais, v. 10, n. 22, 2014.

CASSIANI, Silvia Helena De Bortoli; CALIRI, Maria Helena Larcher; PELÁ, Nilza Teresa Rotter. A teoria fundamentada nos dados como abordagem da pesquisa interpretativa. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 4, n. 3, p. 75-88, dez. 1996.

CAVALIERE, R. Uma proposta de periodização dos estudos linguísticos no Brasil. **Revista Confluência**, v.1, n. 23, 2002.

CAVALIERE, Ricardo. **A gramática no Brasil: ideias, percursos e parâmetros**. Rio de Janeiro: Lexicon Editora Digital, 2014.

CAVALIERE, Ricardo. **História da gramática no Brasil: séculos XVI a XIX**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2022.

DIAS, Juciele Pereira. O ensino da língua nacional no século XIX e a constituição da gramatização brasileira: a produção de Antonio Alvares Pereira Coruja. **Gragoatá**, Niterói, v. 24, n. 48, p. 75-94, jan./abr. 2019.

DINIZ, Célia Regina; SILVA, Iolanda Barbosa da. **Tipos de métodos e sua aplicação**. Campina Grande; Natal: UEPB/UFRN - EDUEP, 2008.

FERREIRA, Emily Gonçalves de Medeiros. **Uma historiografia do processo brasileiro de gramatização da colocação pronominal em gramáticas oitocentistas**. 2021. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2021.

GIOLO, J. A instrução. In: BOEIRA, N.; GOLIN, T.; PICCOLO, H.; PADOIN, M.. (org.). **História Geral do Rio Grande do Sul**: Império. Passo Fundo: Méritos, 2006. v.2.

GLASER, B.; STRAUSS, A. **The discovery of grounded theory**. New York: Aldene de Gruyter, 1967. 271p.

GUAL, C. Nota editorial. In: TRACIO, D. **Gramática: comentarios antiguos**. Madrid: Gredos, 2002.

GURPILHARES, Marlene Silva Sardinha; OLIVEIRA, Carlos Alberto de. Gramática e sociedade. **Revista Ângulo**, v. 1, n. 127, 26 mar. 2023.

JENKINSS, Keith. O que é História?. In: JENKINSS, Keith. **A história repensada**. São Paulo: Editora Contexto, 2013. p. 23-52.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. 5. reimp. São Paulo: Atlas, 2007.

KOERNER, E.F.K. **Quatro décadas de historiografia linguística: estudos selecionados**. Braga: Publito, Estúdio de Artes Gráficas, 2014.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1962 [2009].

KALTNER, Leonardo Ferreira. Historiografia da Linguística e Gramaticografia: fundamentos teórico-metodológicos. *In*: WINDLE, Joel Austin; SAAVEDRA, Mônica Maria Guimarães (org.). **História, política e contato linguístico**. Niterói: EdUFF, 2023. p. 182-212

LOBATO, L. M. P. **Sintaxe gerativa do português da teoria padrão à teoria da regência e ligação**. Belo Horizonte: Vigília, 1986.

MADJAROF, R. **Mundo dos Filósofos**. Disponível em: <http://www.mundodosfilosofos.com.br/>. Acesso em: 01 ago. 2023.

MELO, Cleide Bezerra de. O conceito de verbo nas gramáticas do século XIX. **Revista Philologus**, Rio de Janeiro, ano 25, n. 75, set./dez. 2019.

MOREIRA, Fernando José de Santoro. Categorias de quê? Acerca da leitura kantiana das categorias de Aristóteles. **Revista Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 159, p. 61-75, 2004.

MORICI, Igor Mota. **As categorias de Aristóteles e suas categorias**. Belo Horizonte: Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2008.

MURRAY, Stephen O. Theory groups in science. *In*: MURRAY, Stephen O. **Theory groups and the study of language in North America: a social history**. Amsterdam: Benjamins. 1994, p. 1-26. (Studies in the history of the language sciences, 69).

NEVES, M. H. de M. **A vertente grega da gramática tradicional**. São Paulo: HUCITEC; Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1987.

PLATO. Cratylus. *In*: COOPER, J. M.; HUTCHINSON, D. S. **Plato complete works**. Indianapolis; Cambridge: Hackett Publishing Company, 1997.

PLATO. Sophist. *In*: COOPER, J. M.; HUTCHINSON, D. S. **Plato complete works**. Indianapolis; Cambridge: Hackett Publishing Company, 1997.

POLACHINI, Bruna Soares; DANNA, Stela Maris Detregiacchi Gabriel. Dados sintáticos do português brasileiro em gramáticas brasileiras oitocentistas. **Estudos Linguísticos**, São Paulo, v. 45, n. 1, p. 192-202, 2016.

POLACHINI, B. S. *Uma história serial e conceitual da gramática brasileira oitocentista de língua portuguesa*. 2018. 457 f. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

POUPART, Jean; DESLAURIERS, Jean-Pierre; GROULX, Lionel-H.; LAPERRIÈRE, Anne; MAYER, Robert; PIRES, Álvaro. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Tradução de Ana Cristina Nasser. 2008.

PRODANOV, Cleber Cristiano; DE FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Editora Feevale, 2013.

ROHDEN, Luiz. **O poder da linguagem: a arte retórica de Aristóteles**. Rio Grande do Sul: EDIPUCRS, 1997.

ROMA, E. C.; HEINE, L. M.; SOARES, M. da C. S. Considerações sobre a história da linguística na antiguidade clássica. **Inventário**, [S. l.], n. 26, p. 332–349, 2020.

SANTOS, R. 1995. **Categorias**. Porto: Porto Editora.

SILVA, Flávia Santos da. *Tékhnē grammatiké*: alguns apontamentos. **Revista Primordium**, v. 3, n. 6, jul./dez. 2018. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/primordium>. Acesso em: jan. 2025.

SILVA, Vanessa Loiola da. **O conceito das partes orationis na tekhnē grammatiké de Dionísio, o trácio e na ars minor, de Donato**. 2019. 21 f. TCC (Graduação em Letras) - Universidade do Estado do Amazonas, Manaus.

SOUSA, José Cavalcante de. **Os pré-socráticos: fragmentos, doxografia e comentários**. São Paulo: Editora Nova Cultura, 1996.

SWIGGERS, P. Modelos, métodos y problemas en la historiografía de la lingüística. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL DE LASEHL, 2004, Madrid. **Nuevas aportaciones a la historiografía lingüística**. Madrid: Arco Libros, 2004. p. 113–146.

SWIGGERS, P. História e Historiografia da Linguística: Status, Modelos e Classificações. Tradução de Cristina Altman. **Eutomia: Revista Online de Literatura e Linguística**, v. 3, n. 2, p. 18, 2010. Disponível em: <https://lirias.kuleuven.be/1818095>. Acesso em: jan. 2025.

SWIGGERS, P. A historiografia da linguística: objeto, objetivos, organização. **Confluência**, Rio de Janeiro, n. 45, p. 39-59, 2013.

SWIGGERS, P. A dinâmica na (/da) história da linguística: posições e deslocamentos de “camadas”. *Todas as Letras – Revista de Língua e Literatura*, São Paulo, v. 22, n. 1, p. 1-9, jan./abr. 2020. DOI 10.5935/1980-6914/eLETLL2012968.

VIEIRA, F. E. **Gramáticas brasileiras contemporâneas do português: linhas de continuidade e movimentos de ruptura com o paradigma tradicional de gramatização**. 2015. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

VIEIRA, F. E. **A gramática tradicional: história crítica**. São Paulo: Parábola Editorial, 2018.

VICKERY, Brian C. **Classificação e indexação nas ciências**. Rio de Janeiro: BNG, 1980.

XAVIER, Beatriz Rêgo. As categorias de Aristóteles e o conhecimento científico. **Pensar-Revista de Ciências Jurídicas**, v. 13, n. 1, p. 57-64, 2008.

ZANCHIN, Pedro Teixeira. **As formas substanciais na Metafísica de Aristóteles**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Mestrado em Filosofia, 2022.

ZUMBADO, C. *et al.* (ed.). *Nuevas aportaciones a la Historiografía Lingüística*. *In*: Congreso INTERNACIONAL de Lasehl. Madrid: Arco Libros, 2004. p. 113-146.